

(Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea

*Breve antologia de textos
literários e ensaísticos
com atividades*

Silvie Špánková

Masarykova univerzita
Brno 2014



INVESTICE DO ROZVOJE VZDĚLÁVÁNÍ

(Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea

Breve antologia de textos literários e ensaísticos com atividades

Silvie Špánková

Masarykova univerzita

Brno 2014



INVESTICE DO ROZVOJE VZDĚLÁVÁNÍ

Dílo bylo vytvořeno v rámci projektu Filozofická fakulta jako pracoviště excelentního vzdělávání: Komplexní inovace studijních oborů a programů na FF MU s ohledem na požadavky znalostní ekonomiky (FIFA), reg. č. CZ.1.07/2.2.00/28.0228 Operační program Vzdělávání pro konkurenceschopnost.

© 2014 Masarykova univerzita



Toto dílo podléhá licenci Creative Commons Uveďte autora-Neužívejte dílo komerčně-Nezasahujte do díla 3.0 Česko (CC BY-NC-ND 3.0 CZ). Shrnutí a úplný text licenčního ujednání je dostupný na: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/cz/>.

Této licenci ovšem nepodléhají v díle užitá jiná díla.

Poznámka: Pokud budete toto dílo šířit, máte mj. povinnost uvést výše uvedené autorské údaje a ostatní seznámit s podmínkami licence.

ISBN 978-80-210-7053-0 (brož. vaz.)

ISBN 978-80-210-7054-7 (online : pdf)

ISBN 978-80-210-7055-4 (online : ePub)

ISBN 978-80-210-7056-1 (online : Mobipocket)

Índice

Introdução 6

PARTE 1: TEXTOS LITERÁRIOS 9

Alegre, Manuel (1936): <i>Jornada de África</i> (1989)	9
Antunes, António Lobo (1942): <i>Conhecimento do Inferno</i> (1980)	12
Antunes, António Lobo (1942): <i>As Naus</i> (1988)	14
Antunes, António Lobo (1942): <i>Manual dos Inquisidores</i> (1996)	20
Antunes, António Lobo (1942): <i>O Esplendor de Portugal</i> (1997)	26
Antunes, António Lobo (1942): <i>Crónicas</i>	29
Antunes, António Lobo (1942): <i>Comissão das Lágrimas</i> (2011)	33
Braga, Maria Ondina (1932–2003): <i>Estação Morta</i> (conto incluído na coletânea homónima de 1980)	37
Camacho, Francisco (1969): <i>Niassa</i> (2007)	39
Cardoso, Dulce Maria (1964): <i>O Retorno</i> (2011)	44
Cinatti, Rui (1915–1986): <i>Poesia</i>	47
Cláudio, Mário (1941): <i>Orion</i> (2003)	52
Dacosta, Fernando (1945): <i>Os Retornados Mudaram Portugal</i> (2013)	56
Figueiredo, Isabela: <i>Caderno de Memórias Coloniais</i> (2009)	60
Fonseca, Branquinho da (1905–1974): <i>Os Olhos de Cada Um</i> (incluído no volume <i>Caminhos Magnéticos</i> , 1938)	63
Fonseca, Branquinho da (1905–1974): <i>Rio Turvo</i> (1945)	65
França, José-Augusto (1922): <i>Natureza Morta</i> (1949)	67
Gersão, Teolinda (1940): <i>A Árvore das Palavras</i> (1997)	70
Lídia Jorge (1946): <i>A Costa dos Murmúrios</i> (1988)	73
Jorge, Lídia (1946): <i>Leão Velho</i> (incluído no volume <i>O Belo Adormecido</i> , 2004)	76
Macedo, Helder (1935): <i>Partes de África</i> (1991)	80
Oliveira, Carlos de (1921–1981): <i>Uma Abelha na Chuva</i> (1953)	84
Queirós, Eça de (1845–1900): <i>A Ilustre Casa de Ramires</i> (1900)	86
Soromenho, Castro (1910–1968): <i>Terra Morta</i> (1949)	89

PARTE 2: ENSAIOS

92

Birmingham, David: <i>O impacto de Portugal em África</i>	92
Lourenço, Eduardo: <i>Imagem e miragem da lusofonia</i>	98
Lourenço, Eduardo: O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos	103
Mata, Inocência: <i>O texto colonial: uma questão estético-ideológica</i>	108
Moutinho, Isabel: Images of Africa in contemporary narrative in Portuguese	114
Santos, Boaventura de Sousa: <i>Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade.</i>	119

Bibliografia

127

Introdução

A presente antologia tem por objetivo mostrar a variedade com que se tem abordado o tema da (des)colonização na literatura portuguesa contemporânea. A seleção dos textos literários foi regida sobretudo pelo critério de representatividade (das obras e dos autores) e pelo interesse que os textos possam despertar nos estudantes. Naturalmente, não se eliminou também o gosto pessoal da antologista e, em última estância, a acessibilidade dos livros.

Sendo embora o nosso campo literário restrito à contemporaneidade, não evitámos uma anacronia, i. é., a inclusão de obras que poderiam ser consideradas precursoras da temática tratada. É o caso do romance *A Ilustre Casa de Ramires* (1900) de Eça de Queirós, das narrativas de Branquinho da Fonseca e, um pouco à parte, dum extrato parcial da novela neorrealista de Carlos de Oliveira que exhibe um carácter bastante singular. Estas obras são um bom exemplo das narrativas que exploram o registo das aventuras, não ingénuo mas problemático, tocado de subtil crítica do colonialismo português. Aliás, trata-se de obras que correspondem a uma fase do tratamento do tema exposto (cronologicamente, a primeira metade do século XX), fase esta que poderemos apelar exactamente de **aventuras** e que abrange também as *narrativas coloniais*, as quais, no entanto, pela sua qualidade duvidosa decidimos não incluir.

A fase de aventuras é seguida pela fase que podemos denominar de **espelho** (mais ou menos meados do século XX). Trata-se já de uma crítica aberta e explícita do regime colonial, de acordo com o neorrealismo, tingido já de certo existencialismo. Na antologia, esta fase é representada pela obra de Castro Soromenho e José-Augusto França.

Outra fase se anuncia nos anos 70 quando se começa a abordar literariamente a guerra colonial, uma das épocas mais traumáticas da história portuguesa. Esta fase pode ser chamada de **exorcismo**:

os escritores entram com os testemunhos pessoais, trabalhados ficcionalmente, nos quais perspetivam e analisam a legitimidade da violência, bem como o problema da responsabilidade, da culpa e da perda. Não se omitem, também, as consequências da experiência militar. É uma fase em que o protesto contra a guerra e bestialização do humano serve de purificação e verbalização de um dos assuntos tabuizados na sociedade portuguesa. Nesta fase inclui-se, por exemplo, a obra inicial de António Lobo Antunes.

A última fase que abrange mais ou menos as últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI pode ser nomeada de **regressos**. Nela encontramos uma incrível riqueza de tratamentos literários, é uma época em que já se ultrapassou o criticismo imediato e explícito. Os vários tipos de regresso à questão da (des)colonização iniciam uma nova polémica, aberta já a certos ângulos anteriormente omitidos ou propositadamente silenciados: há uma nova perspetiva do feminino e da participação das mulheres no sistema colonial e na guerra (por exemplo, Lídia Jorge e António Lobo Antunes), há uma problematização cada vez mais explícita do retorno dos ex-colonos a Portugal (António Lobo Antunes, Dulce Maria Cardoso, Fernando Dacosta, Maria Ondina Braga, Lídia Jorge, Isabela Figueiredo etc.), há uma reflexão sobre o colonialismo português e o fim do império (Hélder Macedo, Manuel Alegre, Lídia Jorge, Isabela Figueiredo, no ensaísmo sobretudo Boaventura Sousa Santos), há uma tendência de regressar ao espaço africano por via do memorialismo ou imaginação (Teolinda Gersão), por vezes acompanhada de uma viagem aventureira (Francisco Camacho), ou então, regressa-se tanto no espaço, como no tempo (p. ex. Mário Cláudio, Miguel Sousa Tavares).

Todas estas linhas serão abordadas panoramicamente na presente antologia, na esperança de motivar os estudantes a lerem também outras obras dedicadas a este tema tão interessante como complexo e imprescindível para compreender o passado cultural de Portugal, bem como o seu presente e futuro.

Antologia é ainda completada por alguns exemplos de reflexão crítica sobre a questão da (des)colonização portuguesa. As entradas na

parte literária e na parte ensaística seguem a ordem alfabética.

PARTE 1:

TEXTOS LITERÁRIOS

Alegre, Manuel (1936): *Jornada de África* (1989)

Uma das narrativas com a temática da guerra colonial que conta as peripécias de Sebastião, enviado para a frente de combate em Angola. O interesse do romance, para além de uma ficção bem construída e assente na suspense, consiste na reflexão cultural e ideológica do fim do império.

Ei-lo de cinto apertado, os olhos na pista e o credo na boca. Já o avião vai no ar, agora toma altura, pode ver-se o casario, o Tejo, a Torre de Belém mais um velho meneando três vezes a cabeça descontente. O melhor é não ligar, senão começa a assobiar em decassílabos. É o ritmo da partida, quer se queira quer não. A que novos desastres, ai que gaita, a que novos desastres determinas de levar este reino e estas gentes. Não há nada a fazer, esta é a métrica, de nau ou de avião é a mesma coisa. Podia estar a dar o salto, mas aqui vai. Há muito que a tribo não tem senão uma vida vidinha. Talvez acredite no acaso, talvez o destino esteja a passar por ele com seu apelo e sua nau S. Gabriel sob a forma de um avião onde, agora, diz a hospedeira, já se pode desapertar o cinto, recostar a cadeira, acender um cigarro.

Passam imagens que não fixa, a casa velha, o pião, a bilharda, o jogo, o cobertor de papa, o pesadelo, a noite e seus fantasmas. O ruído, o rato. Novembro e seus crisântemos. O cheiro a morte e cemitério. A febre: a vela ardendo por dentro da cabeça. Os sinos, sinos. A chuva, o xaile, o chá. Lixívia. O cheiro a enxofre e criolina, o falar baixo na cozinha. A lenha estalava no fogão de sala. E a vela na cabeça: aí está ela. A chama quase se parte, de repente fica muito direita. A cabeça enorme, febre. Ou só cansaço? *Para Angola e em força*. Os óculos na ponta do nariz, o dedo apontado. Deve ser do avião, pensa, mas se

calhar não, é ele que está em fífia. O melhor é respirar fundo. Ora aí está. Endireita-se na cadeira: a seu lado vai Jorge Albuquerque Coelho, ex-ponta-esquerda da Académica, companheiro de quarto em Mafra. Dorme profundamente. Nome de Alcácer, como o seu. Coincidência, acaso? Kairos, dizem os gregos. Prefere o poeta: o acaso é um cavalo da cor do vento. Sim, é essa a cor do cavalo a cavalgar no areal distante, com ele seguia Cristovão de Távora e mais à frente Luís da Silva, o conde-de Vimioso, Jorge Albuquerque Coelho (o outro, o mesmo?); D. Francisco de Portugal, D. Fernando de Mascarenhas e o duque de Aveiro. Com o ímpeto que levavam, el-rei e o duque romperam pelos esquadrões de infantaria dos mouros, João Gomes Cabral foi o primeiro do cavalo que caiu morto antes de el-rei dar Santiago.

(ALEGRE, Manuel. *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 26–27)

Atividades:

1. Defina as coordenadas espaciais e temporais, identifique as personagens e situação em que se encontram.
2. Repare nestas alusões: a torre de Belém mais um velho meneando três vezes a cabeça descontente, nau S. Gabriel, nome de Alcácer. Como pode interpretá-las? Procure os devidos intertextos.

Nos cais de Lisboa as mulheres gritam, arrepelam os cabelos, algumas enrolam os filhos nos seus xailes, se pudessem escondiam-nos ao colo, outra vez pequeninos e só delas. Os pais passam em silêncio os dedos pelas fardas, não conseguem quebrar o pudor masculino do gesto e da palavra, mesmo que lhes apeteça agarrar nos filhos e protegê-los com seus braços. Tempo de lenços a acenar, xailes negros, lágrimas, rugas, ó mar salgado, quanto do teu sal. Vão-se os navios pela barra fora, Lisboa tem suas barcas, lá mais para diante, na praia do Restelo, continua um velho de aspeito venerando, meneando três vezes a cabeça descontente, ó glória de mandar, ó vã cobiça. Tropas do Quinto Império, embarcam na *Mensagem*, não n'Os *Lusíadas*, a cada tempo o seu cantor e o seu

profeta, já foi a hora da grandeza, esta é a hora absurda.

(ALEGRE, Manuel. *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 179)

Atividades:

1. Desenvolva o diálogo intertextual aqui instaurado. Para que fins é utilizado?

Sentado no jipe, a caminho de Quipedro, o Poeta lê, perplexo, a mensagem de Sebastião:

Talvez o Quinto Império seja afinal o fim de todos os impérios. O Grande Império do Averso, o Anti-Império. E talvez seja esse o único sentido possível desta guerra: fechar o ciclo. Talvez tenhamos de nos perder aqui para chegar finalmente ao porto por achar: dentro de nós. Talvez tenhamos de não ser para podermos voltar a ser. Há outro Portugal, não este. E sinto que tinha de passar por aqui para o encontrar. Não sei se passado, não sei se futuro. Não sei se fim ou se princípio. Sei que sou desse país: um país que já foi, um país que ainda não é.

(ALEGRE, Manuel. *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 231)

Atividades:

1. Faça uma reflexão sobre a problemática do mito do Quinto Império. Como é possível, nesta perspectiva, interpretar a missão da personagem de Sebastião? Como se lê o próprio sentido da guerra?

Antunes, António Lobo (1942): Conhecimento do Inferno (1980)

António Lobo Antunes dedica-se desde os seus romances iniciais à questão da (des)colonização. Enquanto os seus primeiros romances evidenciam o registo autobiográfico (uso da voz autodiegética, referências à experiência traumática da guerra colonial, bem como à separação da mulher etc.), os seus romances “maduros” apresentam um mundo ficcional complexo, assente na polifonia (orquestração de várias vozes e discursos) e sondagem introspetiva de várias personagens de diferentes estatutos sociais.

O romance Conhecimento do Inferno desenvolve, de certo modo, o tema tratado no romance anterior, Os Cus de Judas (1979), é também um retrato interior dum médico/veterano da guerra colonial, incapaz de se habituar ao quotidiano e ao relacionamento comum. O tema da guerra regressa em força, tratado desta vez em paralelo com o tema do hospital psiquiátrico.

Foi em África, no país dos Luchazes, que eu soube que em Lisboa não existia a noite. O país dos Luchazes é um planalto vermelho, mil e duzentos metros acima do mar, em que o pó cor de tijolo atravessa a roupa para nos aderir à pele, se nos enredar nos cabelos, nos obstruir as narinas do seu odor de terra, próximo do odor ácido e seco dos mortos. O país dos Luchazes, quase despovoado de árvores, é um país de leprosos e de trevas, um país de vultos inquietos, de rumorosos fantasmas. De gigantescas borboletas emergindo dos seus casulos do escuro para cambalearem, em busca das lâmpadas, numa obstinação desesperada de raiva. É o país onde os defuntos assistem sentados aos batuques, frenéticos da presença invisível dos deuses, arregalando de prazer as órbitas côncavas como tinteiros de escola, repleta de densas lágrimas de alegria. É um país magro de mandioca e de caça, embaciado de nevoeiro, que os espíritos desertaram a caminho das

florestas do Norte, tão tocadas de vida como o despertar, em Maio, das maçãs. Nesse país de pequeninos rios estreitos como pregas na pele, minúsculos como cicatrizes ou como vincos de sorrisos, encontrei amigos entre os pobres negros da PIDE, Chinóia Camanga, Machai, Miúdo Malassa, os chefes da tropa laica que a PIDE arregimentara para combater os guerrilheiros, e que saíam para a mata ao alvorecer a fim de lutar contra o MPLA e a UNITA, silenciosos e rápidos como animais de sombra. Eram homens corajosos e altivos enganados por uma propaganda perversa, pelas garantias cruéis, pelas promessas mentirosas do regime, e eu costumava conversar com eles, à tarde, nas suas casas de adobe, acorados num tronco, olhando a mancha branca do quartel no alto, onde os faróis dos jipes produziam uma indecifrável dança de sinais. Cães esqueléticos latiam das moitas gemidos aflitos de menino, as galinhas procuravam abrigo nas esteiras, Machai, o irmão da professora, trazia uma cadeira para mim, dizia:

- Tumama tchituamo, Muata

(ANTUNES, António LOBO. Conhecimento do Inferno. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 22–23)

Atividades:

1. Descreva a imagem do país dos Luchazes, desenvolvendo a sua dimensão simbólica. Por que razão, na sua opinião, o autor opta por este tipo de representação?
2. Como é explicitado o conflito político (questão da propaganda do regime, da guerrilha etc.)?

Antunes, António Lobo (1942):

***As Naus* (1988)**

O romance pode ser interpretado como uma anti-epopeia portuguesa, na qual os antigos heróis da expansão ultramarina regressam depois do 25 de Abril a Portugal. O problema que se coloca tem a ver com a descolonização do espaço africano após a Independência: um casal da Guiné (anónimo) regressa a Portugal juntamente com outros ex-colonos e com os heróis emblemáticos da aventura portuguesa, sofrendo um choque de deslocação e um abalo identitário.

Passara por Lixboa há dezoito ou vinte anos a caminho de Angola e o que recordava melhor eram as discussões dos pais na pensão do Conde Redondo onde ficaram entre tinir de baldes e resmungos exasperados de mulher. Lembrava-se da casa de banho colectiva, com um lavatório de torneiras barrocas imitando peixes que vomitavam soluços de água parda pelas goelas abertas e da altura em que topou com um senhor de idade, a sorrir na retrete de calças pelos joelhos. À noite, se abria a janela, via os restaurantes chineses iluminados, os glaciares sonâmbulos dos estabelecimentos de electrodomésticos na penumbra, e cabeleiras loiras no lancil dos passeios. De forma que urinava nos lençóis por medo de encontrar o cavalheiro do sorriso atrás dos peixes oxidados ou as cabeleiras que rebocavam notários corredor adiante, baloiçando a chave do quarto no mindinho. E acabava por adormecer a sonhar com as ruas intermináveis de Coruche, os limoeiros gémeos do quintal do prior e o avô cego, de olhos lisos de estátua, sentado num banquito à porta da taberna, ao mesmo tempo que uma manada de ambulâncias assobiava Gomes Freire fora na direcção do Hospital de São José. No dia do embarque, a seguir a uma travessa de vivendas de condessas dementes, de lojas de passarinhos alucinados e de bares de turistas onde os ingleses procediam à transfusão de gin matinal, o táxi deixou-nos junto ao Tejo numa orla de areia chamada Belém consoante se lia no apeadeiro de comboios próximo com uma balança de uma banda e

um urinol da outra, e ele avistou centenas de pessoas e de pares de bois que transportavam blocos de pedra para uma construção enorme dirigidos por escudeiros de saia de escarlata indiferentes aos carros de praça, às camionetas de americanas divorciadas e de padres espanhóis, e aos japoneses míopes que fotografavam tudo, conversando numa língua bicuda de samurais. Então poisámos a bagagem no terreiro, por cima dos agapantos que as mangueiras mecânicas aspergiam em impulsos circulares, perto dos operários que trabalhavam nos esgotos da alameda que conduzia ao estádio de futebol e aos prédios altos do Restelo, de tal modo que os tractores dos cabo-verdianos se cruzavam com carroças de túmulos de infantas e de pilhas de arabescos de altares. Passando por uma placa que designava o edifício incompleto e que dizia Jerónimos esbarrámos com a Torre ao fundo, a meio do rio, cercada de petroleiros iraquianos, defendendo a pátria das invasões castelhanas, e mais próximo, nas ondas frisadas da margem, a aguardar os colonos, presa aos limos da água por raízes de ferro, com almirantes de punhos de renda apoiados na amurada do convés e grumetes encarrapitados nos mastros aparelhando as velas para o desamparo do mar que cheirava a pesadelo e a gardénia, achámos à espera, entre barcos a remos e uma agitação de canoas, a nau das descobertas.

O pai morreu de escorbuto antes do Cabo Bojador ao darem pela proa com uma água tão tranquila como o pó das bibliotecas, e apodreceram um mês, comendo castanhas e carne salgada, até o vento estremecer o casco e empurrar uns contra os outros os pingentes de lustre dos marinheiros de uma revolta abortada enforcados nas enxárcias, depenados por gaivotas e milhafres atlânticos. Depois de sete amotinações sangrentas, onze assaltos de baleias extraviadas, missas incontáveis e um temporal idêntico aos suspiros de Deus na sua insónia pedregosa, um gajeiro berrou Terra, o mestre firmou o óculo no castelo da popa e lá estava a baía de Loanda invertida pela refacção da distância, a fortaleza de São Paulo no cume, traineiras de pescadores, uma corveta da Armada, damas que tomavam chá sob as palmeiras e fazendeiros engraxando os sapatos enquanto liam os jornais nas pastelarias das arcadas.

Atividades:

1. Tem ideia de que personagem se poderia tratar? Explique.
2. Comente a(s) época(s) em que se passa a cena, indicando seus traços pós-modernistas.

As naus aportavam vazias e partiam cheias, convexas de gente e de caixotes. Bissau despovoava-se de brancos e o início da estação das chuvas encontrou-os sem saber o que fazer numa terra de selvagens triunfais que estilhaçavam à metralhadora os postigos das fachadas. A do agrimensor, na altura ocupado a calcular em polegadas a fronteira da Costa do Marfim, deixou de procurá-los com os seus avisos de cozeduras e vinganças, e vieram a saber que se amancebara com um guerrilheiro pintalgado de Bolama, repartida com mais duas fulas numa cubata malcheirosa, a tramar castrações e garrotes. Um amigo da fábrica de sonetos gongóricos, chamado Jerónimo Baía, descreveu-lhes acontecimentos medonhos, sodomias, envenenamentos, rimas cruzadas, récuas de prisioneiros de algemas enxotados à coronhada para o mato. E quando o chá acabou e mergulhavam diariamente na água fervida o mesmo saquito sem sabor dependurado na extremidade de uma guita, a esposa, de costas para ele, anunciou-lhe na serena voz habitual com que enterrara, trinta e oito anos antes, a filha criança. Já não pertença aqui.

O marido olhou pela janela as lagunas de enguias de Bissau, o estuário deserto de pesqueiros, os telhados em que cantavam as guitarras sem cordas dos trovões, e viu reflectido no vidro um velho que demorou a reconhecer porque apenas se confrontava no espelho para a barba sumária dos sábados e prestava mais atenção aos lanhos do queixo do que à calva, às rugas e outras marcas e devastações do tempo, esticando a pele de iguana do pescoço com os beliscos dos dedos. A crueldade dos anos magoou-o como um castigo injusto e ao voltar-se para encarar a mulher, sugando das gengivas uma remota saudade de chá, indignou-

se de novo ao verificar, espantado, a erosão sem cura que o tempo provocara nela também, avariando-lhe as pernas de um mármore de varizes, aumentando-lhe as pálpebras, dissolvendo a cintura, e admitiu com desgosto que Já não pertencemos nem sequer a nós, este país comeu-nos as gorduras e a carne sem piedade nem proveito uma vez que se achavam tão pobres como haviam chegado. Nessa mesma tarde subiu aos damascos rotos e óleos de defensores do reyno do palácio do governo, esperou numa enorme cadeira de dignitário, no meio de dezenas de brancos e mulatos, que lhe pronunciassem o nome e um funcionário de jaqueta e punhal o recebesse na cave do edifício, atulhada de flippers e de mesas de bilhar desfeitas, e pediu, ao cabo de um silêncio difícil, dois lugares de porão para Lixboa. Ao entrar no quarto a mulher, instalada na ponta da cama, consertava o carrapito com uma multidão de ganchos. De modo que a avisou, mergulhando num púcaro a bolsinha do chá para o fim do almoço, Daqui a doze dias temos navio para a Europa.

(ANTUNES, António LOBO. *As Naus*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, 6.^a ed., 1.^a ed. ne varietur, p. 44–45)

Atividades:

1. A partir do extrato, desenvolva a problemática da descolonização e identidade.

Tornaram a estrada de Sintra atrás do escape de uma furgoneta de legumes que silvava gases de guerra por todos os poros da panela desfeita, enquanto vários pijamas revolucionários se desmoronavam em intermináveis acessos de tosse e o senhor transparente, de termómetro na boca, vacilava de febre à minha esquerda naufragado em limos de transpiração. Pinheiros afiados ameaçavam-nos das bermas perto do arco de trevas do desvio de Queluz devorado pela gula da hera. Um tapume que corria paralelamente ao alcatrão desvaneceu-se de súbito abandonando-nos numa mata de abetos. Polícias de trânsito

de bastões luminosos, emboscados nas encruzilhadas, multavam caleches desprevenidas. Os restaurantes e os monumentos de Sintra, diluídos numa neblina perpétua e desenhados por holofotes de estádio, achatavam-se no fundo da humidade com robalos entrando e saindo pelas janelas abertas a despedirem reflexos azulados. A estação dos comboios enchia-se na noite de malmequeres de ausentes, e nas vivendas de telhados como cornos de bois minhotos, marujos vogavam de perfil na preguiça das algas. O homem de nome Luís recordou-se dos crepúsculos concretos de Loanda onde tudo parecia exactamente o que era, sem mistérios náuticos nem pegadas de sereias ausentes, que se limitavam a conversar nos bares dos hotéis, de cigarro nas escamas das unhas, com belgas idosos a quem o quarto cálice de porto transtornava.

O trajecto de Sintra à Ericeira compunha-se de um desespero de curvas e contra-curvas com aglomerados de aldeolas no percurso, casas de campo, vivendas de emigrantes e cães estremunhados, de palatos negros, a ladrarem com ódio das portas das tabernas. Ultrapassaram o convento de Mafra repleto de centopeias e soldados, e chegaram à Ericeira pouco antes das três e vinte da manhã, chocalhando os ossos de frio no interior do pijama hospitalar, cada qual com o seu gargalo expectorante debaixo da boca e os comprimidos do pequeno-almoço na algibeira, sob as ordens do tísico do pífaro cuja asma assobiava como um fole empenado. Vaguearam por becos e pracinhas reconhecendo-se mutuamente pela tonalidade dos pigarros, a farejar, com o nariz cor de amêijoia dos doentes, a direcção do mar e a localização da praia, e esbarrando em cadeiras de esplanada, bancos públicos a que faltavam pranchas, taipais que lhes vedavam a água, muralhas de granito de cinquenta metros a pique, canoas de pescadores, redes enroladas, cintilações de bóias e os paus de toldo do verão acabado, com os seus desperdícios atolados nas dunas.

(...)

Amparados uns aos outros para partilharem em conjunto do aparecimento do rei a cavalo, com cicatrizes de cutiladas nos ombros e no ventre, sentaram-se nos barcos de casco ao léu, no convés de varanda das traineiras, nos flutuadores de cortiça e nos caixotes esquecidos, de

que se desprendiam odores de suicida dado às dunas pela chibata das correntes. Esperámos, a tiritar no ventinho da manhã, o céu de vidro das primeiras horas de luz, o nevoeiro cor de sarja do equinócio, os frisos de espuma que haveriam de trazer-nos, de mistura com os restos de feira acabada das vagas e os guinchos de borrego da água no sifão das rochas, um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tânger ao pescoço, e tudo o que pudemos observar, enquanto apertávamos os termómetros nos sovacos e cuspíamos obedientemente o nosso sangue nos tubos do hospital, foi o oceano vazio até à linha do horizonte coberta a espaços de uma crosta de vinagreiras, famílias de veraneantes tardios acampados na praia, e os mestres de pesca, de calças enroladas, que olhavam sem entender o nosso bando de gaivotas em roupão, empoleiradas a tossir nos lemes e nas hélices, aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível.

(ANTUNES, António LOBO. *As Naus*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, 6.^a ed., 1.^a ed. ne varietur, p. 188–189)

Atividades:

1. Quem é “o homem de nome Luís”?
2. Explique o motivo da travessia de Sintra à Ericeira, desenvolvendo o seu nível simbólico.

Antunes, António Lobo (1942): *Manual dos Inquisidores* (1996)

O romance oferece uma imagem da sociedade portuguesa antes e pós-25 de Abril, concentrando-se na questão do poder e apresentando vários caracteres em circunstâncias de rotura histórico-social (mudança do sistema político no país). O autor aplica, como de costume, uma subtil sondagem psicológica, conjugada com o registo do grotesco e da caricatura.

- Vais ficar com um palácio e peras Alice
ou seja um prédio desabado em que chovia

como na rua, buracos do tamanho de armadilhas para lince onde a gente enfiava os pés o tempo inteiro, um telégrafo ferrugento a servir de armário que volta não volta, igualzinho aos reformados, se lembrava do antigo emprego e desatava a tiquetaquear pedidos de socorro num empenhamento ferrugento, o meu marido radiante, a balouçar a cadeira roçando as nádegas no chão, com um hálito de cerveja capaz de matar osgas no tecto

- Que tal o palaciozinho Alice?

e o médico a aconselhar-me vitaminas e um cruzeiro à Grécia, vitaminas aliás que me custaram quase tanto quanto o pacote custaria se eu tivesse dinheiro para calhaus históricos

- Com vinte e seis anos de crocodilos e mosquitos o que é que a senhora queria?

crocodilos e mosquitos era o menos, uma pessoa habitua-se às terças conforme se habitua àqueles lagartos resumidos a um olho à deriva no rio que de quando em quando engoliam um preto como quem engole uma drageia, o que não fazia grande mal porque os pretos nasciam às ninhadas ao ponto de eu pensar que as mulheres deles, em vez de engravidarem, punham à noite uma dúzia de ovos nas cubatas e de madrugada, ao acabarem de chocá-los, havia um novo bando de pretinhos aos saltos no capim, de maneira que crocodilos e mosquitos

eram o menos, o pior era ninguém nos comprar nada na cantina a não ser o meu marido que se tornara o único cliente de si próprio, a gastar-nos uma grade de cerveja num vê se te havias acompanhado pelo indiano que parecia ter oito braços como os deuses dele para poder segurar oito gargalos e apressar o nirvana, que consistia em ficar de pálpebras reviradas, a babar-se de felicidade numa monção de perdigotos, crocodilos e mosquitos eram o menos, o pior era eu nas pranchas de jangada atadas umas às outras que nos serviam de cama, a navegar uma lua de oito dias que me descia em cascata pelas pernas, com o telégrafo a sobressaltar-me a agonia com os seus discursos delirantes e as mangueiras a desfazerem-se em lágrimas sob a chuva de Novembro, o pior era o fornecedor de Malanje, um chinês minúsculo e gelado, de órbitas impiedosas semelhantes a ranhuras de caixas de esmolas tortas, que se a própria mãe caísse na asneira de lhe dever um tostão a acompanhava de arroz chau-chau e a comia com pauzinhos, escoltado por um segundo chinês que a adivinhar pelas banhas e pelo contentamento do sorriso já comera a mãe de certeza, cortando-nos o crédito e as mercadorias, o meu marido quase de joelhos

- Não me deixe sem a cervejinha amigo

(...)

para ser completamente franca lembro-me do meu marido a correr pelo capim, dos pretos que coçavam a barriga a pensar na morte da bezerra a quem aquela agitação escandalizava, e como da varanda se avistava o rio e os olhinhos a flutuarem nos caniços lembro-me da boca de um crocodilo mesmo junto à margem a espreguiçar-se de repente, lembro-me, com uma certa alegria, do meu marido a tropeçar numa raiz, do meu marido no ar, a perder um dos chinelos numa cambalhota inesperada, lembro-me como se fosse hoje do derradeiro ganido, um segundo antes de se evaporar no esófago do bicho

- Alice

e o médico de Luanda a imaginar a cena e a calcular o que eu padeci, emocionado que graças a Deus há médicos sensíveis, a dar-me pancadinhas compreensivas na mão

- Coitada

o jacaré trancou os lábios com o meu marido dentro, mergulhou no lodo para proceder à digestão e até hoje, abandonando cinco dúzias de mestiços aos horrores da orfandade, eu, viúva, entreguei os tarecos aos escarumbas que os fitaram, a catar as virilhas, numa indiferença de desprezo por não serem Império, e recolhi de luto rigoroso à capital, onde a acumulação de detritos e fazendeiros do café dificultava o trânsito nas ruas, com uma marginal de palmeiras e uma prostituta, nascida com cada árvore, encostada ao tronco e pronta por grandeza de espírito a ajudar os fazendeiros a lavarem o dinheiro nos lençóis sujos da ilha, uma cidade onde os pretos coçavam um pedacinho menos a barriga e se mexiam um pedacinho mais que no mato graças ao argumento pedagógico de um pontapé com alma ou de uma bofetada a tempo, amontoados em bairros de miséria na companhia de cães que eles sovavam por seu turno porque o instinto educativo

(ANTUNES, António LOBO. *Manual dos Inquisidores*. Lisboa: Dom Quixote, 1996, p. 212-213)

Atividades:

1. Neste extrato a voz pertence à personagem feminina, dona Alice, que comenta a sua vida em Angola. Tente traçar o seu perfil e suas peripécias.
2. Qual é a imagem de África aqui exposta?

o major e eu nas patrulhas de jipe durante os crepúsculos sobre a chuva, o asco dos mortos, os faróis oscilando a descobrirem muros, ângulos de prédios, taludes, construções de adobe, rápidas sombras que fugiam, e numa aldeia de cadáveres, cadáveres de cachorros, de vitelos, de mulas, de pessoas, de coisas, cadáveres de cadeiras, de caçarolas, de baldes, de gavetas, de fogões, horríveis cadáveres mutilados de fogões, disparos nossos, disparos dos outros que eram nossos também, eu no assento escondido atrás das costas do major, a segurar as lágrimas em gemidos de ovelha, com uma pasta molhada entre a pele e as calças e

o major a endireitar-me no banco, filando-me a camisa com a raiva da mão

- Tenha termos senhor ministro seja um homem não me obrigue a bater-lhe

num cruzamento de travessas uma música de gramofone de manivela numa cabana desfeita pela guerra e pela chuva no meio de cabanas desfeitas pela guerra e pela chuva, o major a descer do jipe de pistola, eu a descer do jipe a seguir ao major, enterrado em detritos lodosos, procurando distinguir a direcção das balas, alguém se aproximou da música, abriu a porta com a coronha, a tábua sem gonzos que servia de porta sob a tremura do vento, entrámos de roldão no quarto sujo com pratos e talheres no soalho, peças de roupa numa corda, no quarto que era a cabana inteira e no centro do quarto o gramofone antigo, o disco antigo, o gramofone de caixa de madeira e campânula amolgada parecida com as trompas dos anjos a tocar a Internacional ao acaso dos ressaltos da agulha, o major disparou a pistola contra a música e a caixa de madeira transformada numa complicação de cilindros e de molas e de mecanismos estranhos, o major para os agentes, apontando as paredes de barro e de trapos e de pedaços de cartão, apontando o capim, os fragmentos de telha e os pneus usados do tecto

do tecto do tecto

do tecto, apontando as outras cabanas e as palmeiras e o vento e a chuva e os cadáveres das coisas, os horríveis cadáveres mutilados de fogões, apontando-me a mim como apontava as cadeiras e as caçarolas e os baldes e as gavetas, apontando-me principalmente a mim, o major, esquecido do gramofone, apontando-me apenas a mim

- Queimem esta merda toda

os agentes que aumentavam e diminuían consoante as lanternas trouxeram latas do jipe, desrolharam as latas, regaram-me de petróleo, chegaram-me um fósforo e comecei a arder, palavra, comecei a arder, comecei de facto a arder de maneira que é tarde demais para sair daqui, tarde demais para você me desatar a ligadura do braço e me ajudar a levantar e a caminhar para o armário, tarde demais para tirar a roupa do cabide, me vestir, tropeçar corredor fora amparado a si, quase

pendurado em si sem acordar a vigilante, tarde demais para me levar à quinta onde ninguém me espera, nem a Isabel a envernizar as unhas ou a fazer uma paciência de cartas ou a ler uma revista na sala, nem a Titina correndo à cozinha a aquecer-me o jantar, a sopa a saber a gás, as almôndegas insonsas, o molho coalhado, a quinta sem estufa nem celeiro nem pomar, habitada pela fúria dos eucaliptos, pelo esqueleto do moinho, pelos uivos dos corvos, tarde demais para me tirar do seu carro e me deixar numa esquina, no metropolitano, num vão de escada, num banco de jardim, nas camionetas de carga do Intendente, tarde demais para viajar até casa porque os agentes trouxeram latas do jipe, desrolharam as latas, regaram-me de petróleo, chegaram-me um fósforo e comecei a arder, comecei de facto a arder, as paredes de barro e de trapos e de pedaços de cartão a arderem, o tecto de palha e fragmentos de telha e pneus usados a arder, as palmeiras e a chuva e o vento e os cadáveres das coisas a arderem, os horríveis cadáveres mutilados de fogões a arderem, as caçarolas, os baldes, as gavetas, de forma que lhe peço o favor de dizer ao pateta do meu filho, quando ele vier no sábado, dizer ao pateta do meu filho que não sabe sequer governar-se sozinho nem tomar conta de si, um inútil, um pobre diabo, um garoto com medo do escuro, dos ciganos, dos lobos, dos ladrões, dizer ao pateta do meu filho

como hei-de explicar-lhe, como hei-de tornar isto claro, dizer ao pateta do meu filho que posso não ter sido mas que, posso ter falhado mas que, dizer ao pateta do meu filho, você compreende, dizer ao pateta do meu filho

peço-lhe que não se esqueça de dizer ao pateta do meu filho que apesar de tudo eu

(ANTUNES, António LOBO. *Manual dos Inquisidores*. Lisboa: Dom Quixote, 1996, p. 410–412)

Atividades:

1. Trata-se do último capítulo do romance em que a voz pertence ao ex-ministro do governo salazarista, Francisco. Tente traçar o seu perfil. Onde se encontra? Qual é o seu maior trauma? Como lida com os seus remorsos?
2. Tente reconstruir a relação entre Francisco e seu filho.
3. Tente interpretar o título do romance.

Antunes, António Lobo (1942): ***O Esplendor de Portugal* (1997)**

O romance, tal como Manual dos Inquisidores, pertence também ao ciclo do poder e das suas manifestações, mas aprofunda ainda mais a problemática da descolonização. No exemplo duma família de ex-colonos de Angola, o autor mostra a gravidade e complexidade da questão dos retornados. Só um membro da família – Isilda – se recusa a partir para Portugal, acabando por sofrer as consequências desta decisão.

na vivenda de colunas ao centro da plantação de tabaco com caveiras de hipopótamos e elefantes na varanda, cabeças de leões, leopardos e antílopes entre peles de zebra, flechas, lanças, bacamartes, o meu padrinho de capacete colonial e dúzias de netos mulatos vindos de bastardos mulatos patinhando nos compartimentos da casa, o velho de charuto nos dentes que no primeiro domingo de cada mês inclusive nas chuvas, de picadas transformadas em cascatas de lama e o céu negro de nuvens, tirava a mula do estábulo, a sovava a chicote para lhe recordar a obediência e amansar o carácter com o animal a escoicear jogando os cascos aos relâmpagos, a selava, colocava o freio, pontapeava a barriga mais três ou quatro vezes a animar a memória, vestia um impermeável de borracha amarela e trotava vinte e seis horas mato fora até a Baixa do Cassanje de visita à minha família com um dos filhos mestiços de canhangulo atrás dele, enorme e calado tanto quanto o meu padrinho era falador e miúdo de carne, o filho a quem se dirigia como a um desconhecido importuno e o tratava par patrão seguindo-o mesmo se o velho se instalava à mesa para almoçar connosco, ou passeava com o meu pai a comentar as plantas, procurar parasitas, correr o mindinho ao comprido das hastes, saíam a caçar pacaças aos solavancos nos desníveis da erva, o chofer luena a conduzir, o meu padrinho e o meu pai no banco dianteiro orientando as miras no sentido das pegadas, o mestiço de cartucheiras ao colo e nisto o jipe parado numa enseada, hastes que bebiam, o velho para o filho não se voltando, estendendo a

mão aberta

- Sansão

o mestiço a entregar os binóculos e a carabina, o meu padrinho procurando no nevoeiro embaciado o macho que comandava o grupo pela disposição das fêmeas e das crias entre os pescoços curvados para a água, a encontrá-lo, a cuspir a ponta do charuto, a extrair um novo charuto do impermeável amarelo, a cravá-lo nos lábios como uma espécie de cunha

(lembro-me das patilhas arruivadas, do bigode arruivado, lembro-me da cabeça pequenina e do cabelo em escova)

a medir a pacaça e a obrigá-la a tombar sem um espasmo, de patas flectidas, num desamparo de coisa como ele tombou por seu turno dois ou três agostos depois, no mais frio da estação, em que o tabaco amanhecia rígido de geada e nós a protegê-lo com gaiolas de caniços e coberturas de plástico constantemente ameaçadas pela ira dos cães, o velho caído durante uma emboscada a uma chita sozinha, um animal idoso a quem faltavam unhas que se percebia nas marcas devorando um a um os vitelos e as cabras, amarrámos um bode a um espigão, preparámos uma pirâmide de tábuas e palha a fim de nos escondermos junto à angústia do animal preso, o meu padrinho, o meu pai, eu e o filho mestiço, tão obediente e silencioso que quase se cuidava não existir com a braçada de armas no sovaco, esperámos que os gritos de criança assassinada do bode, os seus balidos de puro terror, atraíssem a chita, uma noite inteira sem falar, de ossos a baterem uns nos outros, não molares, ossos a baterem uns nos outros escutando os mochos, os arbustos, as palmeiras dos túmulos dos reis gingas e nisto o bode sem se mover pela primeira vez desde que o tínhamos trazido, uma sombra em diagonal ou a sombra de uma sombra

ou a sombra de uma sombra de uma sombra

escorregando como água ou luz sobre as restantes sombras, respiração amarga de fome que nos pesava no sangue e o espessava obrigando-o a oscilar nas veias, não correr, oscilar

- A chita

segredou o meu pai às trevas de pranchas e palha da cabana que

a minha insónia avermelhava acendendo-me no corpo candeias que doíam

- A chita

o meu padrinho para o filho encontrando o ponto onde apoiar a espingarda

(ANTUNES, António LOBO. *O Esplendor de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 82–83)

Atividades:

1. Adivinhe a quem pertence a voz no extrato. Indique os signos do seu estatuto social, bem como os traços da sua mentalidade colonial.
2. Quais são os membros da família aqui mencionados? O que se chega a saber deles?
3. Tente parafrasear o que acontece no extrato.

Antunes, António Lobo (1942): Crónicas

Para além dos romances, Lobo Antunes reflete o tema pós-colonial na sua obra cronística. Uma destas crónicas, “Crónica Para Ser Lida Com Acompanhamento de Kissanje”, incluída no volume Segundo Livro de Crónicas (2002), pertence às mais emotivas, deixando clara a relação do autor para com o espaço africano.

A coisa mais bonita que vi até hoje não foi um quadro, nem um monumento, nem uma cidade, nem uma mulher, nem a pastorinha de biscuit da minha avó Eva quando era pequeno, nem o mar, nem o terceiro minuto da aurora de que os poetas falam: a coisa mais bonita que vi até hoje eram vinte mil hectares de girassol na Baixa do Cassanje, em Angola. A gente saía antes da manhã e nisto, com a chegada da luz, os girassóis erguiam a cabeça, à uma, na direcção do nascente, a terra inteira cheia de grandes pestanas amarelas dos dois lados da picada e uma ocaisão

Lembro-me

Um bando de mandris numa encosta, quietos, observando-nos. Depois cansavam-se de nós e desapareciam na sombra dos caules. A coisa mais bonita que vi até hoje foi Angola, e apesar da miséria e do horror da guerra continuo a gostar dela com um amor que não se extingue. Gosto do cheiro e gosto das pessoas.

(...)

Conversava com a tia Teresa ao fim da tarde quando me vinham saudades de tudo. Às vezes impingia-me uma das suas empregadas: nunca fui capaz de aceitar. Mandava vir uma bacia com água, sabão, uma toalha, e lavávamos ambos, solenemente, a cara. Um dia entregou-me uma lata de pó de talco, na ideia de me proteger do mau olhado. Se calhar protegeu. E, de palmas cor de caliça, comíamos moamba juntas. Ela e o kimbanda Kindele, ou seja o médico branco. Eu que tantas vezes, em África, tive vergonha de o ser. O meu corpo tão desgraçoso. Se encostasse o meu ouvido a uma árvore não sabia, como a tia Teresa,

quem vinha. Mas o soba Kaputo convidou-me para padrinho do filho, a maior distinção que recebi até hoje: por educação, ninguém troçou da minha forma de dançar. Uma velha com a brasa do cigarro no interior da boca apertou os meus dedos nos seus dedos:

euá Velha

aperta os meus dedos outra vez: estou a escrever isto com uma alegria grande, a mesma com que aos domingos de manhã fumava mutopa cachimbo de cabaça

com os homens, os ouvia falar, jogava com eles uma espécie de gamão de pedrinhas à medida que olhava a jangada a atravessar o rio Cambo, debaixo dos morcegos do crepúsculo, com os candeeiros da Chiquita ao longe. Os girassóis recolhiam a cabeça para poderem dormir, os mochos voavam contra os faróis do jipe, no caminho. A fazenda de tabaco do senhor Gaspar, com as suas caveiras de hipopótamo. O senhor Gaspar sorria no interior do bigode

euá Senhor Gaspar

sentávamo-nos na varanda

- Tumama tchituamo

e o macaco dele, aos guinchos, fazendo tilintar a corrente: dava-lhe o medo do escuro. Lá vinha a bacia de água, o sabão, a toalha. No meio da miséria e do horror havia momentos de um contentamento tão grande. Uma paz de eternidade que não voltei a encontrar. O que mais quero no mundo são os girassóis da Baixa do Cassanje e eu a caminhar a voar

por entre eles.

- Euá Velha

aperta os meus dedos outra vez.

(ANTUNES, António LOBO. *Segundo Livro de Crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, 2002, p. 32–33)

Atividades:

1. Especifique os elementos particularmente caros ao narrador.
2. Compare tais elementos com os romances *Os Cus de Judas* e *Conhecimento do Inferno*. Indique os traços intertextuais.

A crónica “078902630RH+” de Terceiro Livro de Crónicas (2006) é particularmente explosiva e torrencial, testemunhando o grau de envolvimento emocional, bem como o trauma que continuam a acompanhar o narrador/autor durante um longo período temporal. As sensações parecem tão vivas como nos seus primeiros romances.

E de súbito isto regressa como um vómito, o mesmo enjoo, o mesmo mal estar, o mesmo nojo. O prisioneiro sem pernas que se amarrava ao guarda-lamas do rebenta-minas e gritava o tempo todo. O quartel da Pide com os prisioneiros lá dentro, e a mulher do inspector que lhes dava choques eléctricos nos tomates. O alferes que durante um ataque saiu da caserna com um colchão sobre a cabeça, a borrar-se literalmente de medo. O primeiro morto, um condutor a que chamávamos Macaco. A gente a escolher os nossos próprios caixões na arrecadação: continuo a lembrar-me do meu. Pregava-se a medalha que trazíamos ao pescoço, com o número mecanográfico e o grupo sanguíneo

(a minha 078902630RH+)

na madeira. Os pelotões de regresso da mata, desfeitos de cansaço.

O helicóptero

- Atenção mosca atenção mosca

dos feridos. A minha pergunta constante

- Porquê?

o ruído do milho, à noite, contra o arame. O apontador de metralhadora, ferido ao pescoço, que continuava a disparar. Os nossos morteiros 70 contra os morteiros 120 do MPLA. O Melo Antunes a comunicar que tínhamos feito prisioneiros

(uns velhos, uma mulher grávida)

O Pide a dar um pontapé na barriga da mulher grávida, o Melo

Antunes a apontar-lhe a pistola e a mandá-lo ir-se embora, o Pide a ameaçá-lo, o general furioso com o Melo Antunes. Como perdíamos muitas camionetas com as minas, a ordem

- As Mercedes são ouro, os homens que piquem

e com as picas as minas anti-pessoais a arrancarem as pernas aos soldados. Metia-lhes garrotes e iam acabar no Luso de embolias gordas. Isto regressa como um vômito e tenho de falar nisto. E vocês têm de ouvir, porque eu continuo a ouvir. Em nome do Pereira, do Carpinteiro, dos outros que perdemos. Vocês têm de ouvir. Mesmo que eu escreva isto mal porque estou a escrever com o sangue dos meus mortos. Não posso esquecer. Não consigo esquecer. Eu, o 078902630RH+, não consigo esquecer. Porque no dia em que esquecer mereço que alguém pague a minha medalha no primeiro caixão. Escrevo mal porque estou a escrever com o dedo na terra. Não é uma crónica, não é já um vômito, são lugares-comuns se calhar mas não importa. Eu estive lá. Eu vi. Não pretendo fazer arte, alinhar coisas bonitas. Não sou escritor agora: sou um oficial do exército português. Não terei sido um criminoso por haver participado nisto?

(ANTUNES, António LOBO. *Terceiro Livro de Crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, p. 111–112)

Atividades:

1. Identifique a atitude do narrador perante as atrocidades nas quais tem que participar.
2. Compare esta atitude com os romances *Os Cus de Judas* e *O Conhecimento do Inferno*.
3. Especifique a problemática existencial.

Antunes, António Lobo (1942): Comissão das Lágrimas (2011)

Um dos recentes romances que aborda novamente os temas pós-coloniais. A personagem principal, Cristina, internada numa clínica em Lisboa, começa a redigir um livro sobre a sua suposta infância em Angola (anos 70, incidindo sobre o ano de 1977). Este livro, não obstante, não se restringe àquilo que realmente poderia ter sido vivido por uma rapariga dos seus cinco ou seis anos, expande-se espacial e temporalmente, recuando até aos anos 60 (massacre de Cassanje) e alcançando à Metrópole. Há, no entanto, ainda outras vozes que entram na narrativa: sobretudo as vozes dos pais de Cristina que participam na perfeita polifonia do romance.

Às vezes, quando o vento olhava para trás, as mangueiras punham-se a contar a minha história, comigo sentada no chão da sala, sob o candeeiro, e lá fora, apesar de uma pontinha de lua, não redonda, estendida nos telhados, e da suspeita de uma segunda lua que ninguém viu e no entanto sei em mim como uma presença secreta, tanto escuro e tanta ameaça no escuro, sabia que prédios à nossa volta e não dava por eles, ruas que deixara de conhecer, pessoas que desejavam não entendia o quê, os militares que tomavam conta do meu pai a dormirem, invisíveis, no jipe, sob essa outra lua que nenhum de nós via, percebia-se uma trepadeira ou era eu que inventava a trepadeira onde trepadeira alguma, a minha mãe

- Estás a espreitar para onde?

e não estava a espreitar, ouvia as mangueiras que derivado à noite não existiam tão pouco, ganas de perguntar se continuamos vivas numa terra de que não distinguia a pulsação nem os contornos e tive medo que me respondesse, a cara, sob o candeeiro, embora familiar, estrangeira, com a luz a aumentar as narinas e a prolongar a boca, sombras fundas em cada prega da blusa e gestos diferentes dos seus, parecidos com os movimentos dos sonhos cujo significado me escapa, mesmo ao lembrá-los, acordada, não percebo o que dizem conforme

não percebo o que este livro diz, limito-me a escrever o que as coisas ordenam e o único assunto de que não falo é da lua secreta que de vez em quando revela episódios dispersos, o meu pai a rezar e a pedir perdão a uma janela sem avencas porque não existiam avencas nem sinos em Luanda, existe o escuro, que mencionei ao princípio, mesmo durante o dia, e no interior do escuro pessoas raspando a terra numa esperança de grilos, visto que o peixe seco e a mandioca acabaram, também comeu grilos durante a guerra, pai, olha as criaturas que avançam de gatas nas aldeias de leprosos, latindo de pavor sob os tiros, o enfermeiro tão miserável quanto eles

- Venham cá

e na cubata do enfermeiro uma mulher abraçada a uma galinha, a quem amarrou as patas para a impedir de escapar-se e as patas idênticas às nossas mãos, demasiado duras e escamosas e sujas, olhos de leprosos, vazios de tudo o que não fosse incompreensão ou sofrimento, por baixo das penas nem um pedaço de carne, filamentos e ossos, nas povoações malas de peixe a mirrarem num armazém desmantelado e na mata espinhos e capim ardido, levaram um prisioneiro português a tropeçar de febre, com um pedaço de camisa a cobrir uma ferida na perna e o suor das sobranceiras a fazer as vezes de lágrimas e enquanto os soldados procuravam sinais de palanca o meu pai a segredar-lhe

- Mostra

como para o colega do seminário em criança e as palmeiras a estalarem sem fim, noutras ocasiões um daqueles que esperavam o interrogatório na Comissão das Lágrimas com o qual o meu pai se aferrolhava num dos gabinetes do fundo

- Mostra

sob a cinza difusa da segunda lua, a minha mãe

- Estás a espreitar para onde?

e eu sem responder

- Estou a espreitar o seu marido senhora

para que o meu pai não ouvisse, a rezar e a pedir perdão quando se julgava sozinho, fabricar uma trepadeira que o oculte da gente, as mãos juntas, o murmúrio de desculpas e a sua zanga consigo, como dizer às

mangueiras que não lhe contem a história, tirou o pedaço de camisa da perna do português e enrolou-lho ao pescoço, assistiu à língua e a uma veia na testa e mal a veia e a língua desapareceram e o pé se prolongou além do tornozelo entregou-o aos pássaros deixando-o na erva, na Cadeia de São Paulo disparos inaudíveis, granadas sem som, nenhuma rapariga a cantar, porquê a minha mãe, senhor, por que motivo a esperou dias seguidos à chuva, o meu pai instalado no jipe, a pegar na pistola e a arrepender-se da pistola

- Não fales comigo

vendo o prefeito no meu lugar

- Seis horas seis horas

a deslocar-se entre as camas, não preto, mestiço, de batina a que faltavam molas, e o remoinho de acenos com que a esposa do chefe de posto espantava a criação, pitas cuja crueldade a fome aumentava, tudo é cruel em Angola, o prefeito batia o vime nos colchões

- Depressa

à medida que o latim dos padres crescia, santos de barba, sem verniz, a espantarem-se imóveis, que pode por nós um Deus pobre e ausente que trocou África pelo barco de regresso a Portugal , entre infelizes como Ele, passando o tempo em Lisboa, de papelinho numerado na mão, a fim de entregar os impressos de uma reforma que não vinha, de modo que em Angola a gente sozinhos enquanto a minha mulher, cada vez menos plumas e as lantejoulas sem brilho, dançava numa cave para cadeiras desertas, qual o sentido disto diante da baía sem ondas, os pretos das traineiras a chuparem gasóleo nos depósitos da tropa, volta e meia uma pistola, um preto das traineiras caído e o gasóleo a derramar-se no chão, logo bebido pela terra que bebe tudo, incluindo os nossos passos, visto que não há ecos aqui e as mangueiras contam a minha história a ninguém, sobra o jipe do meu pai a coxear entre ruínas e nós duas à espera, eu à espera das ordens das vozes e você o que esperava mãe, que o seu avô morto atravessasse um quintal, que não sabe onde fica, tentando descobri-la entre as manchas dos olhos

- Rapariga

sem que a lograsse encontrar, que pessoa senão o seu avô continua

para além dos pinheiros e serras que o comboio esqueceu, o meu pai detestando-se a si mesmo

- Mostra

sem coragem de se observar nos espelhos, interroguem-me na Cadeia de São Paulo, prendam-me os pulsos, espetem-me um tiro em cada perna, matem-me, o avô investigando as algibeiras da memória

- Quantos anos tenho agora?

e uma pilha com muitos números quase a cair-lhe das mãos, talvez que um deles se perca e a minha mãe a descansá-lo

- Estão aqui todos senhor

(ANTUNES, António LOBO. *Comissão das Lágrimas*. Lisboa: Dom Quixote, 2011, p. 137–140)

Atividades:

1. Adivinhe a quem pertence a voz no extrato (se há mais vozes, tente identificá-las).
2. Defina as coordenadas espaço-temporais.
3. Especifique os problemas, conflitos e traumas das personagens.

Braga, Maria Ondina (1932–2003): *Estação Morta* (conto incluído na coletânea homônima de 1980)

Um dos mais belos contos da autora em que a temática da descolonização e das suas consequências é tratada pelo menos parcialmente. A protagonista, Dora, num desejo de encontrar o sossego e a calma nas férias, instala-se, na estação baixa, no Grande Hotel do Parque à beira-mar, aí vivendo uma aventura inesperada e um tanto lúgubre, tocada de erotismo e horror. Lourenço, um dos homens ligados ao hotel, esconde algo terrível do seu passado, então vivido em África.

Lourenço não se conformava com o desinteresse de Dora a seu respeito: «Engraçado! Você é a única pessoa que não quis saber nada de mim. Toda a gente se espanta de eu viver aqui sozinho, na minha idade...» Falou dos fios da infância que o prendiam ao hotel. Que casa! Salões doirados para casamentos, para festas de fim de ano. O melhor do concelho, antes do incêndio. No Inverno costumava brincar com o filho do guarda da mata nos compridos corredores, de quarto para quarto: «Os sustos que lá apanhei! Ele era mais velho que eu um ano ou dois, apagava as luzes, saía de repente de uma porta: ô-ôô... e eu aos berros, como se visse uma alma do outro mundo. O quarto por cima do que você ocupa foi onde o meu pai morreu. Tinha há pouco mandado construir o pavilhão para lá viver com Mme. Henriette. E no dia do enterro estalou uma tempestade tão forte que o telhado foi pelos ares - baixava a voz. - Logo constou que era do funeral sem padre ...» Um telhado de loiça como o dos templos orientais.

Calou-se, de olhar fixo, vítreo (chorava?). Sacudiu a cabeleira basta e ondulada. O pai. Coitado do pai! Prometera reconquistar-lhe a fazenda que o MPLA lhe havia assaltado nos Dembos. O tio esquartejado lá por esses cães. Prometera. Por isso se atirara a eles com quantas ganas tinha ... -Ergueu-se de um salto. Encarou-a:

- Para que estou a falar nisto, para quê?
- Essa agora... Falou porque quis. Alguém lhe fez perguntas?

Serenou. Tinha razão, ela. Mas aquilo não o largava. Já lá iam perto de três anos e ainda sonhava com a guerra. Uma vez uma mina explodiu no mato à sua frente. Por um triz não o atingiu. Três camaradas pulverizados, simplesmente pulverizados: a quem tinham pertencido aquelas divisas?, aquela medalha?, as unhas?, os dentes? Horrível! E, já no fim, o ataque aos musseques! «A pretalhada a debandar das cubatas como macacos, aos guinchos ...» Noites lindas. Que Lua! E o cheiro a podre dos cadáveres.

(BRAGA, Maria Ondina. *A Rosa de Jericó*. Lisboa: Caminho: 1997, s. 224–225)

Atividades:

1. Situe os acontecimentos narrados no contexto espaço-temporal.
2. Descreva a mentalidade de Lourenço. Qual é a sua relação com Dora? Em que se baseia a tensão criada entre eles?
3. Comente o título do conto e seu alcance simbólico.

Camacho, Francisco (1969): Niassa (2007)

O romance segue os esquemas de realismo puro e enxuto, misturando ficção e reportagem e contando um caso extravagante de um rapaz nascido em Moçambique e depois sustentado e educado pelo tio abastado em Lisboa, que um dia toma o desafio de ir procurar o seu irmão mais velho e desaparecido algures no Norte de Moçambique. Durante uma viagem de regresso às origens que, para o rapaz, constitui a verdadeira iniciação social, política e erótica, descobrem-se os rastros de uma antiga tragédia. O lago Niassa, um paraíso na terra em que não falta sequer uma mulher divina, é um lugar de chegada. Embora falho de certa ambição “artística”, o romance cujo autor não provém de África, exprime algo que, de alguma forma, continua presente na mentalidade portuguesa: atração pelo desconhecido e pela aventura, bem como um sentimento de saudade e nostalgia do espaço perdido.

Quando era miúdo, pouco depois de o meu pai se ter ido embora, decidi vasculhar o sótão do meu tio David à procura de alguma coisa que ele tivesse deixado para trás. Encontrei um caixote. Tinha uns papéis sem interesse, as três fotografias que passaram a constituir o meu ridículo álbum de infância em África e uma velha edição da revista *Geographica*, da Sociedade Portuguesa de Geografia, em que havia um artigo sobre o Niassa. Agora revejo essa descoberta coma um momento patético, mas na altura fiquei entusiasmado. Finalmente, tinha alguma coisa de palpável sobre o Niassa e rompido a muralha de silêncio. Li o artigo as vezes suficientes para o decorar como se fosse um documento secreto e precioso que, a todo o instante, tal como no filme, podia autodestruir-se. Foi assim que fiquei a saber praticamente tudo o que sei sobre o Niassa. Na verdade, tudo o que sei até hoje. Por exemplo: que só nos anos 60 do século xx é que um cidadão português, um tal Nuno Valdez dos Santos, se dignou fazer um levantamento do outrora distrito. Embora longe de ser completo, o estudo tinha o seu valor. Era o primeiro livro que trazia alguma luz sobre a mais

extensa e menos povoada das províncias de Moçambique. Não consta que até então alguém tivesse mostrado interesse por aqueles 130 mil quilómetros esquecidos na África portuguesa. Valdez dos Santos, capitão de Infantaria, compilou os dados recolhidos no terreno e, como não poderia deixar de ser, escolheu para título da obra *O Desconhecido Niassa*.

O livro realçava a ignorância do poder colonial em relação a tudo o que dissesse respeito à região, quase quinhentos anos decorridos sobre a chegada dos primeiros portugueses à costa de Moçambique. Era como se o isolamento e a vastidão do Niassa fossem vistos como uma maldição pelos homens de Lisboa e essa maldição tivesse perdurado durante séculos a fio. Foi preciso chegar o ano de 1891 para Portugal manifestar algum interesse pelo controlo efectivo da área - mesmo assim, sem correr grandes riscos. Em vez de se embrenhar no mato, o Estado optou por conceder direitos majestáticos, sobre toda a faixa norte de Moçambique, à empresa Bernardo Daupias. Por decreto do ministro Júlio Vilhena, nascia então a Companhia do Niassa, que se tornaria na senhora absoluta daquela parcela do império durante as três décadas seguintes. A soberania da Companhia do Niassa teve os seus momentos históricos, mas não durou muito. Foi marcada pela celebração da paz com o indomável régulo Mataka, em 1912, e pelas batalhas da Primeira Grande Guerra travadas nas margens do Rovuma entre o exército português e as tropas alemãs do Tanganhica, a colónia que os ingleses viriam a herdar com o Tratado de Versalhes.

(CAMACHO, Francisco. *Niassa*. Lisboa: ASA, 2007, p. 64–65)

A Baixa do Cassanje era um feudo com 35 mil famílias que trabalhavam num regime próximo ao da escravidão. Isto pode parecer discurso de historiador, mas as coisas eram assim mesmo. Proibidos de transpor o perímetro da zona algodoeira da Cotonang, os indígenas eram forçados a cultivar o algodão e a vendê-lo ao preço da chuva. A empresa limitava-se a fornecer-lhes as sementes. Não lhes pagava salários, nem prestava qualquer tipo de apoio ou incentivo durante

as campanhas, fossem pesticidas, fertilizantes ou uma compensação simbólica em caso de cheia ou seca. Os indígenas estavam à mercê das pragas e das partidas do tempo. Se algum azar compromettesse as culturas, perdiam um ano de trabalho e passavam fome. Capatazes embrutecidos pelo isolamento tratavam de fazer cumprir a lei e vergar os resistentes.

A vida nas plantações de algodão depressa se tornou insuportável para o meu pai. Passou a dormir mal, assustado com as condições de trabalho dos agricultores, com a saúde precária das crianças e com a fome. Não gostou de saber que, depois de um dia inteiro de trabalho duro, muitos camponeses se viam obrigados a caminhar vários quilómetros até aos pequenos talhões de terra onde cultivavam o seus próprios alimentos, porque a Cotonang, desprezando a agricultura de subsistência, cercara as aldeias com plantações sem deixar um palmo de terreno para outra coisa que não fosse o algodão. Uma das primeiras ordens que o meu pai recebeu directamente da empresa foi proceder à mudança forçada de várias famílias para que as aldeias onde elas sempre tinham vivido dessem lugar a novas plantações. Recém-chegado, ele acatou a ordem a custo - mas percebeu que o seu futuro não passava por ali.

Lopo Roque tinha uma espingarda em casa. Foi com essa arma que o meu pai se familiarizou com os coices da caça grossa. E foi também com ela que começou a revelar a sua pontaria, disparando contra os alvos distantes colocados no enorme terreiro de Tembo Aluma, diante de ajuntamentos de nativos que soltavam gargalhadas nervosas depois de cada estrondo. Certa vez, Lopo Roque comunicou por rádio com Malange e, inventando um qualquer problema repentino numa zona distante da circunscrição, informou que teria de se ausentar durante alguns dias e que, para o que desse e viesse, se faria acompanhar pelo agente de campo de Mapa. Foi a primeira vez que o meu pai foi à caça. Abateu dois antílopes nas imediações de Duque de Bragança e, encorajado pelos elogios de Lopo, descobria a sua vocação africana. Os dois amigos repetiram estas expedições secretas. Tantas quantas as necessárias para que Lopo Roque começasse a olhar o meu pai como

um caçador nato.

Com o passar dos meses, Lopo Roque deixou de falar apenas de caça durante os encontros cada vez mais frequentes na casa de Tembo Aluma. Há já algum tempo que o chefe de posto pressentia agitação entre os negros e, muito embora tivesse alertado as autoridades de Malange para o problema, que ele não hesitava em relacionar com o regime imposto pela Cotonang, os avisos não tinham produzido qualquer efeito. Além da paixão pela caça, os dois amigos começaram a partilhar as mesmas preocupações com o futuro daquela zona, que parecia tão distante de Malange ou de Luanda como de qualquer outra parte do mundo. O tempo não tardou a dar-lhes razão.

(CAMACHO, Francisco. *Niassa*. Lisboa: ASA, 2007, p. 42–43)

Varrendo o milho à catanada, mais de cem guerrilheiros fardados avançavam em linha pelo campo verde. Agora era a vez dos profissionais, pensou Hoffman, e logo um disparo de lança-granadas foguete explodiu sobre o grupo colocado no cimo da colina. Dois homens morreram. Na resposta, Daniel e Rafa abateram meia dúzia de guerrilheiros, forçando os restantes a deitarem-se no chão. Retomaram então o caminho, a coberto das rajadas dos quatro empregados que seguiam à frente, e tornaram a parar uns metros acima, repetindo os disparos e causando mais umas baixas enquanto os perseguidores ainda se encontravam num plano inferior. Fugir. Parar. Disparar. Andaram nisto durante mais de meia hora, mas a distância para os guerrilheiros foi encurtando, e mais curta ficou quando o arvoredado cerrado deu lugar à savana. Agora estavam expostos ao fogo do inimigo.

Mal atingiram campo aberto, uma segunda granada fez tombar os quatro homens que sobravam do grupo mais adiantado. Hoffman pensou então que era o fim, que iam matá-los logo ali. Só que os segundos continuavam a passar e eles continuavam vivos. Do lado direito do campo, viu chegar as mesma camionetas que tinha visto debaixo dos embondeiros em frente da casa. Os guerrilheiros queriam apanhar os meus irmãos com vida, pressentiu.

Fred contou-me que Hoffman tremia só de recordar o final da história e que ele próprio o tinha encorajado a resumir os acontecimentos que se seguiram (Fred disse-me isto, mas desconfio que foi uma mentira piedosa para me poupar a pormenores ainda mais sórdidos).

(CAMACHO, Francisco. *Niassa*. Lisboa: ASA, 2007, p. 130)

Atividades:

1. Comente o estilo da narrativa.
2. Defina as coordenadas espaciais e temporais.
3. Desenvolva o assunto político-social abordado nos extratos.

Cardoso, Dulce Maria (1964): O Retorno (2011)

Como aliás indica já o título, o romance questiona a problemática dos retornados, os ex-colonos que depois da Independência dos países africanos “regressaram” a Portugal. Os termos de retorno e retornados, no entanto, são na perspectiva do romance problemáticos, já que indicam um regresso ao ponto de partida, esse que muitos dos retornados na verdade nunca viram e consideram alheio, distante, desconhecido. Por isso mesmo, baseando-se na experiência pessoal, a autora escolhe a perspectiva dum personagem adolescente para mostrar o quão de traumático e doloroso esse retorno foi para as pessoas nascidas em África. Trata-se de um bom exemplo de reflexão sobre assunto que, por muitos anos, constituiu um tabu no discurso político-social e que, atualmente, começa a ser devidamente abordado.

É a primeira vez que estamos num hotel, é a primeira vez que estamos a dormir num quarto de hotel e também é a primeira vez que estamos a dormir os três no mesmo quarto. Na casa antiga eu e a minha irmã partilhávamos o quarto mas éramos pequenos, éramos tão pequenos que ainda tínhamos medo do escuro, das lesmas e das osgas. A mãe sempre dormiu noutra quarto com o pai. A não ser quando um de nós estava doente. Aí mudava-se para a nossa cama e deixava as almofadas a cheirar à laca que punha no cabelo. Mas tirando os casos de doença a mãe sempre dormiu com o pai noutra quarto. Só que o pai não está cá. Quarto 315. O porteiro que nos ajudou a trazer as malas disse que tivemos sorte, é um quarto com varanda virada para o mar. Também nunca dormimos tão perto do mar.

Os três deitados, de luz apagada, ouvindo a respiração uns dos outros. A mãe e a minha irmã nas camas boas de que a directora falou e eu no divã que encostámos à parede. A luz do néon da loja de fotografia que fica em frente ao hotel passa as cortinas corridas e ilumina o quarto. Acende e apaga, acende e apaga. O mar está tão perto que se ouvem as ondas contra a noite da metrópole. Não quero fechar os olhos. Se

fecho os olhos o pai é outra vez levado pelos pretos, as mãos amarradas atrás das costas, se fecho os olhos estou outra vez a desmaiar, não, não cheguei a desmaiar, aconteceu qualquer coisa que não me lembro mas não foi um desmaio, o pai pôs-me a mão no ombro, vamos para casa, rapaz, comecei a ver tudo branco, ceguei como os pássaros devem cegar quando se atiram contra as paredes e morrem. Eu não morri mas quando voltei a mim o pai estava a ser metido no jipe com a sua própria arma apontada à cabeça, um dos soldados, vamos matar-te com a tua arma e com a tua bala nem precisamos de gastar nada. Não, os cabrões de merda não falaram assim que os cabrões de merda nem falar sabem, vámo matáti cum tuá arma e tuá bála nei precisámo di gastá nada. O tio Zé e o Nhé Nhé vão falar com os amigos deles e os cabrões de merda vão ter de soltar o pai, até lhe vão pedir desculpa por terem dito que ele era o carneiro do Grafanil ou amigo dele. Se calhar até já o soltaram e o pai está a arranjar bilhete de avião para vir ter connosco. É isso, a esta hora o pai já está dentro de um avião para vir ter connosco.

Não precisámos de combinar que faríamos segredo sobre o que aconteceu ao pai. Foi a mãe, apesar da cabeça fraca, que começou a mentir quando saímos do avião. Descemos as escadas do avião e a minha irmã disse, estamos na metrópole. Não sabíamos o que havíamos de fazer. Foi esquisito pisar na metrópole, era como se estivéssemos a entrar no mapa que estava pendurado na sala de aula. Havia sítios onde o mapa estava rasgado e via-se um tecido escuro ou sujo por trás, um tecido rijo que mantinha o mapa inteiro e teso. Não sabíamos o que havíamos de fazer e era como se estivéssemos a entrar no mapa rasgado, ou então nas fotografias das revistas, nas histórias que a mãe estava sempre a contar, nos hinos que cantávamos aos sábados de manhã no pátio do colégio. Parecia impossível termos chegado à metrópole. Ainda mais depois do que se passou, ainda mais sem o pai. Nunca pensei estar na metrópole sem o pai. Sem o pai não sabíamos o que fazer mas as outras famílias também não sabiam, e agora, e agora, perguntavam. Em quase todas as respostas uma palavra que nunca tínhamos ouvido, o IARN, o IARN, o IARN. O IARN paga as viagens para a terra, o IARN põe-nos em hotéis, o IARN paga o transporte para os hotéis, o IARN

dá-nos comida, o IARN dá-nos dinheiro, o IARN ajuda-nos, o IARN aconselha-nos, o IARN pode informar-nos. Nunca tinha ouvido tantas vezes uma palavra, o IARN parecia mais importante e mais generoso do que deus. Explicaram-nos, IARN quer dizer Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais. Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá.

(CARDOSO, Dulce Maria. *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 75–77)

Atividades:

1. Descreva as sensações do protagonista/narrador ao chegar ao hotel.
2. Comente a atividade do IARN. Qual é a atitude do protagonista/narrador relativamente a este instituto?

Cinatti, Rui (1915–1986): Poesia

Rui Cinatti, um dos poetas ligados aos Cadernos de Poesia (1940–44), deixou no seu legado uma singular imagem poética da África e do Oriente, sobretudo de Timor-Leste, onde permaneceu vários anos como chefe de gabinete do governador (1946–1948), chefe dos Serviços de Agricultura do Governo de Timor (1951–1956) e investigador (1961–1963). Nos seus poemas de tema africano e timorense foca vários aspetos da realidade ultramarina, especialmente a natureza, descrita por vezes em tons do exótico, os gentios e problemática socio-política.

A CONDIÇÃO DO ILHÉU

Olho o mar.

Olho para a montanha.

Olho para o lado.

Vácuo.

Que é que me resta

Neste solilóquio?

Mulheres.

*Em Cabo Verde há catorze
delas para cada homem.*

Fartura, ou

causa económica:

emigração.

O COSTUME

Traz-me groguinho, não discutas!

És minha, a casa é minha, a terra é minha!

Foste minha num tiro da espingarda,
quando casámos e eu te recebi.
Choraste, disseste que magoava.
Pediste mais depois, eu não neguei.
Dá-me grogue, mulher, se não és minha
sê-lo-ás depois, se não ma deres.
Porque com um ou mais tiros de espingarda
minha serás para sempre.
Honrada com um tiro de espingarda
foste porque eras virgem. Já sabia!...
Desonrado serei se te matar
com uma navalha!
Traz-me grogue, traz-me groguinho! És minha!

*Deitam-se agora foguetes...
Há muita aguardente ainda
em Cabo Verde.
Honra e vergonha: vigências
em Cabo Verde.*

(CINATTI, Rui. *A crónica cabo-verdiana*, 1967, in *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, s. 166)

Ave!
Arvoredo!
Troncos abatidos, casas surtas
sobre pilares: cumpre-se o clima.
Redor: capim espesso, sina oculta.
No centro, selva densa, água e neblina.

Foram os judeus e negros os primeiros
sob o comando de homens altivos
que oscularam faces esbraseadas
por um fogo súbito!

De Álvaro Caminha, donatário,
o testamento imprecatório:
Deixo as minhas várzeas, minhas casas,
aos pretos, aos brancos, aos meninos.

Passo passeios quebrados pelas raízes.
Vejo o desleixo de quem se persigna
e deixo que o tempo retome as vontades
inertes ao porvir, simulativas.

Ó ilha de edénicas frescuras,
acolhedora e doce, uma aventura
de faces e de vozes e sinecura
aéreo-arbórea, água volúvel!...

Em ti recolho restos de memória,
uma vida
triunfante!

(CINATTI, Rui. *Lembranças para S. Tomé e Príncipe*, 1972, in *Obra Poética*,
Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, s. 353)

PAISAGEM

Aldeia atenta
à beira-estrada,
entre bananais,
mangueiras plantadas.

Borborinho ameno
de afazer caseiro.
Uma eternidade
de momentos livres.

A cidade abraça
a baía calma,
invadindo as baixas,
trepando colinas.

Quando a tarde avança
e a luz se dilui
há um ar que passa
cheio de arrepios.

Palmeiras balançam.
Casas iluminam-se.
A baía cala-se.
O mar principia.

Longe, lá nos cimos,
geram-se neblinas.
O silêncio nasce
quando os homens sonham.

MANHÃ EM LUANDA

Desvanecida doçura a do cacimbo!
A cidade transpira
nas águas da baía.
O mar na Restinga esconde o céu.
Por entre folhagem de casuarina,
Luanda existe,
envolve-se em neblina,
como em panos de chita
as luandinas pretas de olhos graves, suaves.

(CINATTI, Rui. *Os poemas do itinerário angolano*, 1974, in *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, s. 421)

Atividades:

1. Comente a importância da descrição paisagística. Compare os poemas, identificando os devidos espaços africanos. Indique os signos característicos da representação poética da paisagem. Defina os traços do exotismo, bem como os traços que se distanciam do exotismo em favor de uma maior intimidade para com o espaço representado poeticamente.
2. Atente nos problemas sociais (alcoolismo, violência doméstica).
3. Faça uma reflexão sobre o relacionamento do passado e do presente. Tire conclusões.

Cláudio, Mário (1941): Oríon (2003)

O romance aborda um assunto ligado ao processo histórico da colonização de África. Passa-se na floresta tropical de São Tomé e Príncipe para onde foram deportadas as crianças judias no século XV. Há, no romance, um rol de personagens invulgares que imediatamente chamam a atenção: para além do próprio narrador, Abel, há uma Raquel, a vidente e feiticeira, uma Débora, a mulher-serpente, uma Perpétua, a mulher-escrava, ou um Caim, o traidor. O romance é um jogo labiríntico de ficção, história e poesia, com uma forte carga do imaginário fantástico e do erotismo.

Oculto no interior do mais denso do obó, começou por levar Débora uma existência que ninguém conhecia. Com os animais, as plantas e as rochas ia estabelecendo ela uma relação misteriosa, parecendo que lhe acendera a tragédia a inteligência dos ritmos da Natureza. Atravessava a custo a luz a copa das grandes árvores, a configurar outras tantas lianas e outros tantos troncos, e deambulava a infeliz por tamanha espessura com a elegância da princesa que pisasse tapeçarias. Uma longínqua familiaridade impelia-a ao convívio com as cobras que por ali abundavam, firmando com elas uma aliança indestrutível. Desviava-lhes os obstáculos do caminho, apontava-lhes as presas, admirava-lhes a fascinante coloração. E deste trato advinha-lhe aos poucos o andar sinuoso, a voz que se reduzia à simpleza do silvo, a textura da pele que se tornava escamosa e escorregadia.

Desembarcou na Ilha uma leva de degredados, gente que mirava as novidades da paisagem com uma brasa em cada olho, se deslocava numa lentidão de cautela e de pasmo, hesitante quanto ao solo que pisava, mas decidida a beber até ao seu termo a vida que lhe fora poupada. E constituíam este grupo homens e mulheres que tinham presenciado cousas extraordinárias, nascidas de dentro e de fora dos seus corações, e que se mostravam capazes de estripar um menino e de comer uma salamandra, de arrombar o sacrário de uma igreja e de dormir com

o esqueleto de uma bruxa. Por morte do próximo por feitiçaria, por adultério e por traição, culpados quase todos de imaginar crimes mais terríveis ainda do que os que haviam cometido, apresentavam-se dispostos a cumprir a pena com a crueza que lhes sobrava, carregando a alma com quantos pecados coubessem na malícia da Terra. E eis que se encontrava entre eles um certo Gaspar Redondo, salteador das bandas do Sabugal, um gigante de cabeça chata, nariz esborrachado e mãos tão pequeninas que semelhavam as patas de uma rã. Sangrara este sujeito um fidalgo que seguia a caminho de Salamanca, e mais quatro escudeiros que o guardavam, e desbaratara as moedas de ouro, roubadas aos viajantes, numa festarola de estalo, para a qual mandara abater um boi, doze porcos e vinte carneiros encetar um tonel de carrascão de quinhentos litros.

Como foi, como não foi, a verdade é que se extraviou este Redondo da grinalda dos malandros a que fora acorrentado, e ninguém conseguiu dar com ele apesar das aturadas buscas, presumindo as autoridades finalmente, e para alívio da sua consciência de agentes de El-Rei, nosso Senhor, que terminara o filho da puta devorado por um dos lagartões que possuíam artes de engolir o mais encorpado dos lutadores. Mas andava a monte o ferrabrás, tão seguro dos percursos do matagal como se nele houvesse nascido, metendo à boca sem necessidade de proceder a qualquer escolha os frutos que as ramas das árvores e as bagas que as pernadas de arbustos lhe ofereciam. Chegando pois numa manhã às orelhas de uma clareira, todo roto das carnes por efeito da agrura dos espinhos, deparou-se-lhe uma branca muito hirta, e que se lhe afigurou coberta de farinha, de cabelos tão compridos como a Madalena, com uma cobra preta enrolada em cada braço, uma cobra bobó enrolada em cada perna, e a entoar como muda que era uma ladainha a que a passarada respondia. Não exteriorizou Débora o menor dos sustos, agindo como se desde há muito aguardasse o valentão. E veio ele assentar-se à beira dela, e pôs-se a douda a examinar as pinturas que revestiam o corpo do desterrado, as quais representavam uma cegonha, um alcatruz e um sanselimão.

Persistiu Débora na estranha labuta com as cobrinhas da sua igualha,

multiplicando-se em desvelos que não surpreendiam o facínora do Sabugal. Nalgumas ocasiões ajudava ela as criaturas reptilíneas a libertar-se do invólucro que envelhecera, noutras agasalhava ao peito os ovos das que, uma vez rompida a casca, se botavam a mamar-lhe gulosamente das tetas. E enquanto ia isto decorrendo afadigava-se Gaspar Redondo a afeiçoar a ponta de pedra duríssima das flechas com que caçava os macacos e as garças-rateiras que oferecia depois à comparsa dos seus dias. Abrigavam-se ambos numa caverna de limos esponjosos, rojavam-se pelo chão, a fim de se refrescar, e ali mesmo, e sem delongas, cobravam o seu prazer como se fosse o acontecimento mais perfeito e mais instantâneo do Mundo. Não fantasiara o bruto gozação maior do que a que lhe saíra em sorte, bendizendo a hora em que o tinham despachado para aquilo a que em Portugal chamavam «os horrores de São Tomé». E em morrendo uma dessas cobras a que se confere o nome de soá-soá, confeccionava-a Redondo com aprimoradas atenções, cuidando de que não cozesse em demasia, e de que não se contaminasse em excesso do paladar da malagueta, servindo-a bem regada com um molho de óleo dendê, realmente de apetite.

Um sono invencível acometia Débora porém em determinadas épocas do ano, obrigando-a a recostar-se num recesso da folhagem. Era assim na estação em que os répteis desapareciam, acolhidos a suas luras onde o sol não penetrava, docemente dominados por uma modorra de imperceptível respiração. Partia Gaspar Redondo nessas fases para os litorais de Santa Catarina, tomava o bote de um negro solitário que deixava empalado na praia para exemplo dos restantes, dedicava-se a uma pesca afanosa de polvos que punha a salgar, transportando-os afinal aos ombros para a gruta onde Débora dormitava. E estremecia ela ao de leve com a entrada do companheiro, distendia-se como que a ensaiar a elasticidade da espinha dorsal, projectava pelo meio dos lábios o terrível agulhão da sua linguazinha bífida.

Atividades:

1. Descreva a metamorfose da personagem de Débora. Há alguma explicação possível deste acontecimento?
2. Comente o estilo, indicando os traços do barroquismo.
3. Tente interpretar o título.

Dacosta, Fernando (1945):

Os Retornados Mudaram Portugal (2013)

Atualização do trabalho pioneiro sob o título Os Retornados Estão a Mudar Portugal (1984), que retoma o tema da descolonização num estilo muito singular entre reportagem, ensaio e ficção. Acentuam-se, na narrativa, certas qualidades dos ex-colonos, tais como perseverança e capacidade de dádiva e sacrifício, perdidas para os novos países africanos, que, paradoxalmente, contribuíram enriquecendo o desenvolvimento de Portugal. O trabalho segue uma famosa ideia de Agostinho da Silva: “A expulsão dos portugueses de África será tão grave para África como a expulsão dos judeus de Portugal foi para Portugal”.

DONOS DE TERRA

De subvalorizados passaram (muitos) a sobrevalorizados. Vivendo em círculos concêntricos, assumiram-se em certas zonas como *castas* de poderio crescente. Alguns tornaram-se os novos donos da terra. «Mais de 50 por cento vivem aqui melhor do que lá», repetem-nos.

«Nunca ganhei tanto dinheiro como agora e nunca trabalhei tão pouco. A África, afinal, é aqui; se soubesse, tinha vindo há mais tempo», confidencia um luandino ligado ao mundo da especulação bolsista.

Depressa passaram a controlar vários sectores, a ser a sua classe dirigente e exigente, a formar uma rede por todo o país que se organizou, alargou, interligou.

Mais do que o dinheiro, porém, ou a riqueza em si, foi o êxito, o domínio que lhes interessou. «Se em vez de nos terem dispersado pelo país nos tivessem dado uma província só para nós, éramos agora uma potência, e sem crise; os de fora tinham de nos pedir batatinhas!», afiança Custódio Antunes, do Cartaxo, antigo camionista no Norte de Angola.

Foi jogando nessa mentalidade que surgiram, por exemplo, candidatos próprios à Presidência da República, como Pompílio da

Cruz, e candidatos seus representantes privilegiados, como o general Galvão de Melo.

Os grandes partidos políticos passaram a recebê-los nas suas estruturas internas, de onde os injectaram na administração pública.

«Eles é que fizeram pender a balança no sentido da contrarrevolução», comentará o antigo deputado José Manuel Jara, único retornado no grupo parlamentar do Partido Comunista Português.

NÃO HÁ NOITE QUE...

Abílio Lourenço Mendes, 21 anos por Angola e Moçambique como profissional de hotelaria, tornou-se sócio de um *snack* em Leiria: «Como sou de cá, vim para aqui. Não tive muitas dificuldades em refazer a minha vida, embora não tenha tido apoios. O meu genro é que teve um empréstimo de quatro mil contos do IARN para montar um laboratório de mecânica no Algarve. Todos os que vieram com vontade de trabalhar e com experiência de trabalho refizeram a vida com relativa facilidade. Mas se nos dessem garantias de segurança voltávamos para África; a maior parte voltava!»

Voltar: «Não há noite que não pense em Angola, na comunidade que lá deixei», desabafava, em Moncorvo, António Luís Moita. «O ter encontrado trabalho é que me levou a fixar aqui. Estive 24 anos em Luanda, a minha terra é lá, aliás só tinha vindo uma vez à Metrópole. Era chefe de secção, tinha uma boa posição, carro, telefone ... Quando cheguei, vivi miseravelmente mais a família, seis pessoas em dois quartos onde cozinhávamos. Com ajudas de amigos, construímos depois esta casa. Foi uma vitória!»

«SINTO-ME PERDIDO»

Noutra ponta do país, a sul, nos arredores de Tavira, João Joaquim Barqueira, 64 anos, não esconde as lágrimas que (ainda) lhe imobilizam o rosto, a voz, as mãos, a sufocação: «Acordo sempre a pensar no que deixei lá, no que de bom ficou lá, na vida que tinha, na alegria de viver

que sentia, na paisagem, no calor, nas casas, nos barcos, nos amigos ... Às vezes penso que enlouqueço. Lá era gente, aqui não sou ninguém, sinto-me estrangeiro, a minha vida perdeu-se, não tem significado. Tanto trabalho p'ra nada! Tinha uma indústria de pesca, uma fábrica de farinha de peixe e prédios de 53 inquilinos. Uma das minhas traineiras chamava-se *Joana d'Arc*, vi um filme sobre ela de que gostei muito e então disse para mim: "A próxima traineira vai chamar-se *Joana d'Arc*." Não, não trouxe nada!»

Alheia-se do que se passa à volta: «Considero-me um homem inútil em relação àquilo que fui e ao que podia ser. Sinto-me perdido!»

A amputação atingiu quase todos: «Divorciei-me antes de vir. Estive 15 anos em Moçambique, onde nunca tinha trabalhado, depois aconteceu o que aconteceu», palavras de Maria Albina Santos Vieira, contratada a prazo numa pastelaria de retornados em Leiria. «Cheguei a Portugal com mil escudos no bolso e com uma filha de 14 anos. Comecei a fazer renda, noite e dia, toalhas, colchas ... Senti muito, custou-me muito a frieza das pessoas de cá para conosco, sobretudo a da família, que queria que eu e a minha filha fôssemos trabalhar para o campo. Tive de engolir o tratarem-nos por retornados, o ouvir dizer que o custo de vida aumentara por nossa causa, que nós tínhamos facilidades e elas não. Eu não tive facilidades, deram-me apenas alojamento durante algum tempo, nem sequer me fizeram o empréstimo que pedi para comprar uma máquina de costura. Mas isso já passou, agora dou-me bem com toda a gente!»

VINGANÇAS GERACIONAIS

Natália Correia surpreende-nos ao alertar para «o que poderá passar-se depois do período da integração» dos retornados - chamava-lhes deslocados -, se é que ela (integração) foi real.

«A sua influência na sociedade portuguesa não vai sentir-se apenas agora, embora seja já imensa», antecipou. «Vai dar-se sobretudo quando os seus filhos, hoje crianças, crescerem e tomarem o poder. Preparem-se porque vão fazê-lo. Essa será uma geração bem

preparada e determinada, sobretudo muito realista devido ao trauma da descolonização que não compreendeu nem aceitou, nem esqueceu. Os genes de África estão nela para sempre, dando-lhe visões do país diferentes das nossas. Mais largas, mas menos profundas. Isso levará os que desempenharem cargos de responsabilidade a cair na tentação de querer modificar-nos, por pulsões inconscientes de, sei lá, talvez vingança! Será um fenómeno crucial daqui por 30 anos.»

Três décadas mais tarde, um Governo chefiado e integrado por filhos de retornados tentará, com surpreendente ênfase, refundar Portugal.

Na mesma altura, poderosos grupos angolanos dominarão a nossa economia através de compras massivas de empresas, bancos, indústrias, comércios, distribuidoras, transportadoras, órgãos de comunicação, propriedades agrícolas, etc.

Enquanto isso, portugueses em número crescente (gestores, investidores, trabalhadores indiferenciados, técnicos especializados) rumam a Angola e a Moçambique em pêndulos de novos futuros. As suas remessas representarão a maior subida de transferências financeiras para o país.

(DACOSTA, Fernando. *Os Retornados Mudaram Portugal*. Lisboa: Parsifal, 2013, p. 28–30, p. 34)

Atividades:

1. Identifique os traços que insinuam a atitude do narrador relativamente ao problema dos retornados.
2. Faça a sua própria reflexão acerca da questão dos retornados. Nomeie as vantagens e desvantagens do retorno dos ex-colonos a Portugal, baseando-se no conhecimento do contexto histórico-cultural.

Figueiredo, Isabela:

Caderno de Memórias Coloniais (2009)

A autora lançou-se na reflexão da experiência africana com uma coragem e capacidade de autocrítica invulgares. No seu Caderno, uma espécie de crónicas autobiográficas sobre a sua infância, não evita os lados sombrios da (des)colonização portuguesa em Moçambique, mesmo que denegando a imagem do seu próprio pai, ao mesmo tempo adorado e odiado.

Os brancos iam às pretas. As pretas eram todas iguais e eles não distinguiam a Madalena Xinguile da Emília Cachamba, a não ser pela cor da capulana ou pelo feitio da teta, mas os brancos metiam-se lá para os fundos do caniço, com caminho certo ou não, para ir à cona das pretas. Eram uns aventureiros. Uns fura-vidas.

As pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos, ao domingo à tarde, todas em conversa íntima debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafalhado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para ir dar a sua volta de homens, e as deixavam a desenferrujar a língua, que as mulheres precisam de desenferrujar a língua umas com as outras. As pretas tinham a cona larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoca. As pretas tinham a cona larga e essa era a explicação para parirem como pariam, de borco, todas viradas para o chão, onde quer que fosse, como os animais. A cona era larga. A das brancas não, era estreita, porque as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam à cona das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada.

As brancas eram mulheres sérias. Que ameaça constituía para elas uma negra? Que diferença havia entre uma negra e uma coelha? Que branco perfilhava filhos a uma negra? Como é que uma negra descalça, de teta pendurada, vinda do caniço a saber dizer, sim patrão, certo patrão, dinheiro patrão, sem bilhete de identidade, sem caderneta de assimilada, poderia provar que o patrão era o pai da criança.

Que preta é que queria levar porrada? Quantos mulatos conheciam o pai? Os brancos entravam no caniço e pagavam cerveja, tabaco ou capulana a metro à negra que lhes apetecesse. A bem ou a mal. Depois abotoavam a braguilha e desapareciam para as suas honestas casas de família. Como poderia alguém saber de onde eram, e como se chamavam? Os brancos mantinham a mulher algures no centro da cidade, ou na Metrópole. E para aí seguiam.

As incursões sexuais pelo caniço não assombravam o seu futuro, porque uma negra não tinha poder para reclamar paternidade. Ninguém lhe daria crédito.

Mas um branco podia, se quisesse, casar com uma negra. Esta ascenderia socialmente, e passaria a ser aceite, com reservas, mas aceite, porque era mulher do Simões, e por respeito ao Simões... Era frequente no caso dos cantineiros e machambeiros afastados da cidade, homens relativamente à parte na sociedade colonial decente, que mais cedo ou mais tarde se cafrealizavam.

Para uma branca, assumir uma união com um negro, implicava proscricção social. Um homem negro, por muito civilizado que fosse, nunca seria suficientemente civilizado. O meu pai revoltava-se quando encontrava uma branca com um negro, já depois do 25 de Abril, em Portugal. Fitava os pares como se visse o Diabo. Eu dizia-lhe, pára de olhar, o que é que te interessa? Respondia-me que eu não sabia, que um preto nunca poderia tratar bem uma branca, como ela merecia. Era outra gente. Outra cultura. Uns cães. Ah, eu não entendia. Ah, eu não podia compreender. Ah, eu era comunista. Como é que tinha sido possível eu dar em comunista?

(FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. Coimbra: Angelus Novus, 2010, p. 13–15)

Atividades:

1. Indique os traços da ironia.
2. Especifique as diferenças ráticas mencionadas no extrato: são de origem fisiológica ou cultural?

Fonseca, Branquinho da (1905–1974):

Os Olhos de Cada Um

(incluído no volume *Caminhos Magnéticos*, 1938)

Branquinho da Fonseca, o representante do presencismo, insere nas suas narrativas várias alusões à situação colonial de Portugal. Para além de se referir às estruturas míticas da viagem aventureira (e iniciática) para África (no conto “Os Olhos de Cada Um”, de sabor tradicional, folclórico), põe em contraste o desejo de uma aventura idealizada e a desilusão baseada na experiência (“Rio Turvo”).

- Não há ninguém igual. Cada um tem os seus olhos e quando se vê uma coisa cada qual a vê conforme o tamanho e a cor dos seus olhos ... Tu sabes lá!... Nem eu ... E a vida também nunca é igual, porque as horas vêm umas atrás das outras. E a terra dá uma volta completa todos os dias.

- Pois dá ...

- Desculpa ... Já estava a desviar-me. Não era isto que eu queria dizer-te. Queria só contar-te um conto ...

... Ouve : Um dia saiu duma aldeia da Beira Alta um rapaz com tanta certeza no futuro que se meteu num paquete e foi para a África. A África é uma terra desconhecida, com florestas sem fim, cheias de leões, tigres, elefantes e milhões e milhões de outros animais mais pequenos: macacos, aves de cores encarnadas e amarelas; e tudo por baixo e por cima das árvores das florestas, como se fosse maravilhoso. Debaixo da terra há minas de ouro, de diamantes, de esmeraldas ... A África, por dentro, é feita de pedras preciosas. Quando se faz um buraco, a certa hora e com certa inclinação, vê-se que por baixo é branca e cintilante e por cima os homens são pretos. Ora esse rapaz, que partiu com tanta certeza e tanta força e que se chamava Rodrigo, *sabia tudo* por uma carta que lhe tinha deixado um tio padre que fora expulso da Igreja, porque acreditava na pedra filosofal e na igualdade de poderes de Deus e do Diabo. Esse velho vivia sempre fechado num quarto, em trabalhos

misteriosos, e tinha muitos livros, alguns dos quais eram tão grandes e tão velhos que, quando ele os abria, saíam de dentro deles cobras e pássaros a voar, muito bonitos, vermelhos, azuis e amarelos ...

(FONSECA, Branquinho da. *Obras Completas I*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 405–406)

Fonseca, Branquinho da (1905–1974):

***Rio Turvo* (1945)**

Fui apresentar-me na sala dos trabalhos topográficos e de desenho. Lembro-me da primeira impressão de sono que aquela sala me deu, com os desenhadores imóveis e curvados, como adormecidos sobre os grandes estiradores cobertos de papel branco. Pelas janelas via-se uma densa floresta de velhas árvores. Já não era aquele deserto de areia por onde eu tinha vindo. Fiquei surpreendido. Olharam-me de lado, num olhar lento, quase sem se mexerem, e continuaram, cada um no seu lugar, a traçar, vagorosamente, riscos no papel. Ao pé de uma janela, sentado diante de uma mesa, um velhinho magro, de cabelos brancos, fazia qualquer trabalho com muita atenção. Pressentindo-me, levantou-se e veio, num passo rápido, ao meu encontro. Quando me aproximei, vi que estava a coleccionar selos. Era o chefe da sala de desenho, major reformado, vim depois a sabê-lo, com longa e apagada folha de serviços nas colónias. Cumprimentou-me com a mão esquerda e reparei que não tinha o braço direito. Ele, adivinhando, mais do que notando, a minha surpresa, explicou:

- Foi em África.
- Ah!.. Na guerra . . .
- Não, não . . .
- Na caça? ... -emendei precipitadamente.
- Não, não . . .

Calei-me, sentindo subir o calor à cara por tê-lo humilhado assim involuntariamente. Os desenhadores levantaram-se de cima dos desenhos e olhavam-nos agora com um súbita vontade de rir. Mas pareceu-me que ele tinha ficado indiferente aos equívocos, pelo tom e maneira como explicou que tinha sido atropelado por uma bicicleta, acidente a que não dava, decerto, menos relevo e importância do que a um ferimento em combate ou a um ataque de um leão. E era afinal uma opinião defensável, visto que as consequências tinham sido idênticas. Quem pensa que na África só se perdem braços nas guerras ou na caça

aos leões, é que é ingénuo. Na verdade, na África também há cidades. (Embora seja preciso um certo esforço de imaginação para as conceber ligadas a este nome em que, como em nenhum outro, ressoa o mistério da selva e a aventura: África!) Também lá há cidades e bicicletas e infecções. O major contou-me todo o episódio em poucas palavras, com uma vaga humilhação a repassar-lhe as palavras, o que me fez remorsos, embora eu tivesse dito aquilo sem nenhuma ironia. Devia ser um equívoco frequente, que o pobre velho muitas vezes teria já desfeito com o mesmo sorriso triste de resignação. Não lhe pedi desculpa para não acentuar mais o ridículo da situação e para fugir depressa aquele assunto que lhe era penoso. Mas talvez ele não tenha compreendido esta subtileza.

(FONSECA, Branquinho da. *Obras Completas II*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, p. 69-70)

Atividades:

1. Comente os lugares comuns relacionados com o espaço africano.
2. Aponte em que se baseia a ambiguidade da aventura africana, representada pelo narrador e pelas outras personagens.

França, José-Augusto (1922):

Natureza Morta (1949)

É um romance de teor neorrealista e existencialista, situado na Angola colonial. A protagonista – a jovem professora Júlia – que aceita um casamento por procuração, experimenta um abalo emocional ao se familiarizar com o ambiente modorro a que se vê presa. Trata-se de uma denúncia da violência do colonialismo português e, simultaneamente, de uma penetração introspetiva que revela uma problemática universal: insatisfação, frustração e rebeldia feminina.

A vida começava cedo na fazenda e, na estação quente, que se prolongava ainda, também o calor irrompia logo ao alvorecer.

Só muito tarde Júlia conseguira adormecer, depois do seu segundo dia ali. Antes das sete horas, na claridade forte que se filtrava na janela e no calor que invadia o quarto, ficou meio acordada, com a cabeça muito pesada e, a pouco e pouco, na sonolência em que caiu, sentia-se transpirar, com um frio de suor a escorrer-lhe pelo pescoço.

Atirou o lençol para baixo e, semierguida num cotovelo, pegou num copo cheio de água gelada que tinha deixado sobre a banca de cabeceira. Mas a água estava morna e coberta de insectos que durante a noite tinham tombado e boiavam à superfície, numa teia de pontos minúsculos e esverdeados.

Júlia repôs o copo, com repugnância. Depois, sentou-se para cima, lentamente, como que perdida ainda num sonho. Com um lenço limpou as palmas das mãos que transpiravam e ficou a esfregá-las durante muito tempo.

A cabeça doía-lhe mais, agora, e deixou-se escorregar na cama para poder apoiá-la na almofada. Da roupa vinha um cheiro ácido a suor. No peito, a camisa tinha-se colado à pele, e tudo isso lhe dava uma sensação de asco, como se se estivesse a afogar, lentamente, numa água viscosa.

Era uma sensação apenas física, mas, assim encostada, com os

olhos fechados, Júlia sentia-se caminhar por um mar parado, com uma consistência pastosa, que, a pouco e pouco, a engolia ...

O sol, que enchia o quarto, magoava-lhe os olhos e teve de se virar para o outro lado, onde a cama de casal se alargava, vazia e composta, com a almofada intacta.

A rapariga ficou então com os olhos abertos para a brancura do lençol. A perna direita tinha avançado pela cama e, de instinto, recolheu-a num movimento rápido.

Depois, virou-se de costas no seu lugar, com os olhos parados no tecto da divisão de rede metálica que fazia um compartimento dentro do quarto e protegia a cama dos mosquitos que, à noite, pousavam nos retículos apertados, atraídos pela luz do candeeiro. Só o miruí conseguia passar o obstáculo e, em volta da lâmpada, pelo naperon branco da mesa de cabeceira, uma vida minúscula agitava-se e morria, numa poeira de pontos quase invisíveis.

Aquele cubo de rede, com a sua porta e a sua armação de madeira, pareceu-lhe uma cela de prisão, fechada e silenciosa.

Fora, nas traseiras da casa, a lida doméstica tinha já começado e até aos seus ouvidos chegava uma série de ruídos estranhos, do quintal e da cozinha. Júlia ficou um momento a escutá-los. Depois silenciosamente, levantou-se e vestiu um robe ligeiro que apanhou das costas da cadeira, calçou uns sapatos de quarto e saiu da sua extravagante alcova. Foi direita à janela e, quando abriu a porta de rede, o sol envolveu-a toda, ardente já, no dia que há muito começara.

Em baixo, os criados viram-na e faziam curvaturas a cumprimentá-la, vagamente assustados primeiro e, depois, com risos que pareciam de criança, com os dentes a alvejar. Estavam lá também dois carregadores, que tinham vindo trazer a lenha, dois negros seminus, vestidos com uma saca de serapilheira, apertada em volta dos rins e que descia a bater-lhes nos tornozelos. Um criado dava-lhes ordens, com grandes gestos, aos berros, e eles obedeciam lentamente. Um deles discutiu, levantou os braços como que a protestar e o criado, na mesma língua que Júlia não compreendia, falou ameaçadoramente, apontou para a janela com ares de importância.

Júlia veio para dentro, ficou um instante ainda a olhar por cima do muro do quintal, para o telheiro da moenda que se erguia logo por detrás. Da oficina, ao lado, chegavam ruídos fortes de máquinas e dois negros passaram com um longo tubo de ferro às costas. Onde estava, ela podia ver a estrada avermelhada que se desenrolava até ao morro do Zarco e um camião que trepava pela subida, levando meia dúzia de serventes cobertos de serapilheiras, agarrados à cabina.

Depois, ouviu que batiam à porta do quarto. Aconchegou o robe e perguntou, mas só após um momento: - Quem é?

- Bom dia, senhora. É o Cebola, senhora. -Era o criado que vinha saber do mata-bicho.

- Tem ovos, senhora, e presunto. O cozinheiro fez tortilha ...

Júlia ficou hesitante. Aquelas comidas, em jejum, aterrorizavam-na. Não queria nada. Depois diria. O negro dobrou-se, baixou a cabeça e desapareceu.

A casa de banho era pegada com o quarto e ela meteu-se muito tempo debaixo do chuveiro para se desfazer de todo aquele cheiro a transpiração que se lhe tinha colado ao corpo e lhe repugnava.

Tomou só uma chávena de café com torradas, na ponta da mesa da casa de jantar, e naquela sala enorme, com os móveis de pinho pintado e as cadeiras de verga, dispersas, com velhas almofadas de chita em cima, sentia-se um ar provisório de acampamento sem conforto.

O criado apareceu depois, com mais torradas, mas Júlia levantou-se e foi até ao quarto, sem saber bem o que havia de fazer, ao acaso dos seus passos inúteis.

(FRANÇA, José-Augusto. *Natureza Morta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 45-47)

Atividades:

1. Descreva as sensações da protagonista depois da primeira noite passada na fazenda.
2. Interprete o motivo da rede metálica.

Gersão, Teolinda (1940): A Árvore das Palavras (1997)

Um dos mais belos romances da autora apresenta o tema da infância passada em Moçambique. A crítica ao sistema colonial não se anuncia explicitamente, mas está presente, expressa através de um subtil trabalho com a língua e com o registo simbólico (por exemplo, na dualidade espacial: o quintal vs. a casa, África vs. Portugal). O mais sedutor, porém, é neste romance a sua imagística, a evocação dos lugares, das pessoas, dos cheiros e dos gostos.

Ao quintal chegava-se através da porta estreita da cozinha. E se é verdade que a cozinha era escura, nem por isso se deixavam de ver os objectos, as panelas de alumínio e as gordas caçarolas, os púcaros e as tijelas de esmalte, o fogão esbranquiçado, de bocas de latão, a grande mesa com tampo de pedra onde havia sempre alguma louça esquecida. Mas sobre isso passava-se de largo, sem realmente olhar, corria-se em direcção ao quintal, como se se fosse sugado pela luz, cambaleava-se, transpondo a porta, porque se ficava cego por instantes, apenas o cheiro e o calor nos guiavam, nos primeiros passos - o cheiro a terra, a erva, a fruta demasiado madura - chegando até nós no vento morno, como um bafo de animal vivo.

As coisas, no quintal, dançavam: as folhas largas de um pé de bananeira, as folhas e as flores do hibisco, os ramos ainda tenros do jacarandá, as folhas de erva nascediça, que crescia como capim e contra a qual, em dada altura, se desistia sempre de lutar.

Era quando alguém se deitava sobre a erva que via como eram finas as folhas do jacarandá varrendo o céu e como o sol era um olho azul e doirado espreitando, cegando todos os outros, para que só ele pudesse olhar. O sol, sobre o quintal e a casa, era o único olhar não cego.

Mas, como eu disse, não se precisava de olhos para ver, porque mesmo de olhos fechados se via, através das pálpebras inundadas de luz - a rede de arame do galinheiro ao fundo, o muro, o telhado da casa,

as janelas, a porta escura, sempre aberta, a varanda, em cima, onde ao cair da tarde Laureano se iria sentar bebendo cerveja. Não se precisava de olhos para ver, a tal ponto se conhecia e possuía tudo, e também quase não era necessário esperar nem desejar, as coisas aconteciam por si mesmas, vinham ao encontro das pessoas - assim por exemplo bastava levantar a cabeça ao fim da tarde para ver Laureano sentado na varanda.

Então a noite descia, como cerveja preta entornada pelo céu. Ou como uma pálpebra caindo. Porque era rápido o crepúsculo, a bem dizer não havia crepúsculo, como não havia transição entre as coisas: era a treva, ou a luz.

Em baixo - enquanto ele se sentava na varanda - o quintal crescia como uma coisa selvagem. Brotava um grão de mapira atirado ao acaso ou deitado aos pássaros, brotava um pé clandestino de feijão-manteiga ao lado dos malmequeres, brotavam silvas e urtigas e ervas sem nome no meio da chuva-de-ouro e da bauínea - qualquer semente levada pelo vento se multiplicava em folhas verdes, lambidas pelas chuvas do Verão. E Amélia diria, franzindo a testa: O jardim tornou-se um matagal. E fecharia com força a janela.

Mas não era um jardim, era um quintal selvagem, que assim se amava ou odiava, sem meio termo, porque não se podia competir com ele. Estava lá e cercava-nos, e ou se era parte dele, ou não se era. Amélia não era. Ou não queria ser. Por isso não desistia de o domesticar. Quero isto varrido, dizia ela à Lóia. Nenhuma casca de fruta podia ser abandonada, nenhum caroço deitado ao chão. Isso é lá no «Caniço», insistia, sempre que queria repudiar qualquer coisa. Aqui não.

E logo ali a casa se dividia em duas, a Casa Branca e a Casa Preta. A Casa Branca era a de Amélia, a Casa Preta a de Lóia. O quintal era em redor da Casa Preta. Eu pertencia à Casa Preta e ao quintal.

É preciso cuidado, dizia Amélia. Estar atento. Tudo parece bem à superfície, mas a cidade está podre e cheia de contágios. Ela foi construída sobre pântanos.

Quando alguém adoecia ela pensava sempre em febres antigas, que periodicamente voltavam e deixavam as pessoas olheintas e débeis,

como sugadas por espíritos malignos. O pântano, ou a memória do pântano, que nunca conhecera porque tinha sido extinto há quase um século, parecia assediá-la ainda, em visões de pesadelo. Como se estivesse ali muito perto a água apodrecida das línguas. E acompanhava ela mesma o guarda sanitário e o sipaio, que vinham de longe em longe, de braçadeira amarela, vasculhar o quintal, pulverizando os cantos e os muros com um produto malcheiroso que devia exterminar ou afugentar os mosquitos.

(GERSÃO, Teolinda. *A Árvore das Palavras*. Lisboa: Dom Quixote, 1997, p. 9–11)

Atividades:

1. Explique em que assenta a diferença entre a Casa Branca e Casa Preta. Qual é o espaço predileto da protagonista/narradora?
2. Indique os espaços e mentalidades das personagens de Amélia, Lóia e Laureano. Quais serão as relações entre estas personagens?

Lídia Jorge (1946): A Costa dos Murmúrios (1988)

Uma das melhores obras retratando o trauma da guerra colonial. A autora aplica uma perspectiva inversa: em vez da violência física, feita e sofrida pelos homens, é aqui sublinhada a violência psíquica a que foram submetidas as mulheres, subjugadas, humilhadas, fechadas em casas ou hotéis. A guerra, vista a partir dos “bastidores”, é tão cruel quanto a sofrida na frente e na própria pele: as mulheres tornam-se testemunhas/participantes (in)voluntárias da violência cometida pelos homens. A protagonista, Eva Lopo, chamada Evita, é porventura uma exceção devido à sua rebeldia feminina e consciencialização do conflito político-social.

É assim que me lembro, ainda que para nada – disse de novo Eva Lopo - das caixas e dos envelopes selados que saíram do cofre. Estavam envolvidos em papel de plástico com armas dum exército dum país diferente e etiquetados com palavras também em língua diferente. Os envelopes dizia simplesmente *spoilt*, mas as caixas, essas, estavam rotuladas em caracteres grandes - TO BE DESTROYED. Helena avisou, no entanto, que para já não havia intenção de queimar. Quando houvesse uma independência branca, aqueles seriam os documentos que haveriam de atestar quem tinha e não tinha ido à guerra. Blablá mesmo escrito era uma coisa, enquanto a cara na película era outra – tinha dito o Jaime. Queimariam sim, no caso de haver uma volta diferente, mas o Jaime não acreditava em voltas diferentes. Por dentro das caixas havia envelopes, e dentro dos envelopes, amarradas com elásticos, as fotografias arrumavam-se por operações. Em cada envelope, às vezes manuscrito, lia-se *spoilt*. Helena começou a passar os envelopes. Devia conhecer as fotografias como um bom estudante conhece a sua sebenta. Ela ia seleccionando, ia dizendo baixo, não interessa, não interessa ... Parou num envelope que dizia *Tigre Doido* para além de *spoilt*. Helena passou-me esse envelope, com o olho pregado ora na porta ora na janela, daquele quarto de caça. Vejo - as primeiras dez

são fotografias de colunas normais. A pessoa que as tirou deveria ter sido uma das últimas porque apanhou, em terreno quase descoberto, as cabeças de inúmeros soldados em longa fila, sobressaindo acima das gramíneas. Há fotografias prosaicas com soldados comendo deitados, outros enterrando latas. Numa outra estão fugindo e abandonando os bornais e as espingardas. Helena explica que se tratou dum ataque de formiga. Na fotografia seguinte, de facto, um soldado ri, mostrando uma espingarda sem bandoleira. Helena diz - «Começa aqui!» Helena mostra. Numa fotografia tremida, um negro esfarrapado está a ser segurado pelos braços, mas não se lhe vê o rosto porque está de costas. Vê-se na seguinte o rosto, mas não se lhe distinguem bem as feições nem a fotografia está legendada. Na seguinte, o capitão examina uma arma. Helena explica - «É uma Kalash que temos aqui em casa. Você sabia que temos uma Kalashnikov em casa?» Novamente a coluna, a vegetação rasteira, e em seguida os soldados figuram entre umas árvores sem copa que parecem ter sido queimadas. Não, não devem ter sido queimadas, são mesmo assim. Está legendado - *Zona dos Paus com paisagem de paus*. No meio desses paus, sem copa, é a primeira vez que distingo o noivo. Helena retira essa fotografia do molho e suspende a fotografia onde se lhe vê nitidamente a cabeça. Tem a barba crescida e a bóina espalmada na testa, o noivo. Depois só silhuetas, só figuras andando, depois o tipo negro sem camisa, de calções esfarrapados, à frente.

«Este é o mesmo a quem tiraram a arma» - explica Helena. «Não viu atrás?»

Helena faz questão de mostrar atrás, mas logo a seguir o homem negro dos calções esfarrapados aparece a ser amarrado pelo pescoço numa espécie de pano. «É a camisa dele» - explica. A fotografia seguinte representa uma árvore alta, sem folhas, como se realmente queimada, e um grande galho donde pende o negro, pelo pescoço, baloiçando sem camisa. A seguinte tem a mesma árvore, o mesmo galho, o mesmo negro, mas agora não tem nem calças nem camisa. O negro baloiça no galho da árvore, rodeado por soldados. Helena segura a fotografia. «Disse o Jaime que as calças dele escorregaram e que ejaculou para

cima do capim, em frente dos soldados portugueses! O Jaime diz que nunca mais acontece - agora vão amarrar sempre as calças de quem for enforcado, para se pouparem a cenas dessas!» - disse ela. «Passe» - disse, com um olho na porta, outro na janela. Passou outro pacote. Agora havia outro pacote que dizia *Víbora Venenosa*. Eram imagens de incêndios, aldeias em chamas, sem qualquer referência. O fotógrafo deveria gostar dos rolos de fumo. As seguintes tinham referência, localização, e número de palhotas destruídas - destruídas trinta, oitenta e três ... Também traziam coordenadas. Agora no meio das palhotas incendiadas havia soldados correndo. Adiante, novo pacote. Estávamos sentadas num sofá de pano onde Helena ia empilhando e desempilhando. Helena mostrou-me com precaução o pacote que dizia *spoilt* como os outros e *Víbora Venenosa III*. Mais rostos, mais cabeças de soldados escondidos entre sarças, mais incêndios, e logo a imagem dum homem caído de bruços, depois dois telhados, e sobre um dos telhados de palha, um soldado com a cabeça dum negro espetada num pau. Viam-se vários corpos sem cabeça à beira duma chitala, um bando de galinhas avoejava sobre eles na mesma fotografia. Helena passou. Helena tomou a seguinte e mostrou o soldado em pé, sobre o caniço. Via-se nitidamente o pau, a cabeça espetada, mas o soldado que a agitava não era um soldado, era o noivo. Helena de Tróia disse - «Vê aqui o seu noivo?» Ela queria que Evita visse. Era claro como a manhã que despontava que Helena de Tróia me havia trazido até àquela divisão da casa para que eu visse sobretudo o noivo.

(JORGE, Lúcia. *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Dom Quixote, 1998, 131–133)

Atividades:

1. Comente a perspetiva da narração.
2. Descreva o comportamento de duas mulheres.
3. A partir de dados indicados, tente caracterizar as personagens do romance (Evita, Helena, Luís, Jaime).
4. Comente o conflito político de que se fala no extrato, bem como as atitudes das personagens.

Jorge, Lília (1946): *Leão Velho* (incluído no volume *O Belo Adormecido*, 2004)

O conto “Leão Velho” é mais uma obra de Lília Jorge que explicitamente foca a problemática (pós)colonial. Desta vez, a autora mostra as consequências da mentalidade colonial no exemplo dum grupo de amigos que, após a partida de África, não se consegue livrar da nostalgia. O ridículo desta situação assenta no facto que, acima de tudo, os personagens não conseguem parar de evocar os safaris, chegando até a encenar a caça a um velho leão numa quinta portuguesa. Toda a representação da caça, aliás, baseia-se no ridículo a que são sujeitas as personagens masculinas. O fracasso da caça, no entanto, insinua algo mais para além do escárnio. É uma reflexão sobre a identidade portuguesa, as suas imagens e miragens que determinaram o fluir do passado português.

«Porreiro!» - Ouvia-se. Quando finalmente Petit regressou, já o anfitrião se tinha levantado. Os três homens estavam em pé, olhando-se sem se verem, vislumbrando alguma coisa para além deles mesmos que os tornava próximos e atados uns aos outros por um cinto de natureza indestrinçável. Um grupo de homens inseparáveis quando vistos a partir do livro pousado no regaço. Mesmo assim, era preciso dizer qualquer coisa.

O anfitrião disse -«Caro Fortaleza, você parece querer destruir este plano. Você agora está empenhado em desfazer o que fez. Então estamos conversados ...»

E os três homens sentaram-se em cadeiras de espaldar dispostas em volta da segunda mesa.

Por um momento, Fortaleza ficou imobilizado, só depois reagiu -«Destruir eu este plano? Querer desfazer o que fiz?» Não, não era verdade, ele não pretendia destruir nada, pelo contrário, e Santos Manuel sabia-o muito bem. Que ideia era aquela?

O companheiro mais forte estava surpreendido, e não era para menos. Desde há muito que os três se encontravam unidos no mesmo

projecto, não só porque tinham caminhado unidos a partir do mesmo passado, como a proximidade de ideias e pensamentos continuava a colocá-los diante de metas idênticas. Os três tinham vindo da mesma experiência longínqua ocorrida em territórios amplos, lá onde a vida merecia a pena ser vivida, com tudo o que de melhor existe na Terra, em termos de dimensão, desafio e grandeza. E a esse propósito, quando falavam, eles só proferiam a breve palavra *lá*, porque se recusavam a referir o nome de países definitivamente estrangeiros, que então faziam parte de uma só unidade indivisível, e por isso não só se recusavam a nomear esses países, como a região e até o continente onde tudo isso se passava, de ofendidos que estavam. Ainda que também não nomeassem essa ofensa, para não credibilizarem a realidade que a criara. Às vezes pensavam. Não queriam pensar. Mas vinha-lhes à cabeça a configuração da cidade onde os três se tinham conhecido e vivido, a cidade com seus portos orientais, seus guindastes de braços alçados, seus mercados indígenas coloridos, e seus bairros de caniço perfumados. E havia o banco. Por vezes pensavam no banco. Não queriam pensar. Pensavam. Fora esse banco nacional ultramarino, cujo nome também se recusavam a proferir, que afinal os unira, na altura em que já não eram solteiros mas eram livres. Em posições diferentes, já se vê. Santos Manuel, o anfitrião, fora o director desse banco, enquanto Fortaleza tinha sido um funcionário de base, uma pessoa que vivia diante da caixa a contar as notas com os dedos molhados em almofadas de esponja, unidade atrás de unidade, até os dedos ficarem gretados. Petit havia sido um funcionário intermédio, muito mais próximo do director, no interior da pirâmide de que faziam parte, mas o que os unira não fora o local do trabalho, fora alguma coisa bem exterior à realidade bancária. O que os tornara próximos como se fizessem parte de um clube secreto com sua iniciação, juramento, segredo e missão, havia sido o safari. Dois, três, cinco, vinte safaris que haviam ficado definitivamente gravados nas suas vidas. Os safaris, com os percursos, as cargas, as tendas, as fogueiras, as coutadas, de que haviam fixado os nomes como se fossem quintas de família, e de que no entanto, passado todo este tempo, se recusavam a falar. Nem lembravam. Só involuntariamente lembravam. Como se

além de homens fossem também plantas sarmentosas, cujos caules e raízes em parte estivessem *lá*. E por isso era injusta a insinuação do ex-gerente, Dr. Santos Manuel da Veiga, ao ex-funcionário de base, João Fortaleza. Como homem que havia contado um número infinito de notas, e conhecera nos últimos momentos vividos *lá*, o que fora o roubo, a vilania, o saque, a ignomínia, e ficara a conhecer a natureza humana, mil vezes mais vil do que a dos bichos, conhecedor de tudo isso, agora, só porque queria proteger o projecto, é que receava a chantagem. Uma chantagem que se não fosse cortada cerce, bem poderia avolumar-se passando da chantagem sobre a pernoita, à chantagem sobre o segredo da operação do dia seguinte. Que o desculpassem, o doutor e Orlando Petit, mas ele era um homem marcado exactamente por isso, pela chantagem. E que desculpassem também se entrava na zona da cólera, mas não admitia que pessoas que se diziam honestas, faltassem à palavra, praticassem o roubo e a extorsão, como norma, tal como vira *lá*, tanto da parte dos que partiam quanto dos que ficavam. Afinal fora ele quem tinha falado com o administrador da Herdade da Silveira, fora ele quem havia combinado a pernoita apenas por cinquenta contos, e já achava uma generosidade, e por um aproveitamento da situação irregular em que se encontravam, estavam a pô-los de rastos. Fortaleza via turvo, imaginava logo esses anos que não nomeava, o saque que também não nomeava, e ficava transtornado. E por isso pedia desculpa a ambos, mas que não duvidassem de que se encontrava de alma e coração com aquele projecto. Não iria reproduzir, no entanto, tudo o que lhe acudia à cabeça, naquela situação. Apenas iria dizer a Petit e Santos Manuel -«Desculpem, já aqui não está quem falou. Eu só faço o meu papel, eu aviso...»

«Fale mais baixo.»

«Desculpe.»

A tarde descia imponente, os pássaros voando sobre a lagoa faziam parte dessa imponente, desenhando círculos no espaço. A ilusão de que a Natureza emite sinais decifráveis criava a ideia de que os patos-reais chamavam para o movimento. Os três homens seguiam em silêncio o trajecto das aves. Às vezes, quando chegava o Outono, era sobre

elas que treinavam os dedos. Orlando Petit acabou por dizer - «Estou convencido que em matéria de contas, o assunto já está encerrado. Não ouviram há bocado eu falar com os tipos? Agora vamos mas é pensar no dia de amanhã, no animal a surgir ao fundo, no doutor a aproximar-se, a aproximar-se, no bicho a olhar de frente, no bicho a ganhar alento, a fazer o seu reconhecimento, a atravessar o campo na direcção da água, e o doutor a atirar. Bum! Ouço o segundo bum, bum, e o baque do bicho, primeiro ajoelhado, depois o corpo pesadão a cair por terra. Como *lá*, no tempo em que nós estávamos *lá*, os três ...»

(JORGE, Lúcia. *O Belo Adormecido*. Lisboa: Dom Quixote, 2004, p. 184–186)

Atividades:

1. Descreva a mentalidade das personagens.
2. Comente a dimensão simbólica da caça ao leão.

Macedo, Helder (1935): *Partes de África* (1991)

A narrativa é singular de vários pontos de vista: para além de exibir um género híbrido entre ficção, ensaio e memórias, é uma verdadeira autópsia do colonialismo português e, acima de tudo, uma original reflexão política acerca de um destino nacional.

O grande problema em São Tomé era como evitar o inspector da PIDE. Outro, é que ninguém o procurava evitar. Mal eu tinha saído do avião para as férias grandes depois do meu primeiro ano de Direito, já o homem estava à minha frente no aeroporto, de máquina fotográfica ao pescoço, passinhos laterais que nem a quizumba do Pimpão, pequeno, olhos amalandrados, sorriso fácil. Mas não, nada de sinistro nos olhos nem no sorriso. A malandrice era bem disposta, o sorriso de quem se sentia bem na vida. E no dia seguinte de manhã, antes mesmo do pequeno-almoço, bateu-me à porta para saber se eu queria ir com ele no jipe dar um passeio pela ilha. Recusei, sem procurar qualquer desculpa. Sorriso cordialíssimo: ficaria para a próxima, certamente nos encontraríamos muito em breve, «aqui não há como não».

Isto foi quase dois anos antes da campanha eleitoral do general Delgado, não tinha especiais razões para recear a PIDE, mas fiquei nervoso e inquieto, avolumando as poucas que teria: o meu nome na lista democrática da associação dos estudantes da Faculdade que foi proibida; a rotina com que se começava as tardes no café Gelo, indiscriminadamente assinando petições, protestos, panfletos, tudo o que a furtiva militância de café em café nos trouxesse à mesa e que assinávamos sem ler, desde que fosse contra, numa espécie de purga burocrática antes de iniciarmos as noites libertárias.

Aos meus protestos ao almoço sobre se agora até estava sob vigilância policial (é a rebeldia, e não a caridade, que geralmente começa em casa), o meu pai comentou que talvez não fosse má ideia e a minha mãe explicou que o inspector (hesito se lhe devo dar o nome real, já que esta é mais uma das minhas personagens concentradas, segundo o método

de Taine) que o inspector Lobo dos Santos era o homem mais popular da ilha, sobretudo entre os forros, a população local descendente dos escravos libertos: o seu único inimigo declarado era o presidente da União Nacional. Nós, no Gelo, estávamos numa de cultivar o absurdo, mas isto era o mundo às avessas.

E no entanto a popularidade do Dr. Lobo dos Santos, a gratidão à PIDE por parte das populações locais eram merecidas. Fora ele, foi a PIDE que os salvou do Gorgulho (este nome não se pode melhorar), o governador que tinha inventado a «guerra do Bate-pá» e depois inventara uma revolução para justificar os massacres com que reprimira a guerra que não houve. Ou alguém inventou tudo por ele e ele acreditou, tendo mandado matar gente às centenas, ficando de binóculos virados para o mar a ver se via os barcos de Libreville chegar para a invasão, esgotando numa semana todas as munições que havia na ilha, incitando os trabalhadores moçambicanos - os «moçambiques» - a dar vazão aos seus ressentimentos de semi escravos no «sangue de forro» dos negros livres. Os cidadãos mais respeitáveis da aristocracia negra - médicos, advogados, engenheiros, proprietários de pequenas roças - eram os óbvios cabecilhas, de modo que alguns deles foram torturados até confessarem: choques eléctricos engenhosamente improvisados em cadeiras de metal, bolas de ferro nos pés e pedregulhos ao pescoço a ver se ainda sabiam nadar ao fim de algumas horas na piscina municipal com água até ao queixo, mergulhos ensanguentados no mar infestado de tubarões. Era a segunda comissão do governador Gorgulho e a sua grande ambição era o governo-geral de Angola. E a verdade é que a sua administração em S. Tomé tinha sido das melhores até então, estava a agradar em Lisboa, não estava a desagradar na colónia. Angola era uma distinta possibilidade se resolvesse o eterno problema da mão-de-obra para as roças. Em primeiro lugar considerou que era necessário retirar à colónia as suas conotações esclavagistas, calar a malevolente campanha internacional da Cadbury's, aumentar a imigração voluntária. Convenceu os roceiros de que os castigos corporais não deviam deixar muitas marcas e de que os contratos dos trabalhadores que permanecessem saudáveis deviam ser respeitados,

para que eles próprios se tornassem agentes de propaganda nas terras aonde regressassem; abriu o recrutamento a Cabo Verde, onde havia seca; insistiu em que os salários fossem pagos como estipulado e não descontados para transporte, alojamento e alimentação. Mas os cabo-verdianos começaram logo a criar problemas. Recusavam-se a ir sem as mulheres, enquanto os moçambicanos não podiam levar as suas, o novo poder de compra dos moçambicanos permitiu alguns presentinhos clandestinos às cabo-verdianas na esperança de uma grimpadela rápida. Resultado: ciúmes, rixas, facadas. Além de que os cabo-verdianos eram cidadãos, como os forros, enquanto os moçambicanos tinham estatuto de indígenas, embora certamente não dali. Enfim, criou-se uma certa confusão, agravada por inesperadas chuvas em Cabo Verde e pela falta de patriotismo dos moçambicanos, que apesar de todos os esforços persistiam em preferir as minas do Rand. Pelo que o governador Gorgulho decidiu que a solução final do problema da mão-de-obra de São Tomé tinha de ser encontrada entre os forros locais. Mas os forros desde a abolição da escravatura que se haviam recusado a trabalhar nas roças onde os antepassados tinham sido escravos, numa lógica que o governador considerava perversa e reveladora de mau carácter. Para mais a terra era fértil, espetava-se uma bengala no chão e crescia logo feita árvore, havia mais coelhos do que donos, mais fruta do que bocas, mais cacau exportado do que oficialmente produzido. Uma espécie de jardim do Paraíso na selva do Diabo. Daí o decreto: qualquer forro encontrado em casa ou fora de casa durante as horas de serviço seria preso como vadio e enviado para as roças. As primeiras rusgas renderam bastante, prometiam Angola. Depois aconteceu o desastre: a guarda foi à aldeia de Bate-pá, perto da Trindade. Não encontrou ninguém, só um grande silêncio nas casas vazias. Mas o tenente miliciano que comandava o pelotão era vivaço, isso de pretos a armar em espertos não tolerava, ouviu um ruído do lado das árvores e, certo e sabido, lançou a mão e agarrou um braço. O qual, puxado, trouxe atrás uma criança de quatro ou cinco anos, que tinha iludido a vigilância dos adultos escondidos para ir espreitar o excitante espectáculo da guarda. O tenente quis saber onde estava

o papá e a mamã, sacudiu a criança a ver se saía resposta, só saíram chores e berros, calou-os com uma coronhada na cabeça. Foi então que uma catana voou de entre as árvores, acertando no pescoço do tenente. O pelotão destroçou rápido para os jipes, um festival de catanadas fez o resto, até não haver mais do que postas de tenente. E foi isto a guerra do Bate-pá. Ou teria sido, se o governador deixasse que fosse. Mas queria punições exemplares, cabecilhas, nomes. Que lhe foram fornecidos logo no dia seguinte, acrescentados do plano de uma célula comunista que insidiosamente já teria a ilha sob controle e até já teria estabelecido ligações secretas com Libreville, para a invasão. Nem o ministro das Colónias acreditou. Mas mandou a PIDE.

(MACEDO, Helder. *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 66–68)

Atividades:

1. Comente o conflito descrito no extrato.
2. Defina a identidade e posição do narrador.

Oliveira, Carlos de (1921–1981):

Uma Abelha na Chuva (1953)

Carlos de Oliveira escreveu, na senda do neorrealismo português, a tetralogia composta por títulos Casa na Duna, Pequenos Burgueses, Alcateia e Uma Abelha na Chuva. É exatamente nesta última narrativa, também a mais famosa, que se encontra um breve extrato relacionado com a problemática da colonização. Em forma de uma carta ao seu irmão, um personagem secundário (fisicamente ausente na narrativa), revela os desejos que alimentavam os sonhos dos portugueses ainda no século XX. Trata-se porém de uma aventura inverosímil e, dentro do esquema da narrativa neorrealista, assaz ambígua.

Luanda, 16 de setembro

Meu caro Álvaro:

Aqui estou na capital desta nossa Angola, depois de seis anos de sertão. A falta de notícias foi isso, a selva, os pretos, a civilização por um canudo e eu pelo mato, promovido a conselheiro do soba duma tribo de canibais, onde salvei a pele porque tu bem sabes que nunca me faltou gana para sair das enrascadas. Até de feiticeiro lhes servi. Não te posso dizer o que é a África, a África é vir cá e ver. A pretalhada onde estive, afinal não era má gente e depois de amansados, que ainda assim custou, foram comigo em busca de tesouros para os lados das Minas de Salomão, que havia aí na estante do Montouro compradas pela cunhada.

Conseguiu levantar-se, pegou na vela e foi verificar a estante; não deu com as Minas de Salomão, mas bebeu outro porto, aproveitando a passagem pela garrafeira; regressou ao piano com o castiçal e pôs-se a lamentar diante da carta:

- Não estão cá as minas, Leopoldino, não sei delas.

Tinha a consciência de que ia ficando cada vez mais bêbedo; a azia, no entanto, pareceu acalmar-se e ele prosseguiu na leitura:

... compradas pela cunhada. E que tal vai ela, mano? O que me valeu a mim foi a saúde de ferro nos pântanos que atravessámos. O soba deu-me trinta pretos, dois elefantes, bagagens e duas das suas mulheres para meu uso próprio. Não leias esta passagem à cunhada, mas fica sabendo que uma preta, bem espremida, deita mais sumo do que uma laranja. A questão é enchê-las dumas aguardentes lêvedas que por aqui há e eu quero ver onde é que está a branca que dê um rendimento destes. Lá fomos para o sul em busca de minas. As febres atiraram metade da caravana às malvas, até um elefante as apanhou e foi-se. Ao fim de anos de trabalho, dei com minas num recanto de rochas à entrada do deserto. Metade é para o soba, era o contrato, mas a outra parte, a minha, dá para comprar todas essas casas, palacetes, terras, quintas e armazéns, o que houver por aí, sem esquecer o belo femeação de Corgos, é claro.

Estou em Luanda agora para embarcar para a metrópole a descansar uns tempos e depois volto a assentar com o soba na exploração disto. Vou riquíssimo mas sou o mesmo, mano, o cabeça de unto como dizia o nosso pai, o doido varrido como tu dizias, o estoira-vergas que era como me chamava a cunhada. Dá-lhe recados meus e aí me terão daqui a umas semanas. Depois sempre te falarei com mais vagar das feras, da caça, dos macacos, das florestas, das minas, eu sei lá, e a preceito do mimo que é uma preta com um homem na cama, ou melhor, um homem com uma preta na dita. Quero-te fazer meu sócio e tu com um pouco de capital podes sê-lo, aí com coisa de cem ou duzentos contos para uma maquinariazita. O soba agora deu com o tesoiro em pantanas numa guerra santa e eu ...

(OLIVEIRA, Carlos de. *Obra Completa*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 922–924)

Atividades:

1. Identifique e interprete os traços inverosímeis na carta.
2. Em que medida este extrato dialoga com as estratégias textuais da literatura colonial?
3. Em que sentido, na sua opinião, esta carta se ajusta à crítica social inserida na narrativa?

Queirós, Eça de (1845–1900): A Ilustre Casa de Ramires (1900)

No romance do famoso escritor das correntes realista e naturalista abandonam-se por completo as doutrinas realístico-naturalistas e opta-se por uma história sobre a História, de um Portugal medievo, ressuscitado por um dos últimos portugueses de velha cepa, um abencerragem fidalgo de nome Gonçalo Ramires. Apesar de este ser, pela sua ambição, impulsionado para a política, perde rapidamente todas as ilusões que o moveram para a ação social, preferindo partir para uma África sonhada, imaginada e idealizada.

Mas o Gouveia insistia, com superioridade, um sentimento verdadeiro da vida positiva:

- Olhe, sr.^a D. Graça, acredite Vossa Excelência, sempre era melhor arranjo para o Gonçalo que a África ... Eu não acredito nesses prazos ... Nem na África. Tenho horror à África. Só serve para nos dar desgostos. Boa para vender, minha senhora! a África é como essas quintarolas, meio a monte, que a gente herda de uma tia velha, numa terra muito bruta, muito distante, onde não se conhece ninguém, onde não se encontra sequer um estanco; só habitada por cabreiros, e com sezões todo o ano. Boa para vender.

Gracinha enrolava lentamente nos dedos a fita do avental:

- O quê! vender o que tanto custou a ganhar, com tantos trabalhos no mar, tanta perda de vida e fazenda?

O administrador protestou logo, com calor, já enristado para a controvérsia:

- Quais trabalhos, minha senhora? Era desembarcar ali na areia, plantar umas cruces de pau, atirar uns safanões aos pretos ... Essas glórias de África são balelas. Está claro, Vossa Excelência fala como fidalga, neta de fidalgos. Mas eu como economista. E digo mais ...

O seu dedo agudo ameaçava argumentos agudos.

«Titó» acudiu, salvou Gracinha:

- Oh Gouveia, nós estamos a tirar o tempo à prima Graça, que anda nos seus arranjos. Essas questões de África são para depois, com o Gonçalo, à sobremesa.. . E então, minha querida prima, até domingo, em Craquede. Lá comparece o rancho todo. E quem atira os foguetes sou eu!

Mas Gouveia, cofiando o coco com a manga, ainda esperava converter a sr. • D. Graça às ideias sãs, sobre política colonial.

- Era vender, minha senhora, era vender! -Ela sorria, já consentia - tomando a mão do Videirinha, que hesitava, com os dedos espetados:

- E então, sr. Videira, tem agora algumas quadras novas para o «Fado»?

Corando, Videirinha balbuciou que «arranjara uma coisita, também num fado, para a volta do senhor doutor». Gracinha prometeu decorar, para cantar ao piano.

- Muito agradecido a Vossa Excelência... Criado de Vossa Excelência ...

- Então até domingo, primo António ... Está uma tarde linda.

- Até domingo, em Craquede, prima.

Mas à porta envidraçada, João Gouveia parou mais teso, bateu na testa:

- Já me esquecia, desculpe Vossa Excelência! Recebi uma carta do André Cavaleiro, da Figueira da Foz. Manda muitas saudades ao Barrolo. E quer saber se o Barrolo lhe poderia ceder daquele vinho verde de Vidainhos. É também para um africanista, para o conde de S. Romão ... Parece que a senhora condessa se pela por vinho verde!

(...)

Os fogachos e entusiasmos, que acabam logo em fumo, e juntamente muita persistência, muito aferro quando se fila à sua ideia ... A generosidade, o desleixo, a constante trapalhada nos negócios, e sentimentos de muita honra, uns escrúpulos, quase pueris, não é verdade? ... A imaginação que o leva sempre a exagerar até à mentira, e ao mesmo tempo um espírito prático, sempre atento à realidade útil. A viveza, a facilidade em compreender, em apanhar ... A esperança constante nalgum milagre, no velho milagre de Ourique, que sanará

todas as dificuldades ... A vaidade, o gosto de se arrebicar, de luzir, e uma simplicidade tão grande, que dá na rua o braço a um mendigo... Um fundo de melancolia, apesar de tão palrador, tão sociável. A desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia se decide, e aparece um herói, que tudo arrasa ... Até aquela antiguidade de raça, aqui pegada à sua velha Torre, há mil anos... Até agora aquele arranque para a África ... Assim todo completo, com o bem, com o mal, sabem vocês quem ele me lembra?

- Quem?...

- Portugal.

Os três amigos retomaram o caminho de Vila-Clara. No céu branco uma estrelinha tremeluzia sobre Santa Maria de Craquede. E padre Soeiro, com o seu guarda-sol sob o braço, recolheu à Torre vagarosamente, no silêncio e doçura da tarde, rezando as suas ave-marias, e pedindo a paz de Deus para Gonçalo, para todos os homens, para campos e casais adormecidos, e para a terra formosa de Portugal, tão cheia de graça amorável, que sempre bendita fosse entre as terras.

(QUEIRÓS, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999, p. 356–357, p. 362)

Atividades:

1. Tente adivinhar a posição social dos interlocutores no extrato a partir das opiniões expostas. Qual é a sua relação para com o espaço africano?
2. Desenvolva o tema “Gonçalo como metonímia de Portugal”. Em que consiste a comparação de Gonçalo Ramires com Portugal? Tente refletir sobre a sua conveniência. Escolha uma característica que lhe pareça adequada e justifique a sua pertinência. Continue, desenvolvendo, o tema da identidade nacional.
3. Será possível identificar, neste extrato, uma crítica ao sistema colonial? Faça uma reflexão sobre a ambivalência que anima este texto literário.

Soromenho, Castro (1910–1968):

Terra Morta (1949)

Nascido em Moçambique e filho de portugueses, Castro Soromenho foi o primeiro autor a declarar-se escritor angolano, embora a sua obra tenha sido escrita em Portugal. Até 1949 cultivava uma prosa de teor etno-histórico e colonial-exótico, a partir de 1949 muda radicalmente a sua poética, aproximando-se do neorrealismo pela crítica social (Terra Morta, Viragem e A Chaga). O romance Terra Morta situa-se em Lunda, numa localidade de nome Camaxilo, que funciona como um microcosmos fechado, distópico, e em que o presente degradado contrasta com a nostalgia do passado.

Um canto arrastado e monótono veio de longe, trazido pelas brisas da madrugada da planície, e pairou, alongado pelo eco, sobre a vila de Camaxilo. O sipaio, que estava acororado em frente da fogueira, de guarda à Administração, voltou a cabeça para as bandas da planície e ficou-se, enlevado, a ouvir a música triste que vinha dos ermos. Eram os negros das senzalas que marchavam, a caminho da vila, com cargas de cera às costas, a cantar as suas velhas canções de mercadores errantes.

O canto tornou-se harmonioso e mais triste, quando a caravana começou a descer a encosta, no caminho longo para a povoação-debaixo. O sipaio Caluis estendeu o pescoço e ficou, de olhos semicerrados, a escutar. Um sorriso iluminou-lhe o carão duro, todo vincado, com grandes olhos tristes e mortiços de fumador de liamba. E começou a cantar baixinho, num lamento, acompanhando a cantiga que vinha dos longes. Era uma canto da sua terra, que muitas vezes cantara quando, vergado ao peso da carga de bolas e mantas de borracha, vinha da aldeia negociar com os brancos de Camaxilo.

Nesse tempo, Camaxilo era uma grande terra, o centro comercial mais importante de toda a Lunda, com mais de cinquenta lojas e uma centena de comerciantes brancos. E nas terras ao redor e por sertões dentro, no Cuilo, Luremo, Lubalo e outras de que só os velhos se

lembram, eram em grande número as feitorias comerciais dos brancos, mulatos e negros ambaquistas, aviados das grandes casas comerciais de Malanje e Luanda. Tempos de fortuna, em que os negros das senzalas tinham todos os panos que queriam, montes de fios de missangas, pipos de aguardente e latinhas de pólvora. Os brancos bebiam champanhe e jogavam forte ao bacará. E os sobas faziam batuques que duravam quinze dias e quinze noites, embebedando-se com vinho misturado com água açucarada e aguardente de batata-doce. Esse foi o tempo em que a borracha valia ouro de lei e os brancos corriam para o Leste com as suas pacotilhas, pagando impostos aos sobas para poderem negociar com os seus *filhos* e transitarem por suas terras cruzadas de trilhos. Era o tempo de Braz Vicesse e do seu bando de quimbundos armadas que iam até aos confins da região que borda os Grandes Lagos, em jornadas comerciais que duravam mais de um ano, trazendo caravanas com marfim e borracha e rebanhos de escravos, o ouro branco e o ouro negro da África antiga, que levavam para as praias de Benguela. E fora o teatro das façanhas dos negreiros árabes que varavam com os seus gritos de guerra os sertões do Norte, arrebanhando negros para os vender como escravos.

Agora, o sipaio Caluis, que já tem cabelos brancos e muitos filhos que suas três mulheres arranjaram nos braços de homens novos, está a ouvir a canção da sua aldeia e a recordá-la, quando ali houve duas lojas de mulatos, aviados do branco José Aparício, o «seu Jusa» dos negros, que se matou quando a borracha passou a valer tanto como um punhado de areia e os credores lhe levaram quanto tinha em casa. Nesse dia, ele enforcou-se na sua loja.

Jose Aparício foi o seu primeiro patrão, quando ele fugiu da aldeia com medo do soba e veio para Camaxilo. Serviu-o com dedicação de cachorro, porque ele pagara ao soba, que o veio reclamar, duas garrafas de vinho do Porto. O branco deu-lhe de comer durante anos e ensinou-lhe a pesar borracha no balcão bem afreguesado da sua loja, a maior da terra. E só o deixou quando um dia fora apanhado com o gargalo da garrafa de aguardente na boca. Estava a beber de olhos fechados e não viu o patrão aproximar-se e deitar-lhe a mão ao braço. Largou a

garrafa que se partiu a seus pés, o que aumentou a fúria do branco, e quis fugir, mas a porta estava fechada e o chicote de «seu Jusa» meteu-o a um canto. Quando se encontrou na rua, sem saber como, pingava sangue de todo o corpo e tinha os beiços e o nariz tão inchados que mal podia respirar. Mas não ficou a odiar o branco. «Seu Jusa é branco bom. Vinho é que faz gente maluco», dissera ele ao patrão, quando lhe foi dizer adeus, porque ia para Malanje. Aparício deu-lhe um cobertor velho e uma caneca de sal. E Caluis nunca mais esqueceu o seu branco.

(SOROMENHO, Castro. *Terra Morta*. Lisboa: Sá da Costa, 1979, p. 43–45)

Atividades:

1. Com base nos pormenores descritivos, indique as características do espaço da vila. Interprete o título da obra.
2. Comente a relação entre o presente e o passado. Compare com outras narrativas portuguesas nas quais aparece a mesma problemática.
3. Tente delinear e caracterizar a população de Camaxilo.
4. Quais são os maiores problemas de Camaxilo?

PARTE 2:

ENSAIOS

Birmingham, David: ***O impacto de Portugal em África***

O texto analisa o processo da expansão portuguesa, delimitando as várias fases da colonização.

Cerca de 1488, Bartolomeu Dias, um navegador português, chegou ao Cabo da Boa Esperança na ponta mais longínqua da África meridional. Esta foi a última fase da exploração portuguesa da costa atlântica e das suas ilhas. Foi também o começo de cinco séculos de relações muitas vezes tensas entre a Europa e a África meridional. Surgem duas questões neste ponto de viragem dos destinos do mundo. A primeira é, como é que Portugal, um país relativamente remoto e empobrecido na finisterra da Europa medieval, se tornou pioneiro da colonização atlântica? A segunda, quais foram as consequências a longo prazo da abertura da África meridional a influências externas?

O domínio português do lado leste do Atlântico aconteceu em seis fases, cada uma das quais iniciou um novo conjunto de experiências coloniais. Bartolomeu Dias foi o herdeiro de dois séculos de tentativa e erro à medida que Portugal procurava escapar à sua pobreza crónica. O facto de Portugal ter conseguido ser bem sucedido em tornar-se uma potência internacional deveu-se primariamente ao abrigo excelente que o porto de Lisboa oferecia a navegadores numa costa do sudoeste europeu, na generalidade pouco hospitaleira.

Lisboa tinha sido um porto no tempo dos Fenícios, quando comerciantes levantinos precisaram de um abrigo no longo trajecto até à Grã-Bretanha. Também foi usada pelos impérios romano e árabe, embora o seu interesse primário fosse a dominação terrestre. No século

XIII, deu-se o reavivar do poder marítimo e Génova foi bem sucedida no abrir caminho do Mediterrâneo até ao Atlântico. Os grandes centros económicos do Norte de Itália e Sul da Alemanha (doravante ligados por rotas terrestres atravessando os grandes mercados de Lião e Nuremberga) estavam agora postos em contacto pelos Genoveses pela rota marítima mais segura. Lisboa voltou a ser um porto próspero. Os Portugueses aprenderam a construção de navios com os Países Baixos e a navegação com a Itália e a Catalunha. A certa altura, a Coroa portuguesa contratou nada mais nada menos que seis almirantes genoveses, embora o mais famoso de entre eles, Cristóvão Colombo, tenha procurado a fama transferindo a sua fidelidade para o porto rival de Sevilha, em Castela.

A ascensão de Lisboa como porta marítima entre o norte e o sul da Europa levou ao crescimento de uma classe média urbana com conhecimentos, no comércio e na banca, aprendidos de Itália. Foi esta classe média que se tornou a força impulsionadora da procura de novas riquezas ultramarinas pelos Portugueses. Ela encontrou o seu patrono no príncipe real, D. Pedro, irmão do aclamado D. Henrique, o *Navegador*. Portugal era invulgar na medida em que a nobreza, à falta de qualquer outra fonte de riqueza num país de notória pobreza agrícola, demonstrava interesse em envolver-se em aventuras mercantis. Ela foi, em muito, ajudada pela próspera comunidade judaica de Lisboa, uma comunidade aumentada episodicamente por refugiados que fugiam à perseguição noutras partes do mundo cristão. Os estudiosos judeus não estavam presos aos conceitos cristãos do mundo, conforme era retratado nas Escrituras, conseguindo fazer uma abordagem muito mais científica dos testemunhos necessários para desenhar mapas e coligir informações sobre as perspectivas económicas do ultramar.

As crises que impeliram Portugal para a expansão foram sempre devidas ao preço do pão. Ao longo da Idade Média, Lisboa tinha sido uma cidade faminta. O acesso às terras de cultivo no interior era inibido pela má navegação fluvial e pelo elevado preço do transporte a longa distância em carroça. Deste modo, os cereais não eram procurados em fontes domésticas e sim a fornecedores fora do país. Tanto a

Espanha coma a Grã-Bretanha tornaram-se fornecedores-chave de trigo para Lisboa e a Inglaterra fez uma aliança de 600 anos baseada na necessidade que Portugal tinha do comércio do norte. Mas, no século XIV, uma nova solução para o défice de cereais foi a aventura colonial no Atlântico.

A mil milhas da costa de Portugal estavam as inabitadas ilhas dos Açores e da Madeira. Com o desenvolvimento de melhores embarcações, elas tornaram-se mais acessíveis a Lisboa do que o interior de Portugal continental que era muito mais próximo. Tentou-se então colonizá-las e introduzir lá plantações de trigo. Os conceitos de colonização tinham sido aprendidos dos Venezianos, que tinham estabelecido colónias nas suas feitorias comerciais do Próximo Oriente. A força de trabalho consistia tanto em mão-de-obra barata de emigrantes europeus conduzidos pela fome como em escravos capturados em ataques à costa berbere. O capital necessário foi reunido pelos bancos de Génova. O patrocínio foi dado pela nobreza fundiária sob a protecção do príncipe D. Henrique. E assim se iniciou a colonização com base na produção de cereais de clima temperado na bacia atlântica. O sistema espalhar-se-ia mais tarde até ao outro lado do oceano e as pradarias do Canadá e da América acabaram por se tornar uma fonte de trigo, não só para Portugal mas também para metade da Europa. A primeira fase da expansão portuguesa, a fase com base no trigo, foi bem sucedida no seu objectivo inicial de fornecer pão para superar a deficiência de Lisboa. Também foi bem sucedida no sentido de ter sido pioneira de um sistema colonial que impeliu a Europa para o mundo.

A segunda fase da expansão portuguesa envolveu um desenvolvimento mais subtil de investimento no ultramar. O trigo era um empreendimento agrícola com um rendimento comparativamente baixo. Um retorno de capital muito mais elevado, tanto do trabalho como da terra, podia ser obtido ao transformar os produtos agrícolas em álcool. O álcool era também mais fácil de conservar e podia assim ser vendido quando o preço fosse mais vantajoso, ao invés de quando as culturas estavam maduras, como acontecia com os cereais. Deste modo, a segunda fase da expansão portuguesa tentou estabelecer uma

indústria vinícola no ultramar. A técnica necessária estava disponível na produção vinícola de Portugal. Mas o vinho nacional português, como os cereais portugueses, sofria de graves problemas de transporte para a costa. Mesmo no século XVIII, quando o vinho do Porto se tornou um produto de exportação lucrativo, a passagem dos rápidos no rio Douro tomava o transporte quase suicida. A perspectiva de usar as ilhas colonizadas para plantar vinha era portanto atraente. O território escolhido foram as ilhas Canárias, ao largo da costa marroquina de África.

Marrocos passara a ser conhecido dos Portugueses depois de uma série de guerras invasoras associadas com a cruzada militante da Ordem de Cristo, da qual o príncipe D. Henrique era o comandante. Apesar de uma vitória inicial em Ceuta, em 1415, estas guerras não conseguiram capturar o “celeiro” do norte de África que tinha em tempos alimentado a cidade de Roma. Em vez disso, os conquistadores voltaram-se para as ilhas ao largo da costa. Ao contrário dos Açores, as Canárias já estavam habitadas e era necessária uma conquista antes de se poderem estabelecer as plantações. No entanto, uma vez conquistados, os ilhéus sobreviventes podiam ser obrigados ao trabalho escravo. Emigrantes do interior empobrecido de Portugal navegaram até lá para criarem vinhas usando escravos locais e levados do continente. Mesmo quando, em 1479, a colónia foi transferida do domínio português para o controlo da Coroa de Castela, os emigrantes portugueses continuaram a constituir boa parte dos colonos de Tenerife.

As ilhas Canárias foram uma segunda fase da inovação colonial portuguesa, baseada na produção vinícola. O desenvolvimento de indústrias vinícolas coloniais, por exemplo na Califórnia, na África do Sul e na Austrália, demorou mais tempo a arrancar do que o desenvolvimento de colónias especializadas na produção de trigo. Mesmo Portugal impôs restrições onde quer que os interesses dos produtores metropolitanos fossem postos em risco, embora o vinho das Canárias fosse abundantemente contrabandeado para o império português. No entanto, as ilhas Canárias eram importantes por outra razão. Elas tornaram-se uma base para a conquista e a colonização

da América hispânica. Foi de lá que Colombo partiu em 1492 e, mais tarde, uma parte significativa dos emigrantes que foram para as colónias hispano-americanas eram habitantes das Canárias, muitas vezes de origem portuguesa. Como fase do crescimento das ideologias económica, política e social do imperialismo, as ilhas Canárias tinham uma importância crítica. As vinhas mantidas por escravos de Tenerife e os ataques intermitentes ao sul de Marrocos são um testemunho mais preciso do lugar de D. Henrique, *o Navegador*, na História do que todos os mitos acerca do seu virtuosismo científico que foram difundidos pelo panegirista oficial, o cronista Azurara.

A terceira fase da experimentação portuguesa nas práticas coloniais centrou-se num outro grupo de ilhas do Atlântico, as ilhas de Cabo Verde. As ilhas de Cabo Verde tornaram-se famosas com o decurso do tempo devido à sua indústria têxtil. Portugal tinha quase tanta falta de têxteis como tinha falta de trigo. Uma das razões para o desenvolvimento da exportação de vinho era o pagamento de produtos laníferos vindos de Inglaterra. O algodão também era comprado em quantidades significativas a fornecedores muçulmanos do norte de África e, depois de ter sido dobrado o Cabo da Boa Esperança, às grandes indústrias têxteis da Índia. Mas as ilhas de Cabo Verde ofereciam uma oportunidade de criar uma indústria têxtil colonial.

Foram estabelecidas nas ilhas plantações de algodão e índigo para tecer e tingir. A mão-de-obra era comprada no oeste do continente africano. Artesãos foram também trazidos do continente para ensinar a técnica necessária à tecelagem. Os tipos de têxteis adoptados foram aqueles que tinham melhor saída em África. A indústria tornou-se depressa capaz de se perpetuar autonomamente. Os panos tecidos nas ilhas eram vendidos no continente em troca de mais escravos que expandiriam as plantações. O único investimento europeu era o transporte marítimo. Os Portugueses levavam os tecidos ao longo da costa em negócio de cabotagem. O lucro final era recebido na forma de escravos, os melhores dos quais eram levados para Portugal a fim de trabalhar nas terras subdesenvolvidas das propriedades do sul. No século XVI, cerca de 10 por cento da população do sul de Portugal era

constituída por imigrantes negros. Muitos ainda eram escravos, mas outros tinham entrado, pelo casamento, em famílias proprietárias de terras, aumentando assim a mão-de-obra doméstica, sem necessidade de pagamento recíproco de dotes. Os negros também se tornaram uma parte significativa da população trabalhadora de Lisboa.

(BIRMINGHAM, David. Portugal e África. Trad. Arlindo Barbeitos: Lisboa, Vega, 2003, p. 25–29)

Atividades:

1. Qual foi o motivo principal que arrancou a expansão portuguesa?
2. Recapitule as fases de colonização portuguesa mencionadas no extrato do texto.
3. Qual é a posição da África no projeto de colonização portuguesa?

Lourenço, Eduardo:

Imagem e miragem da lusofonia

O texto de um dos melhores ensaístas portugueses aborda a questão da lusofonia, apontando os seus traços polémicos.

A lusofonia não é nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico. É só - e não é pouco, nem simples - aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso pelos vários continentes onde a língua dos cancioneiros, de Femão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardim, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros e de Camões se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos ainda *portuguesa*, e *outra* na modulação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos. É evidente que, assim descrita e apercebida, a esfera da lusofonia não pode ser objecto de considerações que não sejam de ordem fonética, filológica ou gramatical. Considerações interessantes, infinitas como foram sempre as dos linguistas, mas que não bastariam para decidir um antigo Presidente da República, um grande historiador da nossa literatura e mesmo da literatura da língua portuguesa em geral, e um mero ensaísta, a debruçar-se sobre a magna questão da lusofonia.

Se todos vieram à capital do nosso Norte convocados pela *lusofonia*, é porque esta senhora deve ter outros mistérios e outros encantos ou perplexidades, além dos científicos. Ou que nós lhos atribuímos para que, de objecto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural, se tenha transformado em tema onde investimos paixão e interesses que têm a ver não só com aquilo que somos como língua e cultura no *passado*, mas com o presente e o destino desse continente imaterial que é, ou queremos que mais nitidamente o venha a ser, *o mundo da lusofonia*. Todavia, nem aqui, nem em parte

alguma, devemos fazer de conta, nós, portugueses, que o conteúdo e, sobretudo, o eco deste conceito de aparência tão *inocente* arrastem consigo as mesmas imagens, o mesmo cortejo de fantasmas, os mesmos subentendidos ou mal-entendidos, nos diversos espaços que atribuímos, sem uma onça de perplexidade, à ideal e idealizada esfera lusófona.

Aqui só tratarei, por português ser, das imagens e das miragens que tão inocente e grata palavra, como é a de *lusofonia*, suscita ou naturalmente implica enquanto dita, pronunciada, usada, como dizendo respeito não apenas a um mero facto, mas a um projecto, um sonho e, mesmo, uma assumida utopia. E antes de mais, e sobretudo, porventura, *apenas* na sua plenitude, enquanto *conceito* forjado, proposto e assumido por nós, como uma certa ideia (se não uma certa *lógica*) das coisas o impõe, mas não com aquela univocidade imaginária que, sem querer, ou querendo-o de mais, lhe atribuímos.

Recentemente, em Paris, numa manifestação de carácter *lusófono*, com a participação e presença não só de autores, mas do público oriundo dos diversos espaços onde se fala português -em particular do Brasil -, foi apresentado um documentário nosso sobre o mundo e o estado da lusofonia. Uma parte desse público, estupefacto, teve a impressão de que o nosso tempo de portugueses estava ainda naqueles oníricos anos em que magníficos cartazes, em plena guerra africana, nos convidavam a gozar as delícias das *nossas* praias de Angola e Moçambique. A intenção do documentário era óbvia para nós, portugueses, mas para os outros espectadores «lusófonos» inaceitável. Sob essa visão paradisíaca do estado de facto da língua portuguesa no mundo insinuara-se a ideia da presença e da afirmação de uma *imaginária* cultura lusófona, harmoniosamente partilhada entre os povos de língua portuguesa ou que oficialmente dela se reclamam. Quem, mesmo conhecendo os antigos malefícios desta mal sonhada utopia imperial e as ilusões agora inaceitáveis deste inconsciente neocolonialismo, não gostaria que a presença da nossa língua no chamado espaço lusófono tivesse essa configuração de fábula? E, mais ainda, quem, assumindo até ao fim os efeitos do nosso passado de colonizadores, com o intrínseco

imperialismo que nele ia, não consideraria também «positivo» que as diversas culturas desse não unificado espaço linguístico tivessem entre si aquela familiaridade e íntimo diálogo que cinco séculos de imaginário – mas também real – contacto com os colonizados deixariam supor?

Em nome da mitologia lusófona – ou antes da *lusofonia* - se fundou e faz repousar a recente arquitectura da *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa*. Naturalmente, alguma verdade há nela para que fosse imaginada e, uma vez imaginada, nos esforcemos por lhe dar a configuração que só tem ainda expressão no voluntarismo com que – sobretudo nós, portugueses - a concebemos e desejamos. Por enquanto, além da total inoperância, mesmo só na ordem simbólica, do projecto, talvez explicável pela sua incipiência, tão exaltante perspectiva de uma *Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa* é apenas uma aposta, em si mesma natural para quem, como nós, se sentiu identificado com aquilo onde esteve, mas vivida, desde o início, sobretudo pelo Brasil, espaço lusófono sem exterior, com o que, pudicamente, podemos designar como *reticências*. Estas reticências, feliz ou infelizmente, não são conjunturais, mas estruturais.

Como simples particular, sem nenhuma espécie de responsabilidade na ordem diplomática ou política, nada me obriga a entoar a consabida litania acerca dos famosos laços que nos unem – segundo pensamos – ao Brasil, mas que o Brasil não é obrigado a imaginar como sendo da mesma natureza que aqueles que a ele nos ligam. É lógico que, sendo o Brasil a nação lusófona por excelência numa mera perspectiva linguística e, ao mesmo tempo, o dinâmico e complexo universo cultural que também é – deixando de lado o seu peso económico e político -, a famosa nação-irmã se veja, se sinta e se pense como o *centro* da nova Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.

Na prática é assim que procede. A sua política cultural em relação a Angola e Moçambique há muito o demonstra. E não deveríamos ofuscar-nos com isso, se uma tal prática não fosse, da parte do Brasil, sobretudo um empenhamento formal perfeitamente subalterno adentro da estratégia, hoje mundial, em todos os campos, da grande nação brasileira. Nessa estratégia, Portugal há muito que não é referência

importante. O Brasil está voltado para o seu espaço natural, a América do Sul, e é lá que o seu estatuto *lusófono* lhe confere um impacto e uma originalidade de que poucos espaços culturais de vocação mundial podem orgulhar-se.

É mais do que claro que no imaginário brasileiro nem a palavra, nem a realidade da lusofonia, podem ter o mesmo sentido, quer dizer, a mesma função simbólica que no nosso, de antigos pais de filhos sempre maiores do que nós, condenados a viver, dentro da *pequena casa lusitana*, na pura nostalgia dos esplendores passados. Se esplendores foram, como os sonhámos ou, acaso, maiores ainda. Sempre fomos um povo de sonhos maiores do que nós. E só por tê-lo sido, mesmo na aberração ou na vertigem, nos consolamos e nos orgulhamos, até ao absurdo, de ser quem somos. Nisto estão conformes Camões, Vieira e Pessoa, que nos ofereceram em verso os impérios da realidade, do sonho e da virtualidade. A lusofonia é hoje o nosso *mapa cor-de-rosa* onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chama no átrio da nossa alma. Digo bem, *nossa*, de portugueses, imaginando que ela tem o mesmo brilho e o mesmo ardor nos outros pontos cardeais do espaço lusófono e, sobretudo, naquele que o astronauta Titov enxergou a olho nu do alto dos céus, o do Brasil. Mas não a tem, nem seria natural esperar que tivesse, pois a lusofonia é, antes de tudo e eminentemente, a fantástica expansão e deriva de um falar que se constituiu como língua de vocação nacional e como cultura de futura presença nos mais variados céus neste pequeno recanto que foi e é o *Noroeste* da Ibéria, quer dizer, a Galiza e o Condado Portucalense.

(LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 174–177)

Atividades:

1. Tente captar qual é a atitude do autor perante o projeto de “lusofonia”.
2. Defina, em traços gerais, em que assenta o conceito de lusofonia.
3. Esclareça a sua própria opinião sobre as possíveis vantagens e desvantagens da lusofonia.

Lourenço, Eduardo: O novo espaço lusófono ou os imaginários lusófonos

O ensaio aprofunda a problemática da lusofonia, refletindo sobre o conceito de pátria-língua.

Creio que não terá escapado a ninguém que fale português, ou se reclame de uma mítica «lusofonia», o uso e o abuso que, a partir de um dado momento - digamos, o da revolução de Abril -, tem sido feito da famigerada frase de Pessoa «a minha pátria é a língua portuguesa». Só podia ter inventado esta frase, destinada a tanto sucesso, quem imaginasse como hipótese viável – e era o seu caso – que também teria outra pátria se noutra língua se exprimisse. Ou como poderia ter *outras* identidades inventando-se como sujeito de plurais estilos ou linguagens - visões do mundo. Mas quem habitualmente utiliza a frase pessoana – e ela faz hoje parte, por assim dizer, embora em versões distintas, do que podemos chamar o discurso oficial lusófono, ou o discurso cultural português *tout court* – não só a abstrai do contexto que em Pessoa lhe dá sentido, como a subtrai à sua função, ao mesmo tempo polémica e dialéctica.

O uso e o sucesso de tal frase parecem situar-se na linha das famosas defesas e apologias das línguas *nacionais*, tal como João de Barros, António de Nebrija, António Ferreira ou Joachim du Bellay as ilustraram no Renascimento. Na verdade, não releva dessas exaltações nacionalistas e culturais que então têm a sua justificação na consciência do papel histórico, político, guerreiro da Espanha de Carlos V, do Portugal de D. João III ou da França de Francisco I. A excelência da língua reflecte a grandeza ou o sentimento dela experimentado por povos então «actores» privilegiados da história. Essa excelência nada tem sequer de intrinsecamente cultural – a língua de cultura, e mesmo sacra, é então o latim, e por isso pode medir-se o alcance anti-humanista, revolucionário e já identitário, no sentido futuro e sacralizante de Pessoa, da tradução da Bíblia para alemão por Lutero.

Na mente de Carlos V, a apologia do espanhol – ele que tão-pouco o era, mas que acabou por sê-lo – não só tem a função *imperial* que Nebrija lhe assinala, como de certo modo contraria o multilinguismo conatural a um império com várias línguas de uso. Não podemos imaginar que a título algum a «sua pátria», se isso tivesse então outro sentido além do da potência imperial que tinha nele o seu símbolo, se lhe definisse em termos de língua. Sobretudo a sua, a alemã, de que dizia ser boa para falar com os cães. À espanhola reservava a função sacra de falar com Deus e à francesa, como então era de esperar, com as damas. Não é possível estar mais longe do contexto pessoano que tornou possível que a *língua* – no caso dele e nosso – deixasse de ser a mera expressão histórica contingente de uma realidade igualmente contingente e histórica como é uma pátria, em sentido político, para ser o seu *fundamento*, ou antes, a sua *substância*.

É esta sacralização da língua, esta *ontologização* do laço que liga uma língua a uma pátria, que serve de referência aos que assim julgam, nas pisadas de Pessoa, cumprir o mais nobre exercício de patriotismo, ou antes, de nacionalismo. Que Pessoa tenha sido nacionalista – todos sabemos que se definiu enquanto autor de *Mensagem* como «nacionalista místico» -, é inegável, e que, ainda jovem e como em êxtase diante de Portugal reencontrado, se não descoberto, tivesse sido exaltadamente «patriota», um pouco à maneira de Pascoaes, também não pode duvidar-se. Mas há uma diferença, direi um abismo, sobretudo na perspectiva original de Pessoa, entre ser um *nacionalista místico* – quer dizer, o arauto e o sonhador de uma pátria essencialmente espiritual, ou, se se quiser, mesmo cultural - e o *místico nacionalista*, o simples apologista, para não dizer fanático ou fundamentalista, de uma nação na sua singularidade empírica, convertida em ídolo e elevada a paradigma de *universalidade*.

É certo que todo o patriotismo, o mais legítimo, comporta uma parte de adesão irracional à nação que é anterior a nós e nos define antes que nós a definamos. De uma nação faz parte *a diferença* que a constitui como tal em relação a outras. A perversão consiste em outorgar ao amor ou à perpetuação dessa diferença um estatuto *mítico*

que a estabelece numa espécie de *exemplaridade* ou modelo de que *o outro*, todos os outros, povos ou nações, não seriam mais do que imperfeitos ou lamentáveis esboços. Desta perversão fez Pessoa o mais irónico e mortal diagnóstico: «O nacionalismo é uma degenerescência gordurosa do patriotismo e o patriotismo também.»

É na luz deste diagnóstico que exclui de raiz toda a exaltação cega do «nacional», só por ser nacional, que a sua celebrada frase sobre a *língua coma pátria* perde – se o tivesse – o sentido de uma celebração complacente ou narcisista de uma língua particular – a nossa – para significar apenas o facto de que é no espaço naturalmente *universal* de uma língua que cada um tem a mais alta e a única maneira aceitável de *ter pátria*, não como mero instrumento de comunicação entre gente da mesma língua, mas *como lugar* onde a particularidade de um povo se *simboliza* e vive espontaneamente no *universal*. Cada um só tem verdadeiramente a pátria que se inventa, quer dizer, a casa ideal onde o que é e o que faz se lhe volve transparente e fora do qual se sente, por assim dizer, *perdido*. Nesse sentido, não é Portugal ou os países lusófonos que falam português, é a língua portuguesa que fala Portugal e esses países.

Com efeito, uma nação não é *dona* da sua língua, pois é nela que encontra as suas imateriais mas não menos resistentes fronteiras, mas tudo se passa como se fosse. Dizemos que «levámos» a nossa língua ao Oriente, ao Brasil, às antigas colónias, como se levássemos não só uma espécie particular de mercadoria, mas a mais preciosa de todas. Não sem razão, pois levávamo-nos a nós – ou os portugueses levavam-se sem *nós* algum ... – e nesse movimento, comparável ao de uma vaga que alastra, deixámos pelo mundo a famosa alma em pedaços repartida. O mais visível dessa alma, fora da esfera do sentimento das coisas e da vida, aquilo onde a nossa pouco intensa vontade de poder, de comerciar, de missionar, ou simplesmente conviver, encarnou, só o podemos perceber no espelho e na vida da língua aí deixada. Raramente, salvo em datas relativamente recentes, a chamada «expansão portuguesa» foi, com concertado intento, «expansão linguística». Apesar do voto de João de Barros nesse sentido, tudo se fez «a la buena de Dios», como dizem os

Espanhóis. Durante os séculos áureos a questão da nossa presença não se punha em termos linguísticos, mas religiosos. Até porque em muitos lados tal propósito se revelaria inexequível. Imaginemos o que podia ser nos séculos XVI ou XVII, ou depois, expandir-se «linguisticamente» na China ou no Japão, ou mesmo na Índia.

Todavia, ainda hoje, como quem busca pérolas preciosas – são-no para nós e até para as culturas impermeáveis com quem nos confrontámos -, andamos recenseando os pedaços de nós que alguns vocábulos, deixados na imensidão dos nossos espaços de comércio ou influência, testemunham. Mas o que sonhamos e desejamos que venha a ser uma espécie de *império de língua*, presença puramente cultural onde se recolha a essência (no sentido oriental de perfume raro do nosso histórico império) – em suma, aquilo que permitiria atribuir verdadeira realidade e sentido à tão evocada *lusofonia* -, não pode, nem sequer metaforicamente, ser pensado e imaginado como *espaço de portugalidade*. Não é constatação que um português faça com especial euforia. Era reconfortante – falo em termos banalmente pragmáticos - imaginar que, sempre sob a tutela mágica de Pessoa, a imensa mancha da fala portuguesa no mundo ou sua variante nos fosse realmente *pátria* ou, melhor ainda, que de algum modo nos reconhecêssemos *sujeitos* ou actores das culturas que se falam em português. Ou, no pior dos casos, nos reconhecêssemos como não alheios, de todo, ao que no esburacado mas não menos real manto de uma língua da mesma origem se diz ou cala.

Sem dúvida, qualquer coisa desse género acontece. Falo da maneira como os Portugueses – sempre tão distraídos – redescobriram dolorosamente essa espécie de *pátria* ouvindo as queixas e as preces de uma língua comum na boca dos timorenses massacrados. A indignação e a piedade são sentimentos universais, mas decerto a tragédia timorense teria encontrado menos escuta se a não sentíssemos como vinda de dentro, desse dentro definido e entrevisto no espaço interior de uma língua partilhada. E, provavelmente, a mítica morte de Ayrton Senna, embora universalmente sentida, não teria tido, como foi o caso, uma tão visível intensidade entre nós se não fosse brasileiro. Quer dizer, para

nós, não menos miticamente, uma outra maneira de ser português. Mas é aqui que o sentimento e o mito, conjuntamente, revelam, no fundo, a total inoperância da ideologia que impregna a utopia lusófona e a lusofonia que, sob a invocação abusiva de Pessoa, nos daria uma *pátria-língua* dispersa nos cinco continentes. Sem o confessarem ou, acaso, terem bem consciência disso – mas não estou certo –, os decididos apóstolos, ou antes, crentes na existência de um espaço-língua suporte de um espaço-cultura que permitisse dar um conteúdo à ideia de *lusofonia* – para além da constatação empírica de uma expressão de matriz lusíada - imaginam assim aceder a um quinto império mais acessível do que o império de Cristo pregado por Vieira ou do que o império de sonho feito com a saudade do império perdido, à Pessoa. É um sonho que vale a pena sonhar quando se é português, mas de que, creio, só os Portugueses, sobretudo do continente, são imaginários sujeitos. E, mesmo não o sendo, sem meios para lhe conferir aquela presença e vitalidade culturais que transfigurem o evidente carácter de sonho compensatório, que é hoje a essência da lusofonia, noutra coisa mais importante: em espaço de mútuo confronto de imaginários que, mesmo da mesma matriz linguística, obedecem a outros imperativos e constituem afirmações identitárias de novo perfil.

(LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999, p. 183–188)

Atividades:

1. Esclareça em que sentido a famosa frase de Pessoa (*A minha pátria é a língua portuguesa*), abusada, serve para os fins do projeto de lusofonia.
2. Qual acha que poderia ser a participação dos países de língua oficial portuguesa nesse sonho da lusofonia? Explique a atitude do autor do artigo.

Mata, Inocência: O texto colonial: uma questão estético-ideológica

O ensaio questiona a problemática da literatura colonial, baseando-se, em especial, na categoria do Espaço.

Haverá uma estética colonial?

Primeiramente é preciso ter presente que o colonialismo é, em última instância, uma situação social. E o social abrange o político, o histórico, o económico, o ideológico e o cultural (o estético, o antropológico, enfim). Assim, quando se fala em literatura, é inevitável falar-se do ideológico e do cultural, sobretudo em África onde as literaturas nasceram, historicamente, de uma conflitualidade, para protestar contra uma situação que era uma situação de conflito entre duas culturas, a portuguesa e a outra.

Antes de mais é bom definir o conceito de *ideologia*: não utilizo aqui a palavra na sua acepção política, como representação e expressão de um ideal de sociedade mas como mundividência, isto é, como um sistema de valores morais, éticos, sociais, culturais e até metafísicos, de imagens, de representações de que uma comunidade se serve para interpretar o mundo que a rodeia e através do qual (o sistema) orienta a sua acção na História. É nesse sentido que utilizo o conceito *ideologia*: algo que funciona como um verdadeiro inconsciente (Claude Prévost)¹.

A portugalidade, portanto, conceito político e sociológico proposto por Alfredo Pimenta e redimensionado por Pinharanda Gomes em *Fenomenologia da Cultura Portuguesa*² e que não pressupõe uma dimensão cronológica, e um conceito-base na estruturação e formulação sócio-ideológica (e político-socio-lógica) sobre uma “ultramarinidade histórica” - um conceito sócio-político-ideológico-cultural. Assim, a portugalidade revelou-se através de uma ideologia, a *Ideologia Cultural*, forjada com um determinado fim: a eficácia da dominação política e económica.

Mas, o que é a ideologia colonial? É um conceito proposto por um estudioso da literatura colonial francesa, Bernard Mouralis.³ Para ele, que retoma um outro conceito do binómio cultura nacional/ cultura colonial, de Aimé Césaire,⁴ a ideologia colonial condiciona todo um sistema civilizacional: a sua filosofia, as suas manifestações folclóricas, o seu imaginário, o seu código moral e ético. E é importante notar que é um sistema forjado: quero dizer, não se trata nem da cultura do colonizador nem da cultura do colonizado: é um sistema marginal, porque não é de ninguém, é artificial porque assenta em bases alheias à cultura (o que é a *cultura*? É a remodelação da natureza pelo Homem, com vantagens para a *sua* vida, na definição de Ruth Benedict). E a cultura colonial é a síntese de aspectos culturais com carácter de instrumentalização ideológica; a ideologia colonial utiliza-a para a destruição de uma civilização, a negro-africana, e distorção da outra, a europeia - isso, no caso do colonialismo europeu em África. E essa ideologia colonial plasma, isto é, está subjacente em vários modos de expressão da actividade humana: o histórico (ideias como: “o colonialismo teve o seu lado positivo”), o político (“a independência foi mal feita”), o económico-social e o científico-cultural porque nem a ciência é isenta da vertente política de ideologia: no século XIX, por exemplo, o Conde de Gobineau escreveu um tratado em quatro volumes, *Essais sur l'Inégalité des Races Humaine*, sobre a superioridade da dolicocefalia, no campo da Fisiologia; ou os estudos de Vacher de Lapouge, no campo da Sociologia biológica, sobre a superioridade do ariano, *L'Aryen, son rôle social*. Portanto, nem a ciência consegue ser um campo neutro, embora seja o menos ideologizado. Se a ideologia influencia um campo tão pouco parcial, o que não fará na cultura? Portanto, este nível intervém no sistema educacional, nos estudos etnológicos, antropológicos, históricos - uma situação que justifica bem ensaios como “Le noir est un homme”, de Georges Balandier.⁵

Neste contexto, o da Expressão Cultural, interessa-nos a Literária e, dentro dela, a actividade literária cuja base ideológica seja a mesma das outras formas do discurso cultural sob o signo da ideologia colonial, isto é, que faça *intertexto*, que faça cruzamentos com outros textos

coloniais - a Intertextualidade Colonial.

Que entendo aqui por *Intertextualidade*? Nos romances de Agatha Christie há sempre uma Miss Marple; também na obra de Gabriel Garcia Márquez há personagens que são recorrentes: o coronel Aureliano Buendia, o coronel Gerinaldo Márquez, entre outras. Estas são intertextualidades actanciais. Há outras, por exemplo, a histórica. Podemos definir, para abreviar, a intertextualidade como a reutilização de formas de expressão e/ ou de conteúdos de um texto por outro. Mas é mais do que isso, mais do que dialogismo textual bakhtiniano, retomado por Julia Kristeva. Não só as suas relações dialógicas com a “memória do sistema semiótico literário”⁶ (V. M. Aguiar e Silva), mas aqui também com o sistema ideológico. Esse tipo de intertextualidade exoliterária é mais subtil: o leitor não se apercebe dela porque actua ao nível da recepção, do *efeito de leitura* e diz respeito à subjacência ideológica, à filosofia política. É essa a intertextualidade colonial, que não se limita à criação dos mesmos actantes (colono/ trabalhador/ mulher negra/ ajudante e amigo negro/ mau colono/ espaço hostil, etc.) mas antes releva da dimensão pragmática e programática dessa ideologia na sua vertente expansionista. E o texto literário é, tão somente, uma manifestação dessa vertente.

Portanto, chegamos ao cerne da questão: pode falar-se de uma portugalidade literária? Quais são os signos que ela estruturou?

Quando soubermos responder a estas questões, estaremos em condições de identificar um “texto colonial”, porque teremos os parâmetros para a sua caracterização estética. Todavia, é importante ter em conta que “literatura colonial” não se opõe a “literatura anticolonialista” / “literatura de combate” mas a “literatura nacional”. Do mesmo modo, é preciso ter em conta que não se trata de inventariar “sinais de autenticidade” mas ver, na História (da literatura) qual o lugar de cada texto. E como? Optei por resumir as componentes fundamentadoras dos (dois) conjuntos discursivos (processo de que, por razões óbvias, vou só apresentar o resultado), com base na percepção e expressão do *Espaço* que é, acima de tudo, o fundamento de toda a relação entre o sujeito (escrevente) e o meio-ambiente. Ensaiei

a análise isolando duas classes textuais através das quais me propus interpretar, nesse textos, as diversas dimensões da Espacialidade neles representadas: a geográfica (física), económica, social, psicológica, cultural, etc.

Essas duas classes são:

1. A semântica dos conteúdos temáticos, isto é, os motivos composicionais, o enredo, a relação entre as personagens.

Concretizando:

Nesse textos, que eu classifiquei de *coloniais*, a estória começa sempre com uma viagem: há um jovem português que, por qualquer motivo (sentimental, familiar, político, financeiro ou outro), decide *viajar* para a África; ele é pobre mas trabalhador, honesto, diligente, generoso, patriota (reparem-se nestes adjectivos, de projecção espiritual!); quando chega, não possui nada, tudo lhe é hostil desde o espaço às pessoas (a cultura local); todavia, persistente como é, consegue vencer (ou não), impor-se e conseguir integrar-se e ganhar a simpatia da população local que o ajuda nessa tarefa. Essa população é simultaneamente adjuvante e destinatário da empresa da “civilização”. Portanto, as personagens negras não são *sujeito* da estória, apenas parte integrante do espaço!

A *viagem* é um elemento muito importante que vai revelar um aspecto definidor: a personagem não pertence aquele espaço (físico e cultural). A construção épica do texto se insinua então porque “o indivíduo épico, o herói de romance, nasce desta alteridade do mundo exterior”⁷ (Georg Lukács). Assim a personagem vai-se tornando cada vez mais heroicizada pela a saudade da terra e da família e pelas dificuldades de sobrevivência. É assim que esses textos constroem uma *epopeia do colonizador*. A própria estrutura iniciática (saída da terra → dificuldades → vitória/recompensa) aponta para o encontro “civilizante” Portugal – África: o recém-chegado que a princípio não suporta aquele tipo de alimentação, aquele clima, aqueles hábitos, usos e costumes, torna-se um defensor do mundo africano como em “Nga-Sakirila”⁸, de Viana de Almeida. Além de que, através da viagem que estrutura uma unidade temática na/da estória, gera-se uma unidade geográfica de Portugal, realização da pluricontinentalidade, porque

esse herói vai continuar o espaço português - também através da miscigenação: geralmente ele casa-se com uma nativa e tem filhos actualizando a multirracionalidade. Mesmo quando esse herói não regressa, como Pedro da Maia em *Muende* ⁹, de Rodrigues Júnior, ou Álvaro em *Fortunas d'África* ¹⁰, de M. Récio e Domingos S. de Freitas, a derrota (morte ou aniquilamento moral) faz dele vítima e acentua a positividade do império.

Vejam, no contexto da contaminação heróica, um poema de Tomaz Vieira da Cruz, o chamado “poeta da musa mulata”, um português radicado em Angola, onde viveu e escreveu toda a sua obra (*Quissange-Saudade Negra*, 1932; *Tatuagem*, 1941; *Cazumbi*, 1950; *Cinco Poesias da Africa*, 1950): “Colono” é um poema em que o ultranacionalismo imperial português se conjuga com a imagética mítica da África. Mas ainda assim, um precursor da atitude de assumida valorização da terra angolana que iria eclodir nos anos 40/50 e não mais parar.

2) Mas este aspecto aponta já para o modo de *representação*, outra classe textual definidora desse tipo de literatura.

Notas:

1. Claude Prévost, *Literatura, Política, Ideologia*. Col. Temas e Problemas, Lisboa, Moraes Editores, 1976, p. 172.
2. Pinharanda Gomes, *Fenomenologia da Cultura Portuguesa* (ensaio), Col. Unidade, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1970.
3. Bernard Mouralis, *Littérature et Développement* (essai sur le statut, la fonction et la représentation de la littérature négro-africaine d'expression française), Paris, Silex Éditions/Agence de Coopération Culturelle et Technique, 1984, p. 32 e ss/p. 48.
4. Aimé Césaire, «Culture et Colonisation’ », in *Présence Africaine*, 6 Juin--Novembre, 1956. *Discurso sobre o Colonialismo*. Lisboa, Cademos Livres, Sá da Costa, 1978
5. Georges Balandier, «Le noir est un homme», In *Présence Africaine*, Novembre/1947.
6. Vítor Manuel Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Vol. I 5ª ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1983, p. 628.
7. Georg Lukács, *Teoria do Romanc e*, Biblioteca de Ciências Humanas, Lisboa,

Editorial Presença , s/d., p.66

8. Viana de Almeida, “Nga-Sakirila” , In *Maiá Poçón* (contos), Lisboa, Edições Momento, 1937
9. Rodrigues Júnior, *Muende* (romance), Lourenço Marques, África Editora, 1960
10. Manuel Récio e Domingos S. de Freitas, *Fortunas d’África* (novela). Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1933

(MATA, Inocência. Literatura angolana: Silêncios e falas de uma voz inquieta. Lisboa: Mar além, 2001, p. 48–54)

Atividades:

1. Defina as características do “texto colonial”.
2. Problematize o motivo da viagem no “texto colonial”.

Moutinho, Isabel: Images of Africa in contemporary narrative in Portuguese

Neste extrato, a autora analisa as imagens de África nos dois romances contemporâneos com a temática da descolonização: Os Cus de Judas de A. Lobo Antunes e A Costa dos Murmúrios de Lídia Jorge.

Lobo Antunes's *Os Cus de Judas*, set in Lisbon in 1979, has extensive flash-backs to the experiences of a Portuguese military surgeon conscripted to war service in Angola in 1971. Unlike the Angolan novel, which has few descriptive passages, this book gives us an extensive range of images of Africa. There are long descriptions, first of the city of Luanda where the military surgeon initially disembarks, and then of inland Eastern Angola. Such descriptions are necessitated by the internal logic of the narrative, in which the narrator-doctor has returned to Portugal and wishes to tell his interlocutor of his war experiences. The interlocutor has not been to Angola, so the new place must be described.

The view of Luanda appals the narrator. Everything in his description of the city is negative: poor, without grandeur, muddy, dirty, old and rotten, hot and humid, excessively bright; the bushes and insects are overwhelming (25-26). All is weary and moribund, coffins are piled up on ships' decks (29), there is heat, sweat and mosquitoes (31), sordid street-café, legless or one-armed individuals (32). The picture could not be gloomier. But, as the narrative progresses and captures our attention with details of the endless dreariness and horror of the war, the reader comes to realise that the decadence, rot, mutilation and corruption descriptive of the colonial city are more precisely the attributes of the colonial circumstances which taint the place and infect its inhabitants. It is as if the staleness of the Portuguese society from which the narrator comes had transferred itself to the Luanda cityscape, as if the turpitude of the European colonial capital had permeated and corrupted the African city, robbing it of a chance to be splendidous.

As he moves from the city to the war front on the South-East, the images of Angola continue to deteriorate: «duas chanas podres ... a aldeia dos leprosos ... dezenas de larvas informes» (45), «o cheiro de decomposição de mandioca a secar nas esteiras, ... excrementos secos..., ratos obesos remexendo o lixo» (47), «furún culos de humidade» (47), in which the descriptions of place are always entangled with the sketchy portrayal of the human (one might say: subhuman) element of hunger, disease, and social alienation. The Angolan savannah is particularly desolate and infused with human anaemia: «matas rasas que cresciam, amarelas, na areia, torcidas de anemia» (67), «à mata de morrer magra e pálida do Leste» (88).

It is interesting to observe how the narrator's vision of Lisbon changes in the end to resemble that of Luanda. During the war he longs for Lisbon: «A minha lembrança grandiosa de uma capital cintilante de agitação e de mistério» (104). But as his participation in the war in Africa changes all his understanding of life as he previously knew it, after his return from Angola, «Lisboa é uma quermesse de província, um circo ambulante montado junto ao rio...» (115). On the same page, the images of Lisbon and Luanda become blurred in the narrator's vision; it is as if the rot and decadence he first noticed in the colonial city had now come to infect the imperial capital, the carrier of the virus being the military doctor himself for he has become aware that colonialism, too, is an infectious disease.

A sense of utter displacement permeates the novel, and it is twofold. For the Angolans, enforced displacement adds to their suffering at the hands of the coloniser. The Angolans' passivity and apathy, noted by the narrator, is seen as a direct result of the geographic displacement that the colonial régime has forced upon them, with its consequential destruction of tribal, political and cultural pride. But the Portuguese army, too, is the victim of enforced displacement: «Foda-se, também vim para aqui porque me expulsaram do meu país a bordo de um navio cheio de tropas» (177). This feeling of exile from his own country largely explains the disgust that the view of Luanda inspires in the narrator. Curiously, it is when he becomes explicitly aware of his own position as

victim of enforced displacement that (for the first and only time in the book) he reverts to an image of Africa which is not the sadly realistic one he has painted so far, but the rosy, embellished one of the official language of the colonial régime, in its complicity with the Catholic Church: «Angola era um rectângulo cor-de-rosa no mapa da instrução primária, freiras pretas a sorrirem no calendário das Missões, mulheres de argolas no nariz, Mouzinho de Albuquerque e hipopótamos» (177).

However, there are also moments when the narrator is overwhelmed by the powerful spaciousness of Africa. There are brief images of the inexhaustible vitality of Angola, perceived in the indestructible, overpowering nature of the *capim* grass: «O capim engolia os tractores avariados numa fome de mil bocas vegetais vitoriosas, devorava as casas, pulava as vedações, destruía as cruces anónimas das cam pas» (175), where the *capim* seems to be the only thing victorious in the whole novel.

The narrator of Lídia Jorge's *A Costa dos Murmúrios* is a woman living in Beira, Mozambique's second city, as the wife of an army officer. The novel presents few images of Africa, but uses them to great effect, by means of their own contradictory cumulative effect as they are scattered throughout the book, often without direct comment.

As Portuguese troops prepare to go to northern Mozambique, where the pro-independence fighting has started, the language is loaded with negative connotations: «As ... forças [armadas] ... iriam convergir para Cabo Delgado, essa terra de *selvagens*, perto da mosquitagem do Tanganhica, o coio inóspito onde o soviete tinha encontrado o côncavo necessário para pôr o ovo» (56).⁴

The description of Cabo Delgado as an area of savages near the mosquito infested Tanzania appears in the middle of a paragraph focusing on the visit to the officers' mess in Beira by a General of the old guard. The narrator makes no comment. Whether this view of Cabo Delgado is the General's only, or whether it coincides with the prevalent view of the military and their families remains unexplained. More ambiguously still, it is not made clear at this stage whether the narrator shares it too.

The heat of the African afternoon provides the opportunity for a more ciphered image: «Fazia um calor intenso ...Alguns coisa estava à beira do desmaio, a forma mais abreviada do colapso. Olhando pelo gradeamento, de costas para a praia, a casa de Helena era tão real que se parecia com a vivenda do sono, a casa onde alguém se tivesse deixado adormecer para uma sesta de longos anos, enquanto as árvores ganhavam ramos e frutos - e silêncio» (91).

Helena's house represents Portugal's colonial presence, subdued by the heat, on the verge of collapse, and caught napping in a long historical slumber, while Africa's vitality bursts into fruit even in the silence imposed by colonialism.

The private office in the Captain's house is decorated with the paraphernalia of triumphant colonialism: «o chão estava atapetado de peles de zebra, e as paredes estavam enfeitadas de setas, máscaras e tambores» (130).

The décor is suitably colonial and safari-coloured. All the symbols of African freedom (wildlife and weaponry) and of Africa traditional culture (masks and drums) have been robbed of their primary function and reduced to a decorative dimension for the pleasure of European eyes. As Jean-Marc Moura explains, in the White gaze the African environment is always diminished in that it becomes domesticated for European purposes (Moura, 1992: 195). But the narrator finds out that this is the reliquary where the Captain keeps the secret photos of his battalion's burning of villages, and killing and impaling of black civilians. It is the ironic juxtaposition of the image of a tamed Mozambique with the narrator's growing disgust for her husband whom the war has transformed into a monster that creates a distance and an estrangement which allow us to see her selective presentation of distinctively colonial images of Africa as a fierce, «no-comment» critique of colonialism.

Africa is often presented as teeming with a threatening life of its own. One white character fears that the burgeoning of insect life («os mosquitos, as formigas, as vorazes formigas de Africa, as baratas voadoras do tamanho de pássaros, ... e a chuva dos gafanhotos,» 221)

will bring her death. Another, the Angolan journalist, fears that the burgeoning of Africa's enzymes will bring catastrophic overpopulation («as enzimas e as bactérias acendem a reprodução em estufa e se expandem à velocidade da luz,» 208). Africa is teeming with life, so overwhelmingly that it constitutes a peril, in this case, both to the coloniser and the colonised.

Notas:

4 My emphasis

(MOUTINHO, Isabel. "Images of Africa in contemporary narrative in Portuguese". In SEIXO, Maria Alzira, NOYES, John K., Comparative Literature Association Congress; et al. *The paths of multiculturalism: travel writings and postcolonialism : precedings for the Mossel Bay Workshop of the XVIth Congress of the International Comparative Literature Association*. Lisbon: Cosmos, 2000, p. 327–330)

Atividades:

1. Qual é a ótica escolhida pela autora para tratar os romances de Lobo Antunes e Lídia Jorge?
2. Indique em que consiste a ambiguidade da representação do espaço nos dois romances.
3. Em que sentido a perspetiva colonial entra nos romances indicados?

Santos, Boaventura de Sousa: Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade.

O ensaio oferece uma reflexão profunda e original sobre a colonização portuguesa, concentrando-se nas questões da relação Eu-Outro, interidentidade, racismo e sexismo.

A especificidade do colonialismo português

Formular a caracterização do colonialismo português como “especificidade” exprime as relações de hierarquia entre os diversos colonialismos europeus. Se a especificidade é a afirmação de um desvio em relação a uma norma geral, nesse caso a norma é dada pelo colonialismo britânico: é em relação a ele que se define o perfil — subalterno — do colonialismo português. Tal subalternidade é dupla, porque se manifesta tanto no domínio das práticas como no dos discursos coloniais. No domínio das práticas, a subalternidade está no fato de que Portugal, como país semiperiférico, foi ele próprio, durante longo período, um país dependente — em certos momentos quase uma “colônia informal” — da Inglaterra. Tal como ocorreu com o colonialismo espanhol, a conjunção do colonialismo português com o capitalismo foi muito menos direta do que a que caracterizou o colonialismo britânico. Em muitos casos essa conjunção se deu por delegação, ou seja, sob o impacto da pressão inglesa por meio de mecanismos como condições de crédito e tratados internacionais desiguais. Assim, enquanto o Império Britânico assentou num equilíbrio dinâmico entre colonialismo e capitalismo, o Português assentou num desequilíbrio, igualmente dinâmico, entre um excesso de colonialismo e um déficit de capitalismo.

No domínio dos discursos coloniais, a subalternidade do colonialismo português reside no fato de que desde o século XVII a história do colonialismo foi escrita em inglês, e não em português.

Isso significa que o colonizador português tem um problema de auto-representação algo semelhante ao do colonizado pelo colonialismo britânico. A necessidade de definir o colonialismo português em sua especificidade quanto ao colonialismo hegemônico significa a impossibilidade ou dificuldade de defini-lo em termos que não reflitam essa subalternidade. Por um lado, o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado, escreveu no entanto a história de sua sujeição colonial. Por outro, o problema de auto-representação do colonizador português cria uma disjunção caótica entre o sujeito e o objeto de representação colonial, gerando um campo aparentemente vazio de representações (mas, de fato, cheio de representações subcodificadas) que, do ponto de vista do colonizado, constitui um espaço de manobra adicional para tentar sua auto-representação para além da representação de sua subalternidade.

A especificidade do colonialismo português assenta basicamente em razões de economia política — a sua condição semiperiférica⁵ —, o que não significa que esta tenha se manifestado apenas no plano econômico. Ao contrário, manifestou-se igualmente nos planos social, político, jurídico, cultural, no plano das práticas cotidianas de convivência e sobrevivência, de opressão e resistência, de proximidade e distância, no plano dos discursos e narrativas, do senso comum e dos outros saberes, das emoções e afetos, dos sentimentos e ideologias. A grande assimetria entre o colonialismo inglês e o português foi o fato de que o primeiro não teve de romper com um passado descoincidente de seu presente: foi desde sempre o colonialismo-norma porque protagonizado pelo país que impunha a normatividade do sistema mundial. No caso português, uma vez criada a possibilidade de um colonialismo retroativo, como discurso de dessincronia e ruptura, este pôde ser manipulado ao sabor das exigências e conjunturas políticas. Tanto se ofereceu a leituras inquietantes — e.g.: o subdesenvolvimento do colonizador produziu o subdesenvolvimento do colonizado, uma dupla condição que só poderia ser superada por uma política colonialista desenvolvida — como reconfortantes — e.g.: o lusotropicalismo, “Portugal, do

Minho a Timor”, colonialismo cordial —, mas quase todas as leituras tiveram elementos inquietantes e reconfortantes. A negatividade do colonialismo português foi sempre o subtexto de sua positividade e vice-versa.

O pós-colonialismo

O pós-colonialismo deve ser entendido em duas acepções principais. A primeira é a de um período histórico, aquele que se sucede à independência das colônias, e a segunda é a de um conjunto de práticas e discursos que desconstroem a narrativa colonial escrita pelo colonizador e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado. Na primeira acepção o pós-colonialismo traduz-se num conjunto de análises econômicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, sua base social, sua institucionalidade e sua inserção no sistema mundial, as rupturas e continuidades com o sistema colonial, as relações com a expotência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais etc. Na segunda acepção, insere-se nos estudos culturais, lingüísticos e literários e usa privilegiadamente a exegese textual e as práticas performativas para analisar os sistemas de representação e os processos identitários. Nessa acepção o pós-colonialismo contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais na primeira acepção. Por me centrar neste texto nos sistemas de representação e processos identitários, reporto-me ao pós-colonialismo na segunda acepção, ainda que as análises próprias à primeira sejam recorrentemente trazidas a cotejo.

Minha hipótese de trabalho é que as diferenças do colonialismo português devem repercutir nas diferenças do pós-colonialismo no espaço da língua oficial portuguesa, nomeadamente em relação ao pós-colonialismo anglo-saxão. A primeira diferença é que a experiência da ambivalência e da hibridez entre colonizador e colonizado, longe de ser uma reivindicação pós-colonial, foi a experiência do colonialismo português por longos períodos. O pós-colonialismo anglo-saxão parte de uma relação colonial assente na polarização extrema entre

colonizador e colonizado, entre Próspero e Caliban, uma polarização que é tanto uma prática de representação como a representação de uma prática, e é contra ela que a subversão da crítica pós-colonial se dirige e faz sentido. Mas onde ancorar a subversão quando essa polarização está, pelo menos durante largos períodos, fortemente atenuada ou matizada? O pós-colonialismo em língua portuguesa tem de centrar-se bem mais na crítica da ambivalência do que na reivindicação desta, e a crítica consistirá em distinguir as formas de ambivalência e hibridação que efetivamente dão voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) daquelas que usam a voz do subalterno para silenciá-lo (hibridações reacionárias).

A segunda diferença reside na questão racial sob a forma da cor da pele. Para os críticos pós-coloniais anglo-saxões a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e assimilação porque, consoante os casos, ou nega por fora da enunciação o que a enunciação afirma ou então afirma o que ela nega. No caso do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele, ou seja, o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si, encarna no mulato e na mulata como corpo e zona corporal. O desejo do outro em que Bhabha funda a ambivalência da representação do colonizador⁶ não é um artefato psicanalítico nem é duplicado pela linguagem: é físico, criador, multiplica-se em criaturas. A miscigenação não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão lusocolonialista ou lusotropicalista, mas certamente é a causa de um racismo de tipo diferente. Por isso, também a existência da ambivalência ou hibridação é trivial no contexto do pós-colonialismo português. Importante será elucidar as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro. Ou seja, o pós-colonialismo português exige uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo.

A terceira diferença reside numa dimensão de ambivalência e hibridação insuspeitável no caso anglo-saxão. Para o pós-colonialismo de língua portuguesa a ambivalência das representações não decorre

apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do colonizado, mas também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador português, a qual não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele, pois contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. O Próspero português não é apenas um Próspero calibanizado: é um Caliban quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa aguda duplicidade que permitiu ao português ser emigrante, mais do que colono, nas “suas” próprias colônias.

Pode-se pois concluir que a “disjunção da diferença”⁷ é bem mais complexa no caso do pós-colonialismo português — uma complexidade que paradoxalmente pode redundar em conjunções ou cumplicidades insuspeitas entre o colonizador e o colonizado. O “outro” colonizado pelo colonizador não é totalmente outro em relação ao “outro” colonizado do colonizador. Ao contrário do pós-colonialismo anglo-saxão, não há um outro: há dois que nem se juntam nem se separam, apenas interferem no impacto de cada um deles na identidade do colonizador e do colonizado. O outro-outro (o colonizado) e o outro-próprio (o colonizador ele próprio colonizado) disputam na identidade do colonizador a demarcação das margens de alteridade, mas nesse caso a alteridade está, por assim dizer, dos dois lados da margem. É por isso também que ali o estereótipo do colonizado jamais teve o fechamento que lhe foi atribuído no Império Britânico, ou, pelo menos, o seu fechamento foi sempre mais inconseqüente e transitório. A penetração sexual convertida em penetração territorial e interpenetração racial deu origem a significantes flutuantes que sufragaram, com o mesmo grau de cristalização, estereótipos contrários consoante a origem e a intenção da enunciação. Sufragaram o racismo sem raça, ou um racismo mais “puro” do que a sua base racial. Sufragaram também o sexismo sob o pretexto do anti-racismo. Por essa razão, a cama sexista e inter-racial pôde ser a unidade de base da administração imperial e a democracia

racial pôde ser exibida como um troféu anti-racista sustentado pelas mãos brancas, pardas e negras do racismo e do sexismo.

O fato de o colonizador ter a vivência de ser colonizado não significa que se identifique mais ou melhor com o seu colonizado. Tampouco significa que o colonizado por um colonizador-colonizado seja menos colonizado que o colonizado por um colonizador-colonizador. Significa apenas que a ambivalência e a hibridação detectadas pelo pós-colonialismo anglo-saxônico estão, no caso português, muito além das representações, dos olhares, discursos e práticas de enunciação. São corpos e encarnações, vivências e sobrevivências cotidianas ao longo de séculos, sustentadas por formas de reciprocidade entre o colonizador e o colonizado insuspeitáveis no espaço do Império Britânico.

Para explicar essa diferença é necessário introduzir uma outra, sobre os jogos de autoridade. Nos estudos pós-coloniais o colonizador surge sempre como um sujeito soberano, a encarnação metafórica do império. Ora, no colonialismo português tal não se pode pressupor sem mais. Só durante um curto período — a partir do final do século XIX, na África — é que o colonizador encarna o império, e mesmo assim em circunstâncias muito seletivas. Fora disso, apenas se representa a si próprio. É um auto-império, e como tal, tão livre para o máximo excesso como para o máximo defeito da colonização. Mas precisamente porque essa identidade imperial não lhe é outorgada por ninguém além dele, ele é de fato um sujeito tão desprovido de soberania quanto o colonizado. Por isso, a autoridade não existe para além da força ou da negociação possíveis de mobilizar na zona de encontro.

Essa dupla ambivalência das representações afeta não apenas a identidade do colonizador, mas também a do colonizado. É possível que o excesso de alteridade que identifiquei no colonizador português seja igualmente identificável no seu colonizado. Sobretudo no Brasil é possível imaginar que a identidade do colonizado foi construída, em alguns períodos pelo menos, a partir de um duplo outro: o do colonizador direto português e o do colonizador indireto britânico. Essa duplicidade converteu-se mesmo em elemento constitutivo do mito das origens e das possibilidades de desenvolvimento do Brasil

(como veremos adiante) e instaurou uma fratura que até hoje é tema de um debate que divide os brasileiros entre os que se sentem vergados pelo excesso de passado e os que se sentem vergados pelo excesso de futuro.

O colonialismo português carrega consigo o estigma de uma indecidibilidade que deve ser objeto primordial do pós-colonialismo português. A colonização por parte de um Próspero incompetente, relutante, originariamente híbrido, redundou em subcolonização ou em hipercolonização? Uma colonização particularmente capacitante ou incapacitante para o colonizado? Um Próspero caótico e absenteísta não terá aberto espaço para a emergência de Prósperos substitutos no seio dos Calibans? Não será por isso que no contexto do pós-colonialismo português a questão do neocolonialismo é menos importante que a do colonialismo interno? O déficit de colonialismo e de neocolonialismo ajuda a explicar a especificidade das formas políticas que emergiram com a independência das grandes colônias. Em sentidos opostos, essas formas divergiram da norma de descolonização estabelecida pelo colonialismo hegemônico. No caso do Brasil, tratou-se de uma das independências mais conservadoras e oligárquicas da América Latina e a única sob a forma de monarquia, com o que se criaram as condições para que o colonialismo externo sucedesse o colonialismo interno, para que o poder colonial sucedesse a colonialidade do poder. Já no caso de Angola e Moçambique o desvio da norma foi no sentido de os novos países independentes adotarem regimes revolucionários que, no contexto da Guerra Fria, os colocaram do lado oposto àquele em que Portugal os tinha mantido enquanto colônias. As vicissitudes por que passaram esses países nos últimos 25 anos (fim da Guerra Fria, guerra civil) não nos permitem avaliar em que medida o colonialismo interno irá caracterizá-los.

A indecidibilidade do colonialismo português constitui uma mina de investigação para um pós-colonialismo *situado*, que não se deixe armadilhar pelo jogo de semelhanças e diferenças do colonialismo português em relação ao colonialismo hegemônico. Caso contrário, uns apenas verão semelhanças e outros diferenças, e entre uns e

outros a indecibilidade escapar-se-á como um derradeiro objeto incomensurável, invisível para si próprio como o olhar. No atual contexto, um pós-colonialismo situado pressupõe cuidadosas análises históricas e comparadas dos colonialismos e do que se lhes seguiu. É crucial responder à pergunta sobre quem descoloniza o que e como. Só assim o discurso pós-colonial pode fazer jus à disseminação que Bhabha propõe: um discurso que se mova entre diferentes formações culturais e processos sociais sem uma causa lógica central⁸. Sem tal especificação histórica e comparativa o pós-colonialismo será mais uma forma de imperialismo cultural, e uma forma particularmente insidiosa porque credivelmente antiimperialista.

Notas:

5. Sobre a inserção de Portugal no ciclo colônial africano, cf. Fortuna, Carlos. *O fio da meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Afrontamento, 1993, pp. 31-41.
6. Bhabha. Homi K. *The location of culture*. Londres: Routledge. 1994, p. 50
7. *Ibidem*.
8. Idem. „Dissemination: time, narrative, and the margins of the modern nation“. In: idem (org.). *Nation and narration*, Londres/Nova York: Routledge, 1990, p. 293.

(SANTOS, Boaventura de Sousa. “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, Julho 2003, p. 24-29. Acessível em http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf [Cit. 4/10/2013])

Atividades:

1. Esclareça qual é, segundo o autor do ensaio, a posição de Portugal, enquanto potência colonial, relativamente a outros poderes imperiais.
2. Faça uma reflexão sobre a especificidade da colonização portuguesa.
3. Comente a política sexual na colonização portuguesa, discutindo o princípio de miscigenação.

Bibliografia

- ALEGRE, Manuel. *Jornada de África*. Lisboa: Dom Quixote, 1989
- ANTUNES, António LOBO. *Conhecimento do Inferno*. Lisboa: Dom Quixote, 1999
- ANTUNES, António LOBO. *As Naus*. Lisboa: Dom Quixote, 2006, 6.^a ed., 1.^a ed. ne varietur
- ANTUNES, António LOBO. *Manual dos Inquisidores*. Lisboa: Dom Quixote, 1996
- ANTUNES, António LOBO. *O Esplendor de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1997
- ANTUNES, António LOBO. *Terceiro Livro de Crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, 2006
- ANTUNES, António LOBO. *Segundo Livro de Crónicas*. Lisboa: Dom Quixote, 2002
- ANTUNES, António LOBO. *Comissão das Lágrimas*. Lisboa: Dom Quixote, 2011
- BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Lisboa, Vega, 2003
- BRAGA, Maria Ondina. *A Rosa de Jericó*. Lisboa: Caminho: 1997
- CAMACHO, Francisco. *Niassa*. Lisboa: ASA, 2007
- CARDOSO, Dulce Maria. *O Retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2011
- CINATTI, Rui. *Obra Poética*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992
- CLÁUDIO, Mário. *Oríon*. Lisboa: Dom Quixote, 2003
- DACOSTA, Fernando. *Os Retornados Mudaram Portugal*. Lisboa: Parsifal, 2013
- FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de Memórias Coloniais*. Coimbra: Angelus Novus, 2010
- FONSECA, Branquinho da. *Obras Completas I, II*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010
- FRANÇA, José-Augusto. *Natureza Morta*. Lisboa. Editorial Estampa, 1982

- GERSÃO, Teolinda. *A Árvore das Palavras*. Lisboa: Dom Quixote, 1997
- JORGE, Lúcia. *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Dom Quixote, 1998
- JORGE, Lúcia. *O Belo Adormecido*. Lisboa: Dom Quixote, 2004
- LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem de Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999
- MACEDO, Helder. *Partes de África*. Lisboa: Editorial Presença, 1991
- MATA, Inocência. *Literatura angolana: Silêncios e falas de uma voz inquieta*. Lisboa: Mar além, 2001.
- MOUTINHO, Isabel. "Images of Africa in contemporary narrative in Portuguese". In SEIXO, Maria Alzira, NOYES, John K., Comparative Literature Association. Congress; et al. *The paths of multiculturalism: travel writings and postcolonialism: precedings for the Mossel Bay Workshop of the XVIth Congress of the International Comparative Literature Association*. Lisbon: Cosmos, 2000
- OLIVEIRA, Carlos de. *Obra Completa*. Lisboa. Caminho, 1997
- QUEIRÓS, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999
- SANTOS, Boaventura de Sousa. "Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, Pós-colonialismo e interidentidade". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, Julho 2003, p. 24-29. Acessível em http://novos estudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/100/20080627_entre_prospero_e_caliban.pdf [Cit. 4/10/2013])
- SOROMENHO, Castro. *Terra Morta*. Lisboa: Sá da Costa, 1979

(Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea

Breve antologia de textos literários e ensaísticos com atividades

Silvie Špánková

Vydala Masarykova univerzita v roce 2014
1. vydání, 2014

Sazba elektronické verze Štěpán Böhm

ISBN 978-80-210-7054-7